

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM TURISMO

Paulo Roberto Teixeira

**A VISÃO DA POPULAÇÃO DE MOSTARDAS E TAVARES - RS SOBRE A
CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO NO PARQUE NACIONAL DA LAGOA DO PEIXE
AO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Caxias do Sul
2009

PAULO ROBERTO TEIXEIRA

**A VISÃO DA POPULAÇÃO DE MOSTARDAS E TAVARES - RS SOBRE A
CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO NO PARQUE NACIONAL DA LAGOA DO PEIXE
AO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação submetida à banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Linha de Pesquisa: Turismo e Meio Ambiente

Área de Concentração: Desenvolvimento do Turismo Regional

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Lanzer

Caxias do Sul
2009

Folha de aprovação

AGRADECIMENTOS

Foram muitos, os que ajudaram a concluir este trabalho.

Meus sinceros agradecimentos...

...a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa mestrado.

...a toda equipe do Projeto Lagoas Costeiras, onde tive o privilégio de trabalhar e aprender com excelentes profissionais.

...a todos os colegas, professores e funcionários do mestrado em Turismo, pelos grandes momentos de aprendizado e diversões.

...aos familiares e amigos pela compreensão e apoio na realização deste trabalho.

...a Professora Rosane, por aceitar a orientação deste estudo e conduzir seu desenvolvimento, com muita sabedoria.

...a Rita pela ajuda e bons momentos durante o tempo de mestrado.

Lagoa

Eu não vi o mar.
Não sei se o mar é bonito,
não sei se ele é bravo.
O mar não me importa.

Eu vi a lagoa.
A lagoa, sim.
A lagoa é grande
E calma também.

Na chuva de cores
da tarde que explode
a lagoa brilha
a lagoa se pinta
de todas as cores.
Eu não vi o mar.
Eu vi a lagoa...

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe é uma Unidade de Conservação de proteção integral e está localizado entre as cidades de Mostardas e Tavares, no litoral médio e sul do estado do Rio Grande do Sul, a 230 km de Porto Alegre. A região na qual está inserido apresenta uma economia baseada na agricultura, destaque para a cebola e o arroz, pecuária, pesca e principalmente a extração madeireira do pinus, atividade essa que causa grande impacto ambiental à região, por ser uma espécie que se dissemina com facilidade para outras áreas. O objetivo geral da pesquisa foi de avaliar o papel do Parque Nacional da Lagoa do Peixe no processo de desenvolvimento do Turismo nos municípios de Mostardas e Tavares, verificando sua relação com as melhorias na qualidade de vida da população. A hipótese utilizada foi que devido ao aumento de visitantes nas cidades, a população passaria a perceber as melhorias realizadas para atendê-los e a usufruir dos benefícios da atividade turística. Para isso foi utilizada uma pesquisa exploratório-descritiva com enfoque qualitativo e quantitativo. Utilizou-se, como método de coleta de dados, a entrevista, realizada em três grupos distintos nas duas cidades: os empreendedores, a população nascida após 1970 e a população nascida antes de 1970. Os resultados demonstraram que existe, entre as cidades pesquisadas, uma maior percepção dos benefícios trazidos pelo Parque Nacional no município de Mostardas. O fato de Tavares possuir grande parte de seu território na área de entorno da Unidade de Conservação, acarreta maiores restrições no uso da terra, o que gera mais conflitos. Verificou-se ainda, que há uma tendência dos entrevistados nascidos após 1970 de aceitar mais os benefícios do Parque Nacional do que entre os nascidos antes do ano de 1970. Por outro lado, ambos os grupos não identificam a Unidade de Conservação como um potencial gerador de receitas, pois somente a visualizam com relação a atividades agrícolas e não como um potencial para Turismo. Verificou-se entre os empreendedores, o reconhecimento dos benefícios ambientais e econômicos oriundos da atividade turística no Parque. Constatou-se que o ecossistema preservado de grande singularidade é o principal atrativo da região e que os habitantes reconhecem esse potencial, no entanto, deve-se trabalhar melhor o tipo de Turismo que a região pretende desenvolver, definindo o público alvo a ser atingido, havendo assim, uma melhor integração entre o Turismo e a preservação dos recursos naturais.

Palavras-chave: Turismo. Ecoturismo. Unidade de Conservação. Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Restinga sulbrasileira.

ABSTRACT

The National Park of Lagoa do Peixe is a protected area that is located between Mostardas and Tavares cities, at middle and south coast of the estate of Rio Grande do Sul, Brazil, 230km from Porto Alegre. The region where it is inserted has an economy based on agriculture, mainly of the onion and the rice, livestock and fishing. Also the plantations of *pinus* is the activity that causes the strongest environmental impact for the region, because it is a species that spreads easily to other areas. The general objective of the research was to evaluate the role of the National Park, in the process of developing tourism in the cities of Tavares and Mostardas, to check its relation with the improvements in quality of life. The hypothesis used was that due to the increase of visitors in the cities, the population would understand the improvements made to serve them and enjoy the benefits of tourism activity. For this study, was used an exploratory-descriptive search with focus qualitative and quantitative. For data collection, was used the interview, made with three different groups in the both cities: the businessmen, the population born after 1970 and the population born before 1970. The results showed that exist, among the cities surveyed, a greater perception about the benefits brought for the National Park in Mostardas. The fact that Tavares have much of its territory in the surroundings of the Park, carries more restrictions on land use, which creates more conflict. It was also found that there is a tendency of respondents born after 1970 to accept more the benefits of National Park than in those born before the year 1970. On the other hand, both groups did not identify the protected area as a potential generator of revenue, because they only see the point of view in of agricultural activities and not the potential for tourism. Among the businessmen, it was found a big acceptance of the environmental and economic benefits arising from the tourism in the Park. It was found that the preserved ecosystem is the main attraction of the region and that people recognize this potential, however, it is necessary to develop an appropriate type of tourism to the Park, defining the target audience to be reached, so there is better integration between tourism and preservation of natural resources.

Key words: Tourism. Ecotourism. Protected Areas. National Park of Lagoa do Peixe. Coastal region.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Comparação entre as sociedades predadoras e as conservadoras na utilização dos recursos e geração de resíduos.....	40
Figura 2: Área do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, no litoral médio do RS	47
Figura 3: Exemplo da divisão em setores no município de Tavares, utilizando o mapa turístico local	54
Figura 4: (A) recorte de um setor que exhibe o método de coleta das amostras, o número 1 representa a primeira casa de cada quadra que deveria ser abordada e a seta à direção da pesquisa; (B) procedimento realizado caso não fosse possível aplicar a pesquisa na primeira casa, era passado para a residência seguinte e (C) procedimento realizado caso o número de amostras não fosse alcançado no fim do setor, se retornava ao ponto inicial e se realizava a pesquisa na primeira residência que não tivesse sido abordada nas tentativas anteriores. A seta representa a direção da pesquisa	55
Figura 5: Perfil dos entrevistados, divididos em nascidos antes de 1970 e após 1970 no Município de Mostardas	57
Figura 6: Perfil dos entrevistados, divididos em nascidos antes de 1970 e após 1970 no Município de Tavares	58
Figura 7: Opinião da população entrevistada de Tavares sobre as questões relacionadas a meio ambiente.....	59
Figura 8: Comparativo entre nascidos antes de 1970 e os nascidos após 1970 na cidade de Tavares sobre as questões relacionadas a meio ambiente	59
Figura 9: Opinião da população entrevistada de Tavares sobre as questões relacionadas a o Turismo e desenvolvimento local.....	60
Figura 10: Comparativo entre nascidos antes de 1970 e nascidos após 1970 na cidade de Tavares sobre as questões relacionadas a o Turismo e desenvolvimento local.....	61
Figura 11: Opinião da população entrevistada de Mostardas sobre as questões relacionadas a meio ambiente.....	61
Figura 12: Comparativo entre nascidos antes de 1970 e nascidos após 1970 na cidade de Mostardas sobre as questões relacionadas a meio ambiente	62
Figura 13: Opinião da população entrevistada de Mostardas sobre as questões relacionadas a o Turismo e desenvolvimento local.....	63
Figura 14: Comparativo entre nascidos antes de 1970 e nascidos após 1970 na cidade de Mostardas sobre as questões relacionadas a o Turismo e desenvolvimento local.....	63
Figura 15: Comparativo entre a população de Mostardas e Tavares sobre as questões relacionadas a o meio ambiente.....	64
Figura 16: Comparativo entre a população de Mostardas e Tavares sobre as questões relacionadas a o Turismo e desenvolvimento local.....	66

Figura 17: Comparativo entre a população de Mostardas e Tavares sobre as questões relacionadas a o meio ambiente.....	67
Figura 18: Comparação entre a questão dois, se a implantação do Parque gerou benefícios com as questões seis, se Turismo que ocorre no Parque estimula a criação de novas empresas, e sete, se os turistas que visitam o Parque geram benefícios para a comunidade	69
Figura 19: Comparativo entre os empreendedores de Mostardas e Tavares sobre as questões relacionadas a o meio ambiente	70
Figura 20: Comparativo entre os empreendedores de Mostardas e Tavares sobre as questões relacionadas aos benefícios provenientes do Parque Nacional.....	71
Figura 21: Comparação entre Mostardas e Tavares sobre o fato da população conhecer o Parque Nacional.....	72
Figura 22: Conhecimento da população de Mostardas e Tavares sobre a função de um Parque Nacional.....	73
Figura 23: Comparativo entre Tavares e Mostardas sobre a relação que a população tinha com a área antes do Parque Nacional ser decretado	74
Figura 24: Comparativo entre a soma dos nascidos após 1970 e nascidos antes de 1970 de Tavares e Mostardas sobre se utilizam a Lagoa do Peixe ou a área de entorno como fonte de renda.....	75
Figura 25: Comparativo entre Mostardas e Tavares sobre a possibilidade da população ver na atual atividade econômica alguma relação com o Turismo	77
Figura 26: Comparação entre os municípios de Mostardas e Tavares sobre a percepção dos benefícios do Turismo	77
Figura 27: Diferença, em número de citações, entre os municípios de Mostardas e Tavares na visão dos benefícios gerados pelo Turismo	79
Figura 28: Comparação entre Tavares e Mostardas sobre a visão da comunidade a respeito das melhoras provindas do Turismo	80
Figura 29: Ano de implantação dos empreendimentos amostrados em Tavares e Mostardas	83
Figura 30: Comparativo dos grupos de categorias de análise entre a cidade de Mostardas e Tavares.....	85
Figura 31: Comparativo das categorias de análise entre os nascidos antes de 1970 e os nascidos após 1970 de Mostardas.....	86
Figura 32: Comparativo das categorias de análise entre os nascidos antes de 1970 e os nascidos após 1970 de Tavares.....	87
Figura 33: Comparativo das categorias de análise entre os nascidos antes de 1970 e os nascidos após 1970	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorias de Unidades de Conservação segundo a <i>World Conservation Units</i>	18
Quadro 2: Quadro síntese dos principais acontecimentos e instrumentos legais referentes a Unidades de Conservação.....	23
Quadro 3: Grupos e categorias de Unidades de Conservação no Brasil	24
Quadro 4: Lista de todas as Unidades de Conservação e sua representatividade em % do território brasileiro	25
Quadro 5: Definições e objetivos dos Parques Nacionais em diferentes países.....	27
Quadro 6: Comparativo entre o PNCV e o PNLP	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Benefícios observados pela população de Tavares e Mostardas	78
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CEMAVE	Centro de Estudos de Migração de Aves
COBRAMAB	Comitê Brasileiro do Programa Homem e a Biosfera
EMATER	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IUCN	<i>The World Conservation Units</i> - União Mundial para a Natureza
MAB	<i>L'Homme et la Biosphère</i> - O homem e a biosfera
NEMA	Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNA	Parque Nacional
PNLP	Parque Nacional Lagoa do Peixe
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SETUR	Secretaria Estadual de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i> - Fundo Mundial para a Natureza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 ÁREAS PROTEGIDAS	15
1.1 Legislação e institucionalização dos Parques Nacionais no Brasil	18
1.1.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)	24
1.1.2 Os Parques Nacionais	25
1.2 Desenvolvimento local, Turismo e as áreas protegidas	28
1.2.1 Formas de Desenvolvimento	28
1.2.2 O desenvolvimento local através do Turismo	31
1.2.3 Os espaços naturais protegidos como destinos turísticos	35
1.3 A relação entre a população local e as áreas protegidas	39
2 MÉTODO	45
2.1 Área de estudo	45
2.1.1 Município de Mostardas	49
2.1.2 Município de Tavares	51
2.2 Instrumento de coleta de dados	52
2.3 Amostragem e método de aplicação dos instrumentos	53
2.4 Análise dos resultados	56
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	57
3.1 Perfil dos entrevistados	57
3.2 Questões avaliadas pela escala de concordância por município	58
3.2.1 Comparação entre as amostras da população de Mostardas e Tavares	64
3.2.2 Comparação entre os empreendedores de Mostardas e Tavares	70
3.3 Análise das questões abertas	72
3.3.1 População local.....	72
3.3.2 Empreendedores	81
3.4 Grupos criados para análise	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE A - Instrumento de pesquisa aplicado à população local.....	98
APÊNDICE B - Instrumento de pesquisa aplicado a empreendedores.....	99

INTRODUÇÃO

Cada vez mais uma diversificada gama de problemas ambientais incide sobre a natureza, resultado da busca pelo homem de lucros em curtos espaços de tempo. Processo esse que se destacou e tomou grande velocidade a partir da Revolução Industrial, onde o homem alterou sua relação com a natureza a fim de viabilizar as demandas de consumo cada vez mais crescentes. A consequência desse cenário foi o crescimento dos problemas ambientais, a modificação gradual da paisagem e de ecossistemas.

A implantação de áreas protegidas foi uma das medidas que o homem encontrou para preservar partes do ambiente natural, sendo a figura do parque nacional a primeira a ser implantada no mundo. No entanto, desde sua criação, esses parques são um constante desafio a instituições, técnicos e todos os envolvidos no processo de gestão e proteção dos recursos naturais, tendo em vista os inúmeros conflitos gerados e vivenciados pelas populações residentes no interior e nos arredores dessas áreas de preservação.

Os parques nacionais brasileiros são caracterizados como Unidades de Conservação de uso indireto ou de proteção integral, portanto, seu uso é restrito a atividades de preservação e recreação e uma das políticas de conservação da natureza dessas áreas é de não permitir moradores em seu interior, assim como monitorar a utilização da área de entorno. A busca por soluções que viabilizem essa estratégia de preservação dos recursos naturais é especialmente importante para o Brasil, pois o país ocupa uma respeitável posição no planeta em termos de extensão territorial de áreas naturais. No contexto atual das questões ambientais e sociais, a necessidade de desenvolver alternativas viáveis de sustento aos residentes locais torna-se uma importante ferramenta no que tange à preservação dos recursos naturais. Nesse momento surge o Turismo que dentro de suas ramificações, engloba o Turismo voltado a ambientes naturais que prega seu uso de maneira responsável e a inclusão das comunidades locais no processo de desenvolvimento.

A maior parte dos atrativos naturais do Brasil está inserida dentro de Unidades de Conservação e o Turismo surge como uma opção para a preservação desses ambientes, além de possibilitar a geração de empregos para a comunidade do entorno, como o ecoturismo, o Turismo de aventura, o Turismo rural, dentre outros.

O estudo foi realizado nas cidades de Mostardas e Tavares, no litoral médio e sul do Rio Grande do Sul, sendo ambos os municípios localizados na área de influência do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. As restrições de acesso e o desenvolvimento incipiente das

idades contribuíram para a preservação dos ecossistemas locais. Por ser uma região costeira confinada entre o Oceano Atlântico e a Laguna dos Patos, apresenta um substrato de baixa produtividade e alta fragilidade estrutural o que denota a importância em se preservar esse ambiente. No entanto, a exploração dos recursos naturais é a principal fonte de renda dos municípios, representada pelo setor primário (cebola, arroz e gado) e a extração madeireira, esse sendo o grande problema da região, pois a espécie utilizada é exótica e invade outras áreas, como a do Parque Nacional.

Estudos de Diegues (1999; 2004a; 2004b) que abordam a relação conflitante entre as populações locais e as áreas protegidas de proteção integral; de D'Antona (2000), Mello e Saito (2000) e Messias et. al. (2000) que tratam das relações entre as Unidades de Conservação e as populações que vivem em seu entorno; de Silva (2008), Rodrigues (2003) e Spinola (2006) que abordam a relação entre o Turismo e o desenvolvimento local, mostram os problemas existentes entre a comunidade e as áreas protegidas.

Mudanças nos municípios são motivadas pelas melhorias que o Parque Nacional proporcionaria através da oportunidade de investimentos no setor do Turismo, uma vez que essa é a vocação natural para a área devido as suas belezas naturais. Para isso, foram aplicadas entrevistas à população de Mostardas e Tavares, dividindo os entrevistados nascidos anteriormente à criação do Parque e os nascidos após a sua criação, para que fosse possível estabelecer um comparativo entre essas duas gerações. Também foram aplicados questionários aos empreendedores, com o objetivo de verificar os impactos do Turismo sobre esses atores.

A partir desse contexto, surge o seguinte problema da pesquisa: a atividade turística que ocorre no Parque Nacional da Lagoa do Peixe contribui para no desenvolvimento turístico dos municípios de Mostardas e Tavares? E de que forma a população observa esses benefícios gerados pelo parque?

O objetivo da pesquisa foi de avaliar o papel do Parque Nacional da Lagoa do Peixe no processo de desenvolvimento do Turismo nos municípios de Mostardas e Tavares, verificando sua relação com as melhorias na qualidade de vida da população.

Primeiramente foi realizado um levantamento das atividades turísticas que ocorrem nos municípios de Mostardas e Tavares, para, a seguir, levantar a infraestrutura voltada ao Turismo e os empreendimentos ligados à atividade turística, além das relacionadas indiretamente com o Turismo que ocorreram nos municípios desde a criação do Parque Nacional. Realizada essa etapa, foram feitas entrevistas à população e aos empreendedores para identificar qual a relação existente entre a comunidade local e o Parque Nacional da

Lagoa do Peixe e por fim, comparar as opiniões entre pessoas que nasceram antes de existir o Parque Nacional com aqueles que nasceram após sua criação.

Com os resultados alcançados pela pesquisa, busca-se auxiliar na melhor compreensão da relação entre populações e áreas protegidas, para que ambas possam conviver em harmonia e que possam desenvolver suas atividades e seus objetivos da maneira mais responsável, utilizando o Turismo como um fomentador para se alcançar tal resultado.

1 AS ÁREAS PROTEGIDAS

Fatores como a grande explosão demográfica mundial e a globalização levam o homem a avançar sobre as florestas, com o objetivo e a necessidade de ampliar cidades ou expandir as áreas de cultura de alimentos. As Unidades de Conservação ou áreas protegidas têm se estabelecido em importantes instrumentos da política ambiental das nações contemporâneas para assegurar a preservação de ambientes naturais.

Historicamente, o homem tem buscado meios naturais como forma de lazer. Barretto (2003) destaca que, no período entre o final do século XVIII e todo o século XIX, o interesse pelo homem em contemplar a natureza aumentou, motivado pela deterioração da qualidade de vida nos grandes centros urbano-industriais, que ficavam cada vez mais insalubres devido à crescente industrialização. Barretto (2003) destaca ainda, que o período Pós-Industrialização é caracterizado pelo chamado Turismo Romântico, o qual as pessoas começaram a se interessar mais pelas montanhas e pela natureza, lugares esses, antes vistos com temor. Essa foi uma motivação para as viagens, o prazer do descanso e a contemplação das paisagens das montanhas.

Diegues (2004a) descreve que especialmente no início da Revolução Industrial (séc. XIX), a necessidade de mão-de-obra para as indústrias inglesas fez com que se fizesse defesa à vida urbana. No entanto, os problemas ambientais da época com as fumaças das chaminés, chamaram a atenção de correntes ambientalistas, cientistas, estudiosos e simpatizantes sobre a necessidade de se preservar a natureza contra a ação depredadora do homem. Para os naturalistas daquela época, e ainda presente em nossos dias, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la, em contrapartida aos efeitos da vida urbana, ou seja, resguardar pedaços do mundo natural em seu estado primitivo.

De acordo com Oliveira I. (2005), foi a partir do século XX que a conservação da biodiversidade se tornou um objetivo explícito das Unidades de Conservação, utilizando os seguintes argumentos para afirmar as razões da importância da conservação: a contribuição econômica direta, por meio da quantidade de produtos alimentares, farmacêuticos e de uso industrial provenientes da fauna, flora e da vegetação podem contribuir para a vida das pessoas; a conservação da biodiversidade, que consequentemente mantém os valores estéticos paisagísticos e que atrai as pessoas por sua beleza e o sentimento de admiração.

Atualmente o comportamento das pessoas quanto à necessidade de conservar a biodiversidade pode ser visto de maneira positiva, visto que os visitantes estão mais conscientes dos danos ecológicos que podem provocar, do valor da vida natural e dos interesses das populações locais (WESTERN, 1999). As áreas preservadas são o destino de muitas pessoas que buscam o meio ambiente para o lazer, exigindo desses, estrutura receptiva adequada. A principal forma para a conservação de ambientes naturais é a proteção da biodiversidade dentro de uma determinada área geográfica, estas áreas protegidas são um dos mecanismos de preservação e conservação dos recursos naturais adotados no mundo.

A primeira área natural protegida surgiu no fim do século XIX, em 1º de março de 1872, ocupando uma área de 8.991 km² nos Estados Unidos, chamado de *Yellowstone Nacional Park* (COSTA, 2002). Tinha o objetivo de preservar a vida selvagem, sendo dedicada como parque público ou área de recreação para benefício do povo e toda pessoa que ocupasse a área seria infratora e, portanto, desalojada. Esse processo teve início em 30 de julho de 1864 quando a atual área do parque já tinha sido considerada, pelo então presidente Abraham Lincon, como área de preservação. Esse primeiro Parque Nacional utilizou um modelo de preservação o qual separava o ser humano da natureza a fim de mantê-la intocada.

A criação desse primeiro parque nacional teve o início nas idéias dos preservacionistas e, como apresenta Diegues (2004a), também recebeu a influência nos movimentos dos românticos do século XIX, que consideravam estas áreas ilhas de grande beleza e valor estético, uma simbologia do paraíso perdido após a expulsão do homem. A posição dos naturalistas da época era que a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, o destruidor da natureza. Portanto, o primeiro parque se baseou no termo *wilderness* (vida natural/selvagem), ou seja, grandes áreas naturais não habitadas permanentemente, onde a natureza no seu estado selvagem permaneceria intocada e o homem seria apenas um visitante, nunca um morador. Essa visão preservacionista afirmava que não poderia haver relação entre o homem e os recursos naturais.

Esse modelo para a conservação de áreas naturais propagou-se rapidamente por todo o mundo, e diversos países o tomaram como exemplo a ser seguido, ou seja, delimitando áreas para a preservação do meio ambiente, tornando-as locais para contemplação e não mais de subsistência das populações que antes residiam lá. Após a abertura do *Yellowstone Nacional Park*, o Canadá criou o seu primeiro parque nacional em 1885, seguido pela Nova Zelândia, em 1894, a África do Sul e a Austrália, em 1898. Na América Latina, o México foi o primeiro a estabelecer uma reserva florestal, em 1894, a Argentina em 1903, o Chile em 1926, e o Brasil em 1937 (DIEGUES, 2004a).

Mesmo com a criação de inúmeros parques nacionais pelo mundo, até o ano de 1933 não havia uma definição aceita sobre seus objetivos. Conforme Diegues (2004a), nesse mesmo ano, em Londres, foi convocada a Convenção para a preservação da Flora e Fauna, a qual estabeleceu três características para parques nacionais: serem áreas controladas pelo poder público; serem áreas reservadas para a preservação da fauna e flora, sendo também objetos de interesse estético, geológico, arqueológico onde a caça estaria proibida e finalmente, devem ser áreas destinadas à visitação pública.

Com o objetivo de obter uma cooperação internacional na busca pela criação de novas áreas protegidas, foi instituída em 1948 a IUCN (União Internacional para a Proteção da Natureza), que após algumas transformações, passa a denominar-se *World Conservation Union* - União Mundial para a Natureza. Na 10ª Assembléia geral da IUCN, ocorrida em Nova Déli - Índia, no ano de 1969, recomendou-se que fossem aplicados critérios para determinar que características as áreas protegidas devem ter para serem consideradas parques nacionais, caso contrário seriam caracterizadas em outras categorias de áreas protegidas. Desse modo, os critérios recomendados foram os seguintes: serem áreas onde um ou mais ecossistemas não estejam alterados materialmente pela exploração e ocupação humana, onde os sítios geomorfológicos e habitats sejam de especial interesse científico, educacional e recreativo ou que conte com uma paisagem natural de grande beleza; serem áreas de responsabilidade do Estado e onde se permita a presença de visitantes (DIEGUES, 2004a).

Em 1958 foi criada a Comissão Internacional de Parques Nacionais, que atuava juntamente com a Organização das Nações Unidas (ONU), e sua finalidade era inventariar todas as áreas protegidas do mundo (MORSELLO, 2001).

Durante o Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, o conceito de áreas protegida foi estabelecido como sendo:

Uma superfície de terra ou mar especialmente consagrada à proteção e a manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada através de meios jurídicos ou outros meios eficazes (IUCN, 1994).

Esse sistema de divisão reconhece que algumas áreas são protegidas de maneira mais rigorosa das atividades humanas de consumo, categorias I e II, categoria de proteção integral no Brasil, e que outras permitem certas formas de intervenção, como o uso sustentável dos recursos, categorias V e VI, e que no Brasil correspondem às unidades de uso sustentável. Essa divisão se fez necessária a fim de padronizar a nomenclatura utilizada para as áreas protegidas. Além de tentar unificar um conceito para área protegida, a IUCN desenvolveu uma classificação para as áreas protegidas, a qual compreende seis categorias de manejo

(Quadro 1), além disso, estabeleceu funções para essas áreas protegidas, tendo em seu foco somente áreas públicas.

Categoria	Tipo	Descrição
Categoria I	Reserva Natural Estrita Área Natural Silvestre	São ecossistemas excepcionais ou representativos com pouca ou inexistente alteração.
Categoria II	Parque Nacional	Seu manejo é voltado para a conservação do ecossistema e recreação.
Categoria III	Monumento Natural	Seu manejo visa à conservação de características específicas e raras.
Categoria IV	Áreas de manejo de habitat ou espécies	Seu manejo visa a conservação através da gestão ativa de habitat ou espécies específicas.
Categoria V	Paisagem terrestre ou marinha protegida	Visam à conservação da paisagem, ambientes marinhos e a recreação
Categoria VI	Áreas protegidas com recursos manejados	Seu manejo visa a utilização sustentável dos recursos naturais.

Quadro 1: Categorias de Unidades de Conservação segundo a *World Conservation Units*. Fonte: adaptado de Scherl, 2006.

1.1 Legislação e institucionalização de áreas protegidas no Brasil

Para compreender o processo de criação das Unidades de Conservação no Brasil, destacam-se alguns acontecimentos históricos referentes à legislação ambiental. No país, as Unidades de Conservação seguiram o mesmo modelo adotado nos Estados Unidos, seguindo uma ideologia preservacionista, que tem como preceitos, isolar os ambientes naturais da ação do homem. No entanto, surgiram alguns problemas em relação às populações locais, sendo o principal e mais conflitante o da comunidade ter que abandonar suas residências quando uma Unidade de Conservação era implantada.

Medeiros (2004a) entende que a criação de áreas protegidas no país pode ser o resultado de um longo e lento processo de aparelhamento e estruturação do Estado, e divide a história da política ambiental em três grandes momentos: o primeiro seria dos primeiros anos da República até 1963, marcado principalmente na década de 30, onde os primeiros instrumentos legais foram instituídos, e período da criação do primeiro parque nacional; o segundo momento, que compreende o período da Ditadura Militar, de 1964 até 1984, onde a criação de áreas protegidas toma uma dimensão nacional, e novos instrumentos legais foram constituídos, e, finalmente, o período pós 1965, marcado pela redemocratização, marcado por uma nova fase de expansão e estruturação no país.

Registros da preocupação ambiental existem desde o período colonial, pois segundo a *Carta Régia* de 13 de março de 1797, havia a necessidade de “[...] tomar as precauções para a conservação das matas no Estado do Brasil [...]” (CARVALHO, 1967 apud DIEGUES,

2004a, p. 111), no entanto essa preocupação da Coroa Portuguesa não era uma questão ambiental, e sim a falta de madeira para a construção naval. Medeiros et. al. (2004b), confirma que os primeiros dispositivos voltados à proteção de ambientes naturais surgiram no período colonial, porém eram exercidos de maneira desarticulada e não havia instrumentos legais.

Em 1802, registram-se, simultaneamente, duas novas instruções sobre a questão florestal. A primeira, regulamentando o comércio de lenha e carvão para alimentar as ferrovias, e a segunda estabeleceu normas para reflorestamento na costa do Brasil, já sob clarividente orientação de José Bonifácio de Andrade e Silva, o único que com esforços mais notáveis conseguiu introduzir novas práticas protecionistas (ESTEVES, 2006).

Com a vinda da Família Real para o Brasil, foram criados, em 13 de junho de 1808, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Museu de História Natural, duas importantes instituições voltadas à pesquisa do universo natural (PÁDUA, 1987 apud ESTEVES, 2006).

Nomes como José Bonifácio e André Rebouças marcam o início das idéias de luta contra a destruição dos recursos naturais no Brasil, o primeiro, considerado o fundador da crítica sistemática da destruição ambiental no País e o segundo, escritor e analista dos problemas sociais e econômicos e personalidade mais importante do século XIX. Como descrito por Oliveira I. (2005), já no início do século XIX, José Bonifácio combateu a devastação das matas, consideradas de grande valor científico, já Bonifácio, propôs em 1821 a criação de um setor administrativo especialmente responsável pela conservação da natureza, uma vez que várias áreas de Mata Atlântica tinham sido destruídas.

André Rebouças (1833-1898), filho de escravos, engenheiro civil, botânico e geógrafo, inspirado pela criação do *Yellowstone National Park*, evidenciou ainda no ano de 1876 a necessidade da criação de parques nacionais no Brasil, indicando duas áreas: a ilha do Bananal e Sete Quedas, mas somente em 1959 e 1961, respectivamente, essas duas áreas foram elevadas à condição de Parques Nacionais pelo poder público (PÁDUA, 2008). A proposta de criação de parques nacionais no Brasil, defendida por Rebouças, deveria trazer benefício palpável para as sociedades locais, como um importante agente para a promoção regional (OLIVEIRA I. 2005). Outro personagem importante foi o botânico Alberto Löfgren que, no ano de 1913, propôs a criação de parques nacionais, com o objetivo de pesquisa e lazer para as populações dos centros urbanos. Em 1921 é criado o Serviço Florestal, que no ano de 1944 recebeu a seção de Parques Nacionais, com a responsabilidade de orientar, fiscalizar, coordenar e elaborar programas de trabalho para os parques nacionais.

Foi a partir da década de 30, com a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República, que instrumentos legais voltados à proteção do meio ambiente foram criados, sendo esta uma das estratégias de governo adotada para colocar o Brasil rumo à modernização. A Constituição de 1934 “[...] outorgava à natureza um novo valor, e ela passa a ser considerada como patrimônio nacional a ser preservado, sua proteção ganha um novo status na política nacional [...]” (MEDEIROS et. al., 2004b, p. 84), sendo de tarefa do poder público o poder de fiscalização.

Em 1933, foi publicado em Diário Oficial o projeto definitivo do Código Florestal, que foi transformado em Lei, pelo Decreto 23.793 de 23 de janeiro de 1934, abrangendo áreas públicas e particulares, com disposições precisas sobre a guarda e cortes das florestas e fixando penalidades por crimes e contravenções. A figura do parque nacional foi estabelecida pelo artigo nove do Código Florestal, que definiu parques nacionais como monumentos públicos naturais, que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares, o mereçam.

A Constituição Federal de 1937, endossando a de 1934, definiu as responsabilidades da União em proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico, afirma em seu artigo 134 que os monumentos históricos, artísticos e naturais gozam de proteção e cuidados especiais da Nação, dos estados e municípios.

Diegues (2004a) cita que com a Constituição Federal de 1934, a qual definiu como responsabilidade da União proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico e artístico e o Código Florestal de 1934, que estabeleceu o marco legal dos Parques Nacionais, houve uma situação favorável para a proteção dos recursos naturais. Fato que, em 14 de julho de 1937, sob o decreto nº 1.713, a criação do primeiro Parque Nacional brasileiro, em Itatiaia, na região serrana do Rio de Janeiro, primeiramente conhecido como Estação Biológica de Itatiaia. Observa-se a preocupação em relação ao Turismo nas primeiras linhas do decreto de criação do Parque Nacional de Itatiaia, o qual garante que a região onde se localiza o mesmo será “[...] além das suas finalidades de caráter científico, é preciso atender também às de ordem turísticas, que se apresentam em condições de fazer do Parque um centro de atração para viajantes, tanto nacionais como estrangeiros” (BRASIL, 1937).

A área que hoje abrange o Parque Nacional do Itatiaia era propriedade do Sr. Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, e foi adquirida pela Fazenda Federal em 1908. Mais tarde passou para o Ministério da Agricultura, o qual, em 1929, criou uma Estação Biológica subordinada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, denominada Estação Biológica de Itatiaia. A idéia de transformar em parque nacional data de 1913, e foi aconselhada pelo

botânico Alberto Lofgren (IBAMA, 2007¹). Medeiros (2006) acrescenta que nos dois anos seguintes, em 1939, foram criados mais dois parques nacionais, o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro. Porém, somente em 1959, 20 anos após, foi retomada a criação de novas áreas de conservação.

Em setembro de 1944, pelo decreto nº 16.677, atribui-se a Seção de Parques Nacionais ao Serviço Florestal. E determinou os objetivos dos parques nacionais como sendo de conservar para fins científicos, educativos, estéticos e recreativos as áreas sob sua jurisdição. Além de atribuir ao Serviço Florestal a responsabilidade de “promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões; organizar museus e herbário regionais” (BRASIL, 1944).

A Constituição de 1946 ratificou a de 1937 no que diz respeito à proteção governamental sobre as paisagens e sítios de importância singular. No entanto, segundo Oliveira I. (2005), até a década de 1950, não havia no Brasil uma preocupação particular com os aspectos ambientais. Em 1965, o novo Código Florestal foi aprovado e definiu como parques nacionais as áreas criadas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos (BRASIL, 1965).

O Decreto nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ligado ao Ministério da Agricultura. Rylands e Brandon (2005) afirmam que a função em administrar as Unidades de Conservação Federais até o ano de 1967 era do Ministério da Agricultura, após essa data o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal criou o Departamento de Parques Nacionais e Reservas equivalentes que passou a exercer a função de órgão fiscalizador e administrador. Em 1969 é criado o Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR).

Oliveira I. (2005) destaca que a década de 1970 foi marcada pelo agravamento dos problemas ambientais e, conseqüentemente, pelo maior conhecimento desses problemas em todo o mundo, afirmando ainda, que houve um aumento na discussão e na participação da sociedade brasileira em busca de soluções dos problemas. Em 1973 é criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), dedicando-se a defender dois grandes objetivos: estar atenta à poluição, principalmente a de caráter industrial, e proteger a natureza. A partir de 1973, essa secretaria passou a administrar as Unidades de Conservação juntamente com o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

¹ Disponível em: ww.ibama.gov.br/parna_itatiaia/index.php>. Acesso em: 25 de jun. 2007.

Oliveira I. (2005) lembra que entre 1979 e 1986, deu-se um grande impulso na criação de Unidades de Conservação, totalizando oito parques nacionais, resultado do agravamento da dívida externa brasileira e a solicitação de financiamentos a entidades bi ou multilaterais, motivos esses que levaram o Brasil a colocar em prática e a fazer respeitar cláusulas de conservação ambiental para grandes projetos.

A Constituição Federal de 1988 dedicou um capítulo somente para o meio ambiente (Capítulo VI), dividindo entre o governo e a sociedade a responsabilidade de preservação e conservação dos recursos naturais, como pode ser observado no art. 225:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitida somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção:

§ 4o A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais” (BRASIL, 1988).

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), foi criado no ano de 1989, com a união da SEMA, do IBDF, da Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) e da Superintendência da Pesca (SUDEPE), através da Lei 7.735 de 22 de fevereiro de 1989, ainda pertencendo ao Ministério do Interior (Rylands e Brandon, 2005). Para Oliveira I. (2005), o Ibama reavaliou o Sistema Nacional das Unidades de Conservação, no entanto, não avançou sobre o uso sustentável dos recursos naturais e na relação das “populações tradicionais”.

Oliveira I. (2005) caracteriza a partir da década de 1990 como um período com maior envolvimento e participação da sociedade nas questões ambientais, cita ainda alguns importantes acontecimentos, como a criação das Reservas Extrativistas, a criação da Reserva da Biosfera no Sul e Sudeste, a criação de zonas de amortecimentos e a aprovação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que por sua importância será comentada a seguir. RUDZEWICZ (2006), em estudo realizado, também constatou um aumento da quantidade de criação de RPPN's no Brasil a partir da década de 1990.

Após 18 anos de atuação, o Ibama passou a exercer o poder de polícia ambiental, executar ações de licenciamento ambiental, controle da qualidade ambiental, autorização, fiscalização e monitoramento no uso dos recursos naturais. Coube ao novo órgão, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ou somente Instituto Chico Mendes, criado

pela Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, todas as ações referentes às Unidades de Conservação, como aborda seu Art. 1º:

I - executar ações da política nacional de Unidades de Conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das Unidades de Conservação instituídas pela União (BRASIL, 2007).

O Quadro 2 faz um resumo de todos os principais acontecimentos relativos à política ambiental no Brasil, assim como personagens importantes que fizeram parte dela.

Ano	Instrumento Legal	Comentário
1797		A Carta Régia afirma ser necessária tomar as precauções para a conservação das matas no Estado do Brasil
1808		Criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Museu de História Natural
1821		José Bonifácio propõe a criação de um setor administrativo especialmente responsável pela conservação da natureza.
1876		André Rebouças evidencia a necessidade da criação de parques nacionais no Brasil
1913		Alberto Löfgren propõe a criação de parques nacionais, com o objetivo de pesquisa e lazer para as populações dos centros urbanos.
1921	Decreto 4.421 de 28 de dezembro de 1921	Criação do Serviço Florestal
1934	Decreto 23.793 de 23 de janeiro em 1934	Criação do Código Florestal
1937	Constituição Federal de 1937	Definição das responsabilidades da União em proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico
1937	Decreto nº 1.713	Criação do primeiro parque nacional - Itatiaia
1944	Decreto nº 16.677	Atribuição da Seção de Parques Nacionais ao Serviço Florestal.
1946	Constituição de 1946	Ratificou a de 1937
1965	Lei 4.771/1965	Criação do novo Código Florestal - em vigor
1967	Decreto nº 289, de 28 de fevereiro de 1967	Criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IDBF
1969		Criação do Departamento de Recursos Naturais Renováveis
1988	Constituição Federal de 1988	Constituição Federal de 1988
1989	Lei 7.735 de 22 de fevereiro de 1989	Criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
1990	Resolução CONAMA nº 013	Dispõe sobre normas referentes às atividades desenvolvidas no entorno das Unidades de Conservação
2000	Lei 9.985 de 18 de julho de 2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação
2002	Decreto nº 4.340	Regulamenta a lei 9.985
2007	Lei 11.516 de 28 de agosto de 2007	Criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Quadro 2: Quadro síntese dos principais acontecimentos e instrumentos legais referentes a Unidades de Conservação. Fonte: legislação ambiental brasileira.

1.1.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

A lei aprovada em 18 de julho de 2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) com o objetivo de auxiliar o ordenamento das inúmeras leis dispostas sobre as diversas categorias de manejo, como também, definir normas para o estabelecimento e gestão das áreas protegidas, em nível federal, estadual ou municipal.

Dentre os objetivos do SNUC, no artigo 4, podem-se destacar:

- Promover o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais;
- Favorecer condições e promover educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o Turismo ecológico;
- Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando seu conhecimento e sua cultura, promovendo-as social e economicamente.

Entende-se por Unidade de Conservação, segundo Shenini et. al. (2004), todas as áreas protegidas que possuem regras próprias de uso e de manejo, com a finalidade própria de preservação e proteção de espécies vegetais ou animais, de tradições e culturas, de belezas paisagísticas, ou de fontes científicas, dependendo da categoria em que se enquadra.

No Brasil, a definição para Unidade de Conservação é dada pelo SNUC, que as conceitua como sendo:

Espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, de domínio público ou privado, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação reconhece e regulamenta as categorias de Unidades de Conservação nas instâncias federal, estadual e municipal, separadas em dois grupos: as de uso direto ou sustentável e as de uso indireto ou de proteção integral, no quadro 3 são apresentadas as 12 categorias de Unidades de Conservação reconhecidas pelo SNUC.

Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional	Floresta Nacional
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio de Vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Quadro 3: Grupos e categorias de Unidades de Conservação no Brasil. Fonte: Brasil (2000).

As Unidades de Conservação de uso indireto ou de proteção integral são destinadas à conservação da biodiversidade, por meio da pesquisa científica, educação ambiental e recreação, sempre observando os planos de zoneamento ambiental. Nesse grupo, inclui-se a categoria Parque Nacional, onde suas áreas podem ser destinadas ao público, dependendo do plano de manejo aplicado. O outro grupo de Unidades de Conservação, as de uso sustentável, tem como objetivo conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, permitindo a prática de atividades de extrativismo, seguindo normas e permissões estabelecidas. Segundo dados do Ibama², o Brasil possui 727 áreas protegidas, representando 8,3% de seu território, sendo que 712.660 km² são federais, 367.000 km² são estaduais e 35.000 km² são municipais. O Quadro 4 apresenta a lista das Unidades de Conservação no Brasil e a representatividade que cada categoria possui em relação ao total de áreas protegidas no país.

Categoria	Quantidade	Representatividade no total de áreas protegidas (em %)
Área de Proteção Ambiental	31	4,26
Área de Relevante Interesse Ecológico	17	2,34
Estação Ecológica	32	4,40
Floresta Nacional	73	10,04
Parque Nacional	62	8,53
Refúgio da Vida Silvestre	3	0,41
Reserva Biológica	29	3,99
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	0,14
Reserva Extrativista	50	6,88
Reserva Natural do Patrimônio Natural	429	59,01
Total	727	100%

Quadro 4: Lista de todas as Unidades de Conservação do Brasil e sua representatividade em % do território brasileiro. Fonte: Ibama³.

1.1.2 Os Parques Nacionais

Durante a 10ª Assembléia Geral da IUCN, realizada em Nova Delhi, em 1969, ficou estabelecida que a definição para os parques nacionais fosse uma área relativamente extensa onde:

- a) Um ou vários ecossistemas não tenham sido alterados materialmente pela exploração e ocupação humana onde as espécies de plantas e animais, as condições geomorfológicas e os habitats são de especial interesse científico, educacional e recreativo, ou onde existem paisagens naturais de excepcional beleza.

² Disponível em: <www.ibama.gov.br/siucweb/listaUc.php>. Acesso em: 8 jan. 2008.

³ Disponível em: <www.ibama.gov.br/siucweb/listaUc.php>. Acesso em: 8 jan. 2008.

- b) As autoridades centrais do país tenham tomado medidas para impedir ou eliminar, o mais rápido possível, a exploração ou ocupação em toda a área e para garantir efetivamente o respeito e a conservação dos valores ecológicos, geomorfológicos ou estéticos, que deram origem ao estabelecimento do respectivo parque nacional.
- c) As visitas são permitidas, sob normas especiais, para fins inspirativos, educativos, culturais e recreativos.

No Brasil, conforme definido pelo SNUC, os Parques Nacionais (PARNA) são uma categoria de Unidade de Conservação de proteção integral e têm como principal objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de Turismo ecológico (BRASIL, 2000). A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como aquelas previstas em regulamento. Para cada parque nacional deve ser elaborado um plano de manejo, que são caracterizados como projetos dinâmicos os quais utilizam técnicas de planejamento ecológico, determinam o zoneamento da área protegida, propondo um uso de acordo com suas finalidades e estabelecem diretrizes básicas para o manejo da Unidade (FNMA et. al., 1999).

O parque nacional é de domínio público e as áreas particulares incluídas em seus limites deverão ser desapropriadas. Quanto à visitação pública, está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

D'Antona (2000) relaciona as datas de criação dos primeiros parques nacionais com as transformações de urbanizações e afirma que os parques nacionais brasileiros foram criados para resguardar belezas cênicas, mananciais hídricos e espécies animais em extinção, dentre outros critérios biológicos e geográficos. Percebe-se isto pela análise de seus planos de manejo e pelas circunstâncias em que foram criados, pois, em muitos casos, as datas de criação relacionam-se claramente com transformações de regiões próximas, como aquelas causadas pela urbanização ou construção de estradas. O Parque do Itatiaia - RJ, criado em 1937; os parques da Chapada dos Veadeiros e das Emas - GO e de Brasília - DF, criados em 1961 e o parque da Serra da Bocaina - SP / RJ, criado em 1971, favorecem a correlação com acontecimentos de grande impacto ambiental: a industrialização do eixo Rio de Janeiro São Paulo; a construção de Brasília; a abertura da rodovia BR-101 no norte do estado de São Paulo, respectivamente (D'ANTONA, 2000).

Mesmo adotando o modelo norte-americano de preservação das áreas naturais, vários países conseguiram adaptar suas categorias de manejo as suas realidades locais, como é o caso da Costa Rica, que, segundo Cabral (2005), em virtude das inovações informais das populações locais, o modelo de preservação permite o uso dos recursos ambientais, através do Turismo e pesquisa científica, por exemplo. Outros exemplos de objetivos adaptados à realidade do país podem ser observados no Quadro 5.

Costa Rica	Área com traços de caráter singular de interesse nacional o internacional. A área deve incluir amostras representativas de ecossistemas de significância nacional, demonstrar pouca evidência da atividade humana, oferecer importantes atrativos para os visitantes e ter capacidade para uso recreativo e educativo de forma controlada.
Suécia	Os parques nacionais somente podem ser estabelecidos em terras da coroa, ou seja, áreas públicas, sendo seu uso controlado. Em alguns parques a caça e pesca são permitidos.
Argentina	Área natural não alterada, cujo objetivo é a proteção integral. Possuem uma zona na qual são permitidos o Turismo e alterações mínimas para a administração da área, no entanto, assentamentos humanos, caça, pesca e exploração industrial são proibidos.
Chile	Áreas normalmente de tamanho considerável onde estão presentes ecossistemas únicos ou representativos da diversidade ecológica natural do país, e sem interferência humana. Pesquisas e atividades educacionais são os únicos usos permitidos.
Equador	De domínio público, com, no mínimo, 10.000 hectares, em estado natural, com formações geológicas de interesse nacional ou importância científica e educacional, sendo permitida a visitação pública com propósito educacional, recreativo ou científico.
África do Sul	Locais de preservação e estudo de animais selvagens, de preservação geológica, arqueológica, histórica, etnológica, oceanográfica e de interesse científico nacional, nas quais são permitidas atividades de visitação e Turismo.

Quadro 5: Definições e objetivos dos parques nacionais em diferentes países. Fonte: Cabral, 2005.

A Costa Rica foi um dos primeiros países Latino-americanos a reconhecer a importância da proteção dos recursos naturais. Atualmente quase 25% da superfície desse país e parte da zona marítima são declaradas como parques nacionais e zonas de proteção desde a década de 1970 (COSTA RICA, 2006). No Brasil esse número é de 8% (IBGE⁴).

Na Costa Rica existe o Sistema Nacional de Áreas de Conservação (SINAC), que é um sistema de gestão institucional descentralizado e participativo. O SINAC é composto por 11 subsistemas denominados Áreas de Conservação, além de uma sede central. Uma área de conservação é uma unidade territorial administrativamente delimitada onde se inter-relacionam atividades tanto privadas quanto estatais, e que buscam soluções conjuntas,

⁴ Disponível em:

<www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1156&id_pagina=1>. Acesso em: 15 set. 2008.

orientadas por estratégias de conservação e desenvolvimento sustentável para os recursos naturais. O SINAC é um conceito de conservação integral, que oferece a possibilidade de desenvolver uma gestão pública responsável, com a participação do Estado, da sociedade civil, das empresas privadas e de cada indivíduo do país interessado e comprometido com a construção de um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. Um dos objetivos das áreas protegidas é o de promover a atividade turística dentro das áreas silvestres protegidas, como elemento gerador de recursos econômicos dirigidos a financiar atividades de conservação como um meio para divulgar o conhecimento sobre a dinâmica dos ecossistemas, além de impulsionar a formulação e a execução de atividades de educação ambiental, tanto dentro, quanto fora das áreas protegidas.

1.2 Desenvolvimento local, Turismo e as áreas protegidas

O estudo da relação do desenvolvimento local por meio do Turismo utilizando as áreas protegidas ou seus entornos pode auxiliar na preservação de ecossistemas, assim como o incremento de uma nova proposta para as populações locais, pois pode ser menos impactante para o meio ambiente. Esse incremento de novas atividades é de grande importância, pois o Turismo pode se tornar uma alternativa econômica às atuais formas de desenvolvimentos, muitas vezes impactantes.

1.2.1 Formas de desenvolvimento

Buscando compreender o significado da palavra desenvolvimento, reporta-se, primeiramente ao Novo Dicionário Aurélio, que define desenvolvimento como sendo:

1. Ato ou efeito de desenvolver (se);
2. Adiantamento, crescimento, progresso.
3. Desenvolvimento econômico, crescimento econômico quando acompanhado por modificações na estrutura produtiva de um país ou região, como a industrialização. (FERREIRA, 2004).

A partir dessa definição, o desenvolvimento seguiria uma característica associada ao progresso econômico, à modernização e a fatores de produção, pois muitas vezes o desenvolvimento é tratado como um crescimento econômico, principalmente por parte de grandes investidores que objetivam retorno financeiro em curtos espaços de tempo. Para Martins (2002), o termo desenvolvimento tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecnológica, decorrente de uma visão positivista, que somente associa desenvolvimento ao crescimento de taxas e indicadores econômicos.

O desenvolvimento não deve ser entendido apenas como sinônimo de desenvolvimento econômico, pois, esse é basicamente o binômio formado pelo crescimento econômico e pela modernização tecnológica, em que ambos se estimulam reciprocamente (SOUZA, 2002).

Para Diegues (1992, p. 46), o modelo de desenvolvimento chamado ecodesenvolvimento pode ter sido introduzido, na década de 1970 por M. Strang e se caracteriza como uma “[...] estratégia de desenvolvimento negadora de um crescimento econômico que implicasse na degradação dos recursos naturais”. Ainda segundo o autor, a proposta desse modelo é a de melhorar a qualidade de vida das populações locais e a satisfação de suas necessidades básicas por meio de tecnologias limpas e minimizadoras de impactos ambientais, assim como a descentralização nas tomadas de decisões.

Outro autor que aborda o ecodesenvolvimento é Casasola (2003), que entende como sendo um modelo que busca harmonizar o desenvolvimento socioeconômico como um manejo adequado dos recursos e do ambiente de cada região, através de soluções específicas para problemas concretos, sempre levando em consideração o ambiente natural e cultural e atendendo as necessidades imediatas e as de longo prazo.

Para Castrogiovanni (2002, p. 63), essa idéia de ecodesenvolvimento deve ser “[...] discutida dentro de princípios que estabeleçam critérios e condições que evitem a degradação, o esgotamento e a extinção dos recursos naturais, possibilitando um amplo bem-estar social”. Para o autor, trata-se de um desenvolvimento realizado de forma responsável de acordo com cada região onde ocorre, harmonizando os vértices social, cultural, econômico e ambiental a fim de gerar benefícios a tudo e todos os envolvidos.

No entanto esse modelo durou um curto período de tempo, sendo substituído pelo desenvolvimento sustentável, que foi criado no mesmo período (DIEGUES, 1992) e que ganhou grandes proporções após a Eco92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), quando foram discutidas alternativas de desenvolvimento que fossem compatíveis com a preservação do meio ambiente, para ser implantado pelos governos. Nessa conferência, o Ecoturismo ganhou grande importância, por ser considerado um Turismo limpo e não degradante, que poderia ser uma alternativa para o desenvolvimento sustentável.

Quando se fala em desenvolvimento, o termo mais difundido, discutido e criticado é o desenvolvimento sustentável. Murphy (2001) afirma que esse modelo de desenvolvimento se preocupa em buscar soluções, incorporando o contínuo crescimento econômico de um modo menos agressivo para o ambiente e mais equitativo, baseando-se nos princípios estabelecidos

da conservação e supervisão. Esse autor se baseia em alguns componentes, tais como: controle populacional, qualidade ambiental, capacidade de carga e redução dos efeitos negativos, entre outros, e seu conceito remete à capacidade de desenvolvimento sem acometimento ou dano aos recursos utilizados, para que as gerações futuras possam desfrutar desses mesmos recursos.

Ehlers (2002) defende o desenvolvimento sustentável, apoiado no equilíbrio entre o social, o econômico e a conservação ambiental, salientando a relevância da promoção do Turismo como uma importante estratégia para a conservação ambiental e para a geração de empregos. Para Swarbrooke (2000), o Turismo sustentável trata-se de um desenvolvimento que satisfaz nossas necessidades hoje, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro, no entanto, esse conceito é semelhante ao do desenvolvimento sustentável de Murphy (2001) apresentado anteriormente. Ambos os conceitos assemelham-se ao referirem o termo sustentável como algo utilizável no presente e no futuro da mesma maneira.

Outro modelo de desenvolvimento é o endógeno, realizado com a participação da comunidade local, o qual esta expõe suas necessidades e tem-se como objetivo suprir as mesmas visando um desenvolvimento benéfico. Barquero (2001) explica que o desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade local envolvida. O objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto, além de influenciar os aspectos produtivos, a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. Esse não se trata de um desenvolvimento excludente, pelo contrário, tem como objetivo a integração da comunidade local no processo objetivando o bem-estar social através da solução dos problemas e necessidades locais.

Barquero (2001) identifica três dimensões durante o desenvolvimento endógeno: uma de caráter econômico, que permite aos atores econômicos locais usar de maneira eficiente os fatores produtivos, com o objetivo de serem competitivos no mercado; outra dimensão é a sociocultural, na qual ocorre uma união entre os atores econômicos e sociais com as instituições locais para formar um sistema de relações para auxiliar no desenvolvimento e por fim, a dimensão política, que favorece a instituição da vontade local, através de políticas públicas, por exemplo.

Por último, o desenvolvimento com base local, descrito por Rodrigues (2003, p. 16) como:

A mobilização de um conjunto fortemente coeso de sujeitos de um determinado lugar, em torno de um objetivo comum, após o reconhecimento tanto dos entraves ao desenvolvimento, quanto das potencialidades locais, para a consecução de objetivos definidos conjuntamente num projeto de reestruturação socioeconômica, que definirá novas territorialidades, onde o poder local constitui o eixo condutor, caracterizando-se por marcada endogenia.

Para a citada autora, o desenvolvimento com base local é antes de tudo social, não estando necessariamente vinculado a um crescimento econômico significativo, por esse motivo, para que ocorra esse tipo de desenvolvimento é importante a inclusão social para que haja melhoria da qualidade de vida das unidades familiares de comunidades desprovidas de condições dignas de existência (RODRIGUES, 2003). O patrimônio exerce vantagens competitivas em projetos de desenvolvimento com base local, assim, a preservação do patrimônio agrega valor às peculiaridades ambientais e culturais, sobretudo em projetos de Turismo com base local.

Martins (2002) cita que o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos, tais como: bem-estar, qualidade de vida, entre outros, e sim na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não somente beneficiária do desenvolvimento. Portanto, isso resulta em repensar o papel da participação da população no processo, que deve ser consultada desde o início de qualquer projeto, para que a mesma se sinta inserida e possa realmente compartilhar das ações.

1.2.2 O desenvolvimento local através do Turismo

O processo de desenvolvimento não depende apenas de um setor ou um agente, pelo contrário muitos estão envolvidos para que este processo ocorra e gere benefícios a todos. Todavia, é necessário que os envolvidos tenham claro os seus objetivos e que sejam capacitados para atingi-los, pois, muitas vezes, os diversos setores envolvidos no processo de desenvolvimento do Turismo não possuem uma visão acerca das interdependências entre eles na cadeia produtiva deste fenômeno, ocasionando falhas no processo. Essa cadeia produtiva é formada por um conjunto de empresas que fornecem entre si bens e serviços intermediários até a geração do produto final destinado aos turistas (LEMOS, 2005). O produto turístico representa claramente essas inter-relações entre setores, tais como transporte, hotelaria, restaurantes, filmes, livros, diversões, *souvenirs*, seguro, etc." (BENI, 2006). No Turismo todos os serviços e produtos estão intrinsecamente ligados, no qual apenas um não pode sobreviver sem o sustento ou auxílio dos demais, gerando assim a cadeia produtiva do Turismo.

O desenvolvimento proporcionado pelo Turismo deve visar o crescimento econômico, a valorização da cultura local, a não geração de danos e a maximização dos benefícios, sendo assim harmônico por ocorrer de forma responsável, assim como a atividade turística. Para Boullón (2002), o desenvolvimento do espaço turístico está condicionado à presença de atrativos turísticos, que podem ser considerados como a matéria-prima do Turismo, uma vez que constituem a causa principal de motivação de uma viagem turística e deve ser realizado de maneira responsável, visando o bem-estar de todos os envolvidos, direta ou indiretamente.

No caso do Turismo em ambientes naturais, as áreas protegidas funcionam como importantes atrativos turísticos e podem ser o principal atrativo de determinadas regiões, podendo ser trabalhado em conjunto com elementos da cultura local. Idéia essa reforçada por Machado (2005), quando afirma que o uso das unidades de conservação para o ecoturismo seria uma importante ferramenta alternativa de sustentabilidade, sendo um forte aliado nas políticas conservacionistas, quando bem executado. Salienta ainda, sua função como meio para a solução de problemas ambientais, contribuindo para promover mudanças na relação do homem com a natureza.

Para se atingir esse desenvolvimento local, faz-se necessária a inserção das populações locais no processo de desenvolvimento, pois como completa Ceballos-Lascuráin (1998), o objetivo principal do envolvimento da população local no ecoturismo é que esse processo traga oportunidades concretas de benefícios sócio-econômicos dentro dos padrões de sustentabilidade.

Portanto, uma categoria de Turismo que pode facilmente integrar as populações é o ecoturismo, que seguindo uma tendência mundial de valorização do meio ambiente, no final da década de 80, foi introduzido no Brasil. A EMBRATUR e o Ministério do Meio Ambiente publicaram as Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo, definido como:

Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994).

A implantação do ecoturismo “[...] funciona como uma forma de incrementar o apoio econômico para a conservação da natureza nessas áreas [...]” (MMA, 2006, p. 9), além de ser uma alternativa de sustento para populações tradicionais que não podem praticar suas atividades de subsistência com total liberdade⁵. A implantação de atividades turísticas pode

⁵ Um exemplo são os pescadores que vivem no Parque Nacional da Lagoa do Peixe entre os municípios de Tavares e Mostardas no RS, onde os pescadores podem praticar suas atividades tradicionais, a pesca, porém com um controle do Instituto Chico Mendes, somente pescadores cadastrados podem exercer a atividade e em determinadas épocas do ano.

ser uma possibilidade real e eficaz de desenvolvimento local. No entanto, o ecoturismo não tem somente impactos positivos para a área receptora, pois como analisa Endres (1998), há alguns pontos negativos para as Unidades de Conservação que devem ser levados em conta. Cita o ecoturismo como atividade que utiliza a natureza como matéria prima e que assegura a proteção dos ecossistemas, porém, como toda intervenção humana, alguns impactos ambientais são inevitáveis.

Endres (1998) cita o exemplo da ilha de Algodão-Maiandeuá no estado do Pará, uma Área de Proteção Ambiental, onde, a partir da década de 80, a região passou a sofrer com o Turismo mal planejado, desencadeando uma série de problemas, como o acúmulo de resíduos, desmatamentos e construções ilegais, causando perdas no aspecto cênico da ilha. Constatou-se neste caso, a importância de um planejamento voltado à sustentabilidade da área, onde o ecoturismo deve ser implantado seguindo um roteiro de ações pré-definidas, com objetivos concretos, sempre voltados a atender os interesses de todos os envolvidos, o Estado, as populações e principalmente a natureza.

Uma das maneiras de se realizar um planejamento focado para o desenvolvimento local através do Turismo em áreas protegidas seria a efetiva aplicação dos Planos de Manejo, pois são os documentos que definem todas as áreas de uma área protegida e quais atividades são permitidas em cada um, assim como a utilização das áreas de entorno para o desenvolvimento de atividades de Turismo.

Mesmo com a finalização dos estudos de um plano de manejo, sua implantação depende de recursos da Nação, no caso de unidades de conservação federais, e muitas vezes esses recursos são insuficientes e, segundo Costa (2002, p. 52) existe uma “[...] ausência histórica de investimentos [...]” em áreas protegidas no Brasil que são muito extensas, complexas e de equilíbrio ecológico frágil (MACHADO, 2005). Portanto, existe a necessidade de buscar alternativas para a sustentabilidade nas unidades de conservação. Se o plano de manejo for corretamente desenvolvido, fazendo uma adequada ocupação do solo, as áreas específicas poderão ser utilizadas para a prática do ecoturismo. Outro problema de gestão dessas áreas é o fato de estarem situadas em limites pertencentes a municípios, e esses pouco podem fazer em relação à gestão desses atrativos, cujas administrações pertencem a órgãos federais e estaduais. Assim, o desenvolvimento do Turismo dessas localidades pode ser prejudicado devido a pouca vontade dos gestores dos parques em adequá-las para o desenvolvimento do Turismo (BAHIA et. al, 2005).

Para Scherl et. al. (2006), o ecoturismo é uma importante fonte de renda para as populações locais e que é duradouro na medida em que houver planejamento. Para que o

Turismo se desenvolva de maneira positiva, deve-se ter a concordância entre a pesquisa, planejamento e educação ambiental, ajudando na conservação dos recursos, com a melhoria da qualidade de vida da população.

O envolvimento da população local em atividades como o Ecoturismo pode ser um meio de inseri-la em atividades complementares, pois podem se tornar excelentes guias para o ecoturismo. Pois como afirma Cebalos-Lascuráin (1998), em virtude desses grupos terem uma longa permanência na sua região, possuem vastos conhecimentos em relação ao meio natural e com as tradições locais, sendo o ecoturismo uma nova opção de vida e de sustento para muitos habitantes locais. O autor lembra que o ecoturismo não deve se transformar em panacéia nem ser a única atividade de uma comunidade, e sim uma atividade complementar.

O aumento dos benefícios das áreas protegidas e a redução de seu custo para as populações locais podem contribuir para mobilizar o apoio público e reduzir os conflitos e os custos decorrentes da gestão de áreas protegidas, especialmente em áreas de pobreza generalizada. A sustentabilidade em longo prazo das redes de áreas protegidas (incluindo a sua ampliação mediante o estabelecimento de novas formas de áreas protegidas) e o êxito na redução da pobreza são objetivos indissociáveis. O entendimento desta conexão envolve conseqüências práticas que irão requerer novas inversões com o intuito de aumentar benefícios e reduzir custos (SCHERL et. al., 2006).

Nogueira e Salgado (2004) expressam suas opiniões quando falam sobre usar as unidades de conservação como meio de não degradá-las, afirmando que essas áreas podem gerar significativos rendimentos, contribuindo assim para o desenvolvimento das economias locais. No entanto, devem-se identificar os bens e serviços ou os produtos que essas áreas protegidas podem oferecer. Os autores defendem o uso de alternativas inovadoras em relação às fontes tradicionais de manutenção das áreas protegidas, pois podem assegurar uma viabilidade e existência a um prazo mais duradouro.

Ao se destacar a população tradicional e o ecoturismo têm-se a finalidade de ressaltar a necessidade de se discutir caminhos para que a atividade turística seja uma alternativa econômica viável e não predatória, buscando ainda estimular o debate pela inserção da população no processo de desenvolvimento do Turismo.

Para a OMT e PNUMA (1992), os habitantes locais possuem ricos conhecimentos, passados através das gerações, sobre as características de suas regiões, portanto, poderiam ser incluídos em trabalhos de ecoturismo em suas áreas de conhecimento. Através da realização de um planejamento integrado, o ecoturismo pode viabilizar o conhecimento do meio e sua totalidade, no que abrange os aspectos naturais e sociais, inter-relacionando as partes. Sendo

que o conhecimento dessas inter-relações poderá partir da experiência da realidade local, com base no cotidiano.

1.2.3 Os espaços naturais protegidos como destinos turísticos

As áreas protegidas, especialmente os parques nacionais constituem-se em importantes atrativos turísticos para os locais onde estão inseridos, podendo ser importantes geradores de renda. Para a OMT e PNUMA (1992), os parques nacionais são importantes para os países em desenvolvimento, do ponto de vista econômico e em quase todas as regiões dos trópicos se utilizam atrações naturais para a promoção do Turismo.

Para Scherl et. al. (2006), as áreas protegidas geram importantes benefícios econômicos, ambientais e sociais que se concretizam a nível local, nacional e global, no entanto, muitas comunidades locais vêm sendo marginalizadas e excluídas das áreas protegidas. A negação do direito de acesso aos recursos naturais pode intensificar ainda mais a pobreza, uma vez que suas riquezas naturais e culturais representam fontes de renda importantes para as comunidades locais.

As áreas protegidas, por serem locais de grande beleza, principalmente os parques nacionais, que têm por finalidade resguardar paisagens cênicas, serem locais conservados e que podem proporcionar momentos de lazer para habitantes das cidades, tornam-se o destino de muitas pessoas. Santos Junior e Pires (2008) afirmam que nos últimos anos, principalmente após a década de 1980, o desenvolvimento do Turismo em áreas naturais tem aumentado devido ao crescimento da preocupação com as questões ambientais.

Na Espanha, Portillo (2006) demonstra que até o ano de 2005 havia 1.115 espaços protegidos, que representavam cerca de 10,24% da superfície espanhola e estima-se que esses espaços tenham recebido 49,4 milhões de visitantes. Os 13 parques nacionais existentes empregam 1.375 pessoas, dessas, 15% são para prestar serviços referentes aos visitantes.

Para Kinker (2002), a popularidade de todas as modalidades de Turismo ligado à natureza como o ecoturismo ou Turismo de aventura tem crescido nos últimos anos e esse crescimento pode ser evidenciado devido à grande quantidade de publicações especializadas sobre o assunto, ao crescente número de estudos acadêmicos e ao interesse pela mídia e agências especializadas em pacotes voltados a atividades ligadas à natureza.

Os benefícios socioeconômicos do Turismo em parques nacionais são elencados pela OMT e PNUMA (1992) como sendo os seguintes:

- Geração de emprego local a diversos setores;

- Diversificação da economia local, principalmente na zona rural;
- Estimula a melhoria da infraestrutura de transporte e de comunicação local, favorecendo, assim, a população residente;
- Cria instalações recreativas que podem ser utilizadas tanto para a população local, quanto para os visitantes;
- Pode funcionar como um mecanismo auto-sustentável.

Conforme estabelecido no SNUC, dentre os objetivos estabelecidos para os parques nacionais, estão a visitação pública e a prática de educação e interpretação ambiental. Quando voltados para o Turismo, os parques compõem grandes e importantes atrativos turísticos e exemplos não faltam para corroborar com essa afirmação.

No Brasil, um exemplo é o Parque Nacional do Iguaçu, no estado do Paraná, criado em 1939. Segundo D'Oliveira et. al. (2002), mediante concessões para empresas privadas, o parque consegue aliar a preservação da biodiversidade, considerado Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, com uma proposta de alternativa de desenvolvimento local mediante serviços turísticos e a prática de alternativas produtivas com menor impacto, com garantias do aumento de rentabilidade e da melhoria da qualidade de vida. Na geração de trabalho, as atividades de ecoturismo geram em torno de 700 empregos diretos para a população local. Outro fator positivo para a relação parque - comunidade é a implantação de projetos de conscientização ecológica, o primeiro é a adoção de ingressos com valores diferenciados para moradores locais, o segundo é a educação ambiental em escolas, fundamental para a geração de uma consciência ecológica e necessária para a sustentabilidade ambiental do parque.

Scherl et. al. (2006) cita outros exemplos bem sucedidos na relação parque - comunidade local, por exemplo, na cidade de KwaZulu Natal, África do Sul, onde uma organização responsável pelas áreas protegidas criou um Fundo Comunitário de Impostos, que destina os impostos cobrados aos visitantes das áreas protegidas, dirigindo-os a projetos de desenvolvimento definidos pelas comunidades locais. Outro exemplo ocorre na Zâmbia, na área de entorno do Parque Nacional South Luangwa, que mantém uma população de 50.000 pessoas. Duas concessões de caça na área possibilitam uma renda de cerca de US\$230.000 por ano para as comunidades locais. Anteriormente, a distribuição de renda era administrada por líderes da comunidade, porém nos últimos anos, os rendimentos vêm sendo distribuídos em dinheiro vivo à população local, de forma aberta e transparente. Cada indivíduo retém para si uma parte dessa quantia enquanto que outra parte é destinada aos projetos aprovados por toda a comunidade. Atualmente, 80% da renda proveniente da caça é repassada para as

comunidades locais. A democracia participativa e a responsabilidade a partir das bases têm mudado as atitudes em relação ao parque, a vida silvestre é vista pela comunidade como um bem privado, o que tem contribuído para a redução da caça ilegal.

Outro exemplo citado por Scherl et. al. (2006) são as áreas totalmente protegidas em Sarawak, na Malásia, onde o governo reconhece que as áreas totalmente protegidas são de importância vital para a conservação. A política do Estado é que 10% da área do país sejam incluídas em áreas totalmente protegidas, no entanto, como muitas comunidades rurais dependem dos recursos existentes nessas áreas, durante o processo de estabelecimento lhes são garantidos direitos para continuar a utilizar essas terras, sempre que de modo apropriado. O objetivo é, aos poucos, extinguir os usos extrativos não sustentáveis em troca de benefícios provenientes de projetos compatíveis com a conservação, assim, as necessidades das comunidades locais são satisfeitas de forma a não divergir das metas centrais de conservação das áreas totalmente protegidas.

Beltrán (2001) descreve o estudo de caso do Parque Nacional Sagarmatha, no Nepal, com uma área de aproximadamente 1.150 km² e composto por uma paisagem de altas montanhas, que variam entre 2.800 e 8.848m. O parque está na categoria de manejo II da IUCN. Em 1993 o governo aprovou a Lei de Conservação da Vida Silvestre, que prevê a entrega de até 60% dos ingressos do parque para o desenvolvimento da comunidade local.

A população do Parque é constituída, em sua maioria, por comunidade de Sherpas, que chegam a 3.064 habitantes, todos vivendo nas áreas próximas ao parque. O principal atrativo é o Monte Everest, mas alto do mundo, visitado por mais de 17.000 turistas a cada ano. Em consequência disso, a quantidade de hotéis aumentou de 7, em 1973, para 17 em 1980 e de 74 em 1990 para 224 em 1997. Estima-se que o Turismo gera emprego para cerca de 60% a 80% da população local e possui um importante papel no melhoramento das condições de vida da maioria dos sherpas, no entanto, não possui um planejamento turístico, o que tem provocado problemas com os resíduos.

O governo do Nepal, percebendo que o futuro do Parque não estaria assegurado sem o apoio da população local, decidiu incluir essa população ao plano de manejo, auxiliando assim na redução dos conflitos. O parque permitiu que os habitantes utilizassem os meios naturais para a subsistência, como lenha para combustível e terras para pastoreio.

Moos (2002) fala do modelo de operação dos parques de Ontário, no Canadá, que conta com 278 parques em uma área de 7.1 milhões de hectares e mais de 19.000 campings localizados em 7.000 áreas de camping. Em 1996, o governo estabeleceu um modelo de gestão dos parques baseado nos modelos empresariais, onde todos os valores de seus

ingressos são reinvestidos, melhorando assim os serviços aos clientes, construção de novas áreas de acampamento e implantação de um sistema de reservas centralizado. Desde a criação dessa iniciativa de gestão dos parques, em 1996, a economia do governo com parques foi de 6.1 milhões de dólares canadenses, ou seja, uma redução de 42 %. Esse exemplo demonstra que por meio de uma mudança na atual forma de gestão das áreas protegidas é possível aliar a preservação desses espaços naturais com a sua gestão autosustentada.

Kinker (2002) descreve o estudo realizado no Parque Nacional Aparatos da Serra, localizado entre os municípios de Cambará do Sul - RS e Praia Grande - SC. Sua área de entorno é de 10 km e abrange partes dessas duas cidades, além do outro parque nacional que se localiza ao lado, o Parque Nacional da Serra Geral. Quase toda a área da cidade de Cambará do Sul encontra-se dentro dos limites do Parque ou na área de entorno de ambos. A principal economia da zona rural é a pecuária de corte e a agricultura é de subsistência, no entanto, a principal economia do município, representando 80%, é a indústria de celulose, por meio do plantio e extração do *pinus elliottii* e o *pinus taeda*, espécies exóticas e invasoras que se são disseminadas facilmente e de forma descontrolada. O Turismo é visto pela população como uma saída econômica de desenvolvimento, pois o município apresenta problemas de acesso e de infra-estrutura. Existe na cidade uma associação de guias de ecoturismo e para visitar os cânions, os turistas devem contratar um guia ligado a essa associação. Até o ano de 1999, a situação fundiária da Unidade de Conservação estava regulamentada em 75%. Antes desse período, no ano de 1982, os problemas enfrentados para a implantação do plano de manejo foram: a criação de gado, o desmatamento, a agricultura, a caça e o fogo.

Exemplos bem sucedidos da relação parque-comunidade local existem, no entanto, ainda ocorrem muitas situações em que essa relação não é harmoniosa. Muitas pesquisas têm estudado a formação de conflitos entre as populações locais que, por gerações, habitam as áreas que se tornaram áreas protegidas.

1.3 A relação entre a população e as áreas protegidas

A relação entre as áreas protegidas e as populações que vivem em seu entorno ou até mesmo no seu interior pode ser considerada, na maioria dos casos estudados, conflitante. Pois o que ocorre nesses casos é o que Oliveira I. (2005) compreende como os fenômenos gerados a partir de interesses sociais, ou seja, uma colisão de interesses.

D'Antona (2000) lembra que o Parque Nacional é um modelo hegemônico difundido internacionalmente, não está adaptado para conviver com as comunidades próximas e tem

ocasionado impactos sobre diversas delas. Isto o transforma em elemento útil à reflexão: ao contrapor o parque nacional ao modo de vida tradicional das comunidades residentes em suas proximidades, revelam-se as diferenças entre a forma oficial, instituída, de perceber e conviver com a natureza e as formas locais. A primeira se mostra genérica, posto que a política das Unidades de Conservação pretende servir a qualquer região; a segunda parece específica, compatível com as crenças, os usos e recursos das comunidades onde se instala um parque nacional.

Scherl et. al. (2006) acrescenta que as áreas protegidas podem fornecer uma extensa série de bens e serviços para as populações que vivem nela ou no seu entorno, como, por exemplo, os serviços de provisão, mediante fornecimento dos produtos naturais, como alimentos, água potável, madeira ou plantas medicinais. Para populações que vivem em áreas afastadas, as Unidades de Conservação podem representar uma alternativa complementar de renda através de atividades como guardas ou guias florestais e até em atividades ligadas ao Turismo, por meio das mais variadas vertentes do Turismo ligado a ambientes naturais. A autora cita o exemplo de áreas naturais em Uganda onde as populações tradicionais são beneficiadas mediante receita advinda das taxas cobradas aos turistas ou impostos hoteleiros. E também, conforme os outros exemplos de áreas protegidas e sua relação com a população local, apresentados anteriormente.

Entretanto, como muitas comunidades locais que vivem nas áreas protegidas e no seu entorno têm oportunidades de desenvolvimento limitadas, tais áreas oferecem uma oportunidade ainda não aproveitada de contribuir para a redução da pobreza e, ao mesmo tempo, manter sua função vital na conservação da biodiversidade. Ao reconhecer a importância da população para a conservação, deve-se pensar nas comunidades pobres para que essas possam vir a atuar como uma nova linha de frente da conservação. Isso implica novas formas de trabalhar com as comunidades locais, por meio da cooperação com as autoridades responsáveis pelas áreas protegidas, para que haja a proteção da biodiversidade e o reforço da capacidade de gestão de suas próprias áreas (SCHERL et. al., 2006).

Existe uma diferença entre a utilização dos recursos naturais dependendo do tipo de sociedade, é como constata D'Antona (2000), afirmando que as sociedades tradicionais não utilizam a mesma quantidade de recursos que as sociedades urbanas. As tradicionais dependem dos recursos naturais e seu modo de lidar com eles são harmoniosos e segue os ciclos naturais, são as sociedades tribais, as camponesas e as pescadoras, por exemplo. Já o modo de vida da sociedade predadora é de intensa transformação e exploração dos recursos naturais.

A pirâmide invertida, construída a partir das idéias de D'Antona (2000), representa diferença da necessidade de utilização dos recursos naturais e geração de resíduos entre as sociedades predadoras e as conservadoras (Figura 1).

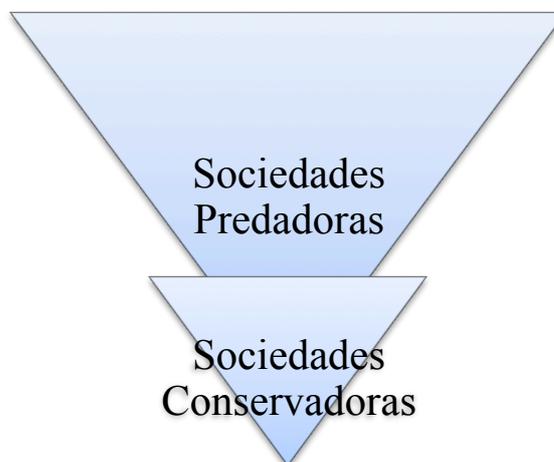


Figura 1: Comparação entre as sociedades predadoras e as conservadoras na utilização dos recursos e geração de resíduos.

Toda essa diferença entre as duas sociedades não é observada nos modelos de preservação ambiental, como aponta D'Antona (2000), onde afirma que, a priori, todas as sociedades são consideradas como predadoras. O autor lembra também, que se deve levar em conta que as sociedades tradicionais não são necessariamente benéficas, pois em alguns casos ou alguns grupos pode ser predatório, como o caso de sociedades que vivem em áreas naturais, mas não são tradicionais.

Portanto, deve-se saber distinguir entre o que são sociedades tradicionais e não tradicionais, mesmo que as duas vivam em ambientes naturais. Para Diegues (2004a e 2004b), as comunidades sociais tradicionais têm a característica de serem detentores de profundos conhecimentos dos ecossistemas dos quais fazem parte, permitindo assim, a manutenção e conservação dos recursos naturais que dependem para viver, em decorrência disso, possuem equipamentos e padrões adaptados às condições de seus ecossistemas específicos.

Outra característica de uma população tradicional é o local onde ela reside. O território das sociedades tradicionais é descontínuo, marcado por vazios aparentes, áreas de estuário que são usadas para a pesca em determinadas épocas do ano, e têm levado autoridades da conservação a declará-las parte das Unidades de Conservação, porque não são usadas por ninguém e é nesse momento que reside, muitas vezes, o conflito entre a sociedade tradicional e as autoridades conservacionistas (DIEGUES e NOGARA, 1994). Lembrando que na pesquisa não está somente se abordando as sociedades tradicionais, e sim as que vivem nas áreas de entorno do Parque Nacional e nas áreas urbanas de Tavares e Mostardas.

Mello e Saito (2000) estudaram a relação entre o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros - GO e a sua comunidade de entorno, sob a ótica da exclusão ou incorporação das populações tradicionais no manejo das Unidades de Conservação. O estudo analisou quatro fases temporais, divididas entre 1961 e 1998, verificando as diferenças de opiniões positivas e negativas quanto ao parque nacional nesses períodos. Os resultados mostraram que havia uma tendência geral de aumento contínuo de opiniões negativas em relação ao órgão administrador da unidade nos primeiros três períodos, entre os anos de 1961 e 1991, no entanto, esse quadro se alterou completamente no último período, entre os anos de 1992 e 1998, demonstrando uma reaproximação entre comunidade e o parque.

Os primeiros períodos, os que registram opiniões negativas com relação ao parque, explicam-se devido à política imposta no momento do estabelecimento da Unidade de Conservação, ou seja, ações de desapropriação, com as conhecidas dificuldades de regulamentação fundiária e as limitações de uso da área, como caça e pesca.

O período final representou a reaproximação entre parque e comunidade, mediante o planejamento para o parque, buscando a integração e diálogo com a comunidade de entorno. Atividades de educação ambiental foram fundamentais nesse processo, pois assim a comunidade adquiriu consciência dos benefícios produzidos pela Unidade de Conservação, passando a apoiá-la. O Turismo exerceu papel fundamental nessa aproximação, visto que foi utilizado como alternativa econômica para a população, que foi treinada para conduzir visitantes.

O caso do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros pode ser considerado um bom exemplo no manejo, que por meio da integração da população no planejamento das ações, conseguiu conciliar a preservação do meio ambiente, o uso público e as questões sociais da comunidade de entorno. Isso demonstra que os objetivos de conservação são mais bem alcançados na medida em que as necessidades socioeconômicas das populações locais são atendidas.

Utilizando o estudo do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros e comparando com o estudo realizado por Messias et. al. (2000) sobre o programa de educação ambiental no Parque Nacional da Lagoa do Peixe, os autores demonstram o processo de mudança de percepção da comunidade em relação ao Parque, apresentando os esforços para a implantação do mesmo e o processo de mudança na percepção da comunidade na relação com o Parque, por intermédio de uma pesquisa na comunidade abordando questões como: conhecimento sobre fauna e flora, os motivos da criação do Parque, o que a Lagoa do Peixe representava

para a comunidade, dentre outras, se estabelecendo um comparativo entre as duas áreas protegidas (Quadro 6).

Parque Nacional Chapada dos Veadeiros			Parque Nacional Lagoa do Peixe		
Ano	Relação com a comunidade	Duração	Ano	Relação com a comunidade	Duração
1961 - 1991	Negativa	30 anos	1986 - 1990	Negativa	4 anos
1992 - 1998	Positiva	7 anos	1992 - 1997	Equilibrada	5 anos
			1997 - 2006	Sem dados	9 anos
			2007 - 2008	Aceitação	2 anos

Quadro 6: Comparativo entre o PNCV e o PNL. Fonte: adaptado de Mello e Saito (2000) e Messias et. al. (2000).

Em uma pesquisa realizada na Reserva Ecológica Estadual de Joatinga - RJ, no estuário de Mamanguá, Diegues e Nogara (1994) verificaram que grande parte da população, 57%, avalia de maneira positiva a presença de turistas na região, pois pode comercializar alguns produtos, como o artesanato local.

D'Antona (2000) estabelece o elemento que diferencia o turista do morador local, pois na superficialidade do turista, assim como na intensidade do residente, se manifesta a desigualdade de relacionamento com o lugar onde se instala o parque. O turista coleciona imagens, aprecia paisagens, enquanto o morador manifesta profundo apego à terra e um específico conhecimento da natureza.

Segundo a OMT e PNUMA (1992), para a implantação do Turismo em um parque nacional, é necessário prever os conflitos no uso dos recursos naturais entre o Turismo e as populações locais, a fim de que sejam criados os mecanismos necessários para que a relação entre o Turismo, a área protegida e a população seja mais harmoniosa possível.

D'Antona (2000), em seu estudo com a comunidade do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, fala da opinião dos moradores sobre parque, natureza, degradação e preservação, mostra o que os moradores pensam e dizem a respeito de assuntos relacionáveis ao Parque Nacional. Para eles, o Parque Nacional não está relacionado à preservação ambiental, mas a um lugar com beleza estética e exotismo. A preservação ambiental não faz parte do repertório de assuntos abordados livremente nas comunidades e a noção de preservação aparece em poucas conversas, sempre associada à idéia de consequência do modo de vida local que consome pouco e, por isso, não acaba com a natureza.

Finalmente, a preocupação com a degradação ambiental não aparece espontaneamente e existem considerações sobre o consumo de recursos nas práticas cotidianas: algumas prejudicam a natureza e se constituem em ações a serem evitadas; outras não a prejudicam e, portanto, não merecem nenhuma ressalva; e, finalmente, há as realmente prejudiciais, mas

inevitáveis, pois as pessoas vivem disso, não fazem por maldade. Entre as comunidades, o Ibama está associado a apreensões, multas e corrupção. No confronto entre o que o Ibama afirma sobre as comunidades e o que estas afirmam sobre ele, verifica-se que ocorre contradição entre as partes, que não se conhecem nem ponderam adequadamente sobre os efeitos de suas ações recíprocas; as práticas preservacionistas e o modo de vida local divergem cotidianamente.

Silva e Maia (2008) estudaram os benefícios do ecoturismo percebidos pela população que vive nas cidades de entorno do Parque Nacional do Catimbau, no interior de Pernambuco, criado no ano de 2002. No entorno do Parque Nacional existem três cidades que estão inseridas na área de entorno da Unidade de Conservação, a pesquisa coletou amostras de residentes da localidade de Catimbau, que se encontra na área de amortecimento do Parque, onde sua economia é baseada na agricultura de subsistência e na agropecuária. Foram entrevistadas pessoas que apresentavam ligações diretas com a atividade turística, além de proprietários de terras localizadas no interior do parque. As atividades de ecoturismo praticadas no interior do Parque são: caminhadas, observação de flora e fauna, além de visitas com escolas e universidades. Os resultados demonstraram que, de modo geral, os moradores estão alheios à situação do Parque e não percebem os benefícios da atividade turística praticada no lugar. O Turismo é percebido por uma pequena quantidade de pessoas, que são os que trabalham diretamente, como guias, artesãos, hoteleiros e donos de restaurantes, especialmente após a criação do Parque Nacional. Com relação à criação do Parque, a opinião dos entrevistados é muito diversificada, dependendo do grau de aproveitamento financeiro que cada um tem com as atividades turísticas. Os entrevistados apresentaram aspectos positivos e negativos com a criação do Parque.

Silva e Maia (2008) ressaltam três pontos importantes verificados na pesquisa: o primeiro é que a maioria da população não está consciente da criação do parque ou o motivo pela qual suas terras foram incluídas na área limite da Unidade de Conservação. O segundo ponto é a questão fundiária, pois os moradores desejam permanecer em suas propriedades, além disso, as indenizações ainda não foram pagas. O terceiro ponto é o fato da atividade turística não ser percebida pela maioria dos moradores como uma oportunidade de desenvolvimento local o que faz com que grande parte da população não veja os benefícios da atividade turística. Esse contexto de incertezas gera medo e contribui com as atitudes negativas em relação ao Parque.

Outro estudo realizado, buscando compreender as relações entre comunidades rurais locais e as áreas protegidas, foi realizado por Hauff (2004) em seis parques no Brasil, nos

quais foram identificadas as principais formas de ocupação da terra e usos dos recursos naturais e as opiniões sobre as ações das unidades nas atividades produtivas dos moradores, assim como as opiniões sobre as relações entre as administrações e as comunidades. No questionário era perguntado ao morador qual a sua atividade antes e depois da declaração do Parque Nacional, qual era a melhor época para se viver no local, novamente antes e depois da criação da Unidade de Conservação, dentre outras questões. Os resultados demonstraram que a queda das atividades produtivas mais importantes de cada região estudada ocorreu antes da criação das unidades e somente as atividades baseadas na exploração de recursos naturais sofreram maior impacto com a existência da unidade. Atualmente, a maior parte das atividades dos moradores é de pequena escala e baseia-se no extrativismo e em práticas agropecuárias pouco desenvolvidas ou inadequadas ao meio local. As atividades mais citadas pelos moradores para o período anterior à criação das Unidades de Conservação foram agropecuária e extrativista, e no período posterior à criação, houve um aumento nas citações de produção de farinha e redução na extração de palmito e o aparecimento da prestação de serviços turísticos com oferta de hotéis e restaurantes. Alguns moradores consideram o período posterior à implantação do Parque Nacional o melhor para se viver, já outros consideram a fase anterior ao Parque, suas escolhas se baseiam de acordo com as relações que fazem com as condições de sustento e trabalho, assim como de infra-estrutura e serviços.

Para Hauff (2004), as opiniões dos moradores demonstram que, em um primeiro momento, existe uma tendência de perceber as áreas protegidas de modo negativo, o que está refletido, principalmente, nas restrições às formas de sustento ou trabalho. No entanto, as manifestações tendem a se tornar positivas na medida em que os moradores relatam outros aspectos relacionados à existência das unidades, em sua maioria também relacionados às formas de sustento ou trabalho. A relação entre as áreas protegidas e as populações que vivem no seu interior ou no seu entorno pode ser considerada delicada, pois lida com muitos interesses, como preservação, sustentabilidade e subsistência. Os parques nacionais devem servir como elementos para o desenvolvimento local, além do seu objetivo principal de proteger a fauna e flora. Para isso, um planejamento integrado entre todos os atores interessados é necessário, para que todos exponham seus interesses e conheçam os dos outros, somente assim haverá um diálogo e uma relação harmoniosa e saudável entre as populações e as áreas protegidas.

2 MÉTODO

A presente pesquisa é caracterizada como exploratório-descritiva, na medida em que busca descrever os fenômenos e estabelecer as relações entre as variáveis.

Para a abordagem do problema será aplicada uma combinação de análise quantitativa e qualitativa. Quantitativa, pois se pretende traduzir em números as opiniões e as informações coletadas, para posteriormente, classificá-las e analisá-las com o uso de métodos estatísticos. Qualitativa, pois se busca conhecer como os fenômenos ocorrem e quais as suas razões e consequências. O estudo será caracterizado por ser uma pesquisa aplicada, ou seja, objetiva à produção de conhecimentos que tenham aplicação prática e dirigida à solução de problemas reais e específicos, envolvendo verdades e interesses locais.

2.1 Área de Estudo

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PNLP) está localizado no Rio Grande do Sul, que abrange uma área territorial de 282.062 km². O território gaúcho possui uma faixa litorânea com mais de 622 km de extensão e possui 496 municípios, distribuídos em 10 regiões turísticas, conforme divisão estabelecida pela Secretaria Estadual de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul (SETUR-RS). Essas regiões são divididas da seguinte forma: Grande Porto Alegre, Litoral Norte Gaúcho, Serra Gaúcha, Hidrominerais, Missões, Pampa Gaúcho, Central, Vales, Costa Doce e Yucumã.

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) classifica o litoral gaúcho seguindo critérios diferentes dos adotados pela SETUR-RS. No estado, a região costeira é delimitada a partir de sua formação geológica, relevo e bacia de drenagem. O litoral está dividido em quatro grandes setores: litoral norte, do município de Torres até o município de Cidreira; litoral médio leste, do município de Palmares do Sul até São José do Norte, a leste da Laguna dos Patos; litoral médio oeste, do município de Barra do Ribeiro até o de Pelotas, a oeste da Laguna dos Patos e litoral sul, do município de Rio Grande até o de Santa Vitória do Palmar.

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe foi criado pelo Decreto nº 93.546 de 06.11.1986 por sugestão do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) visando “[...] proteger amostras dos ecossistemas litorâneos da região da Lagoa do Peixe e das aves migratórias que dela dependem [...]” (BRASIL, 1986). O parque oferece condições propícias para alimentação e repouso durante a migração das mais variadas espécies de aves, que voam

distâncias de até 10.000 km desde as áreas de reprodução, na região ártica da América do Norte, até os locais onde passam o inverno boreal, na Patagônia e adjacências. A região serve também como abrigo invernal para outras espécies de aves como os flamingos e o maçarico-de-papo-vermelho, que ali passam vários meses do ano, refugiando-se do inverno austral do continente sul-americano.

O PNLN está localizado na região turística classificada como Litoral Norte Gaúcho, seguindo a divisão adotada pela SETUR e no litoral médio leste, segundo as categorias da FEPAM, a 205 km de Porto Alegre, no istmo que separa a Laguna dos Patos do Oceano Atlântico (Figura 2), compreendendo os municípios de Tavares (80%) e Mostardas (20%) (FNMA et. al., 2000). O Parque ocupa uma área de 344 km² ou 34.400 hectares, e possui um comprimento de 35 km e uma largura de 2 km.

A Planície Costeira do extremo sul do Brasil, onde se encontra o PNLN, corresponde a uma zona biogeográfica de transição temperada quente, devido à influência da Convergência Subtropical no Oceano Atlântico Sudoeste. Essa região apresenta cerca de 50 lagoas costeiras, sendo que a maioria é alongada, paralela à praia e de pouca profundidade. Com exceção de um extenso cordão de dunas costeiras, a topografia é praticamente plana, e o solo é formado basicamente por areias quartzosas de origem marinha (LOEBMANN; VIEIRA, 2005).

Dentro da área do Parque destacam-se dois corpos de água importantes, as lagoas interconectadas do Pai João e Veiana, e a Lagoa do Peixe caracterizada como um ambiente estuarino que possui comunicação intermitente com o mar. Essa classificação é em função da barra da lagoa, que permanece fechada durante alguns meses do ano (LOEBMANN; VIEIRA, 2005).

O Parque Nacional se encontra entre os biomas Campos Sulinos e Mata Atlântica e apresenta uma grande diversidade de ambientes, em diversas fisionomias distintas de restinga. O parque engloba uma faixa de mar, protegendo também as espécies marinhas. O clima é temperado quente, com temperatura média de 16,5° C e precipitações médias anuais de 1.186 mm. O Parque faz parte do Bioma Costeiro e possui vegetação de restinga (IBAMA, 2008⁶).

O PNLN tem seus limites a sul com os municípios de Tavares e São José do Norte, a oeste com mata de restinga, a leste com o oceano e ao norte com a cidade de Mostardas, até as proximidades da praia do Porto dos Casais.

⁶ Disponível em: < <http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraUc.php?seqUc=66>>. Acesso em: 08 jan. 2008.

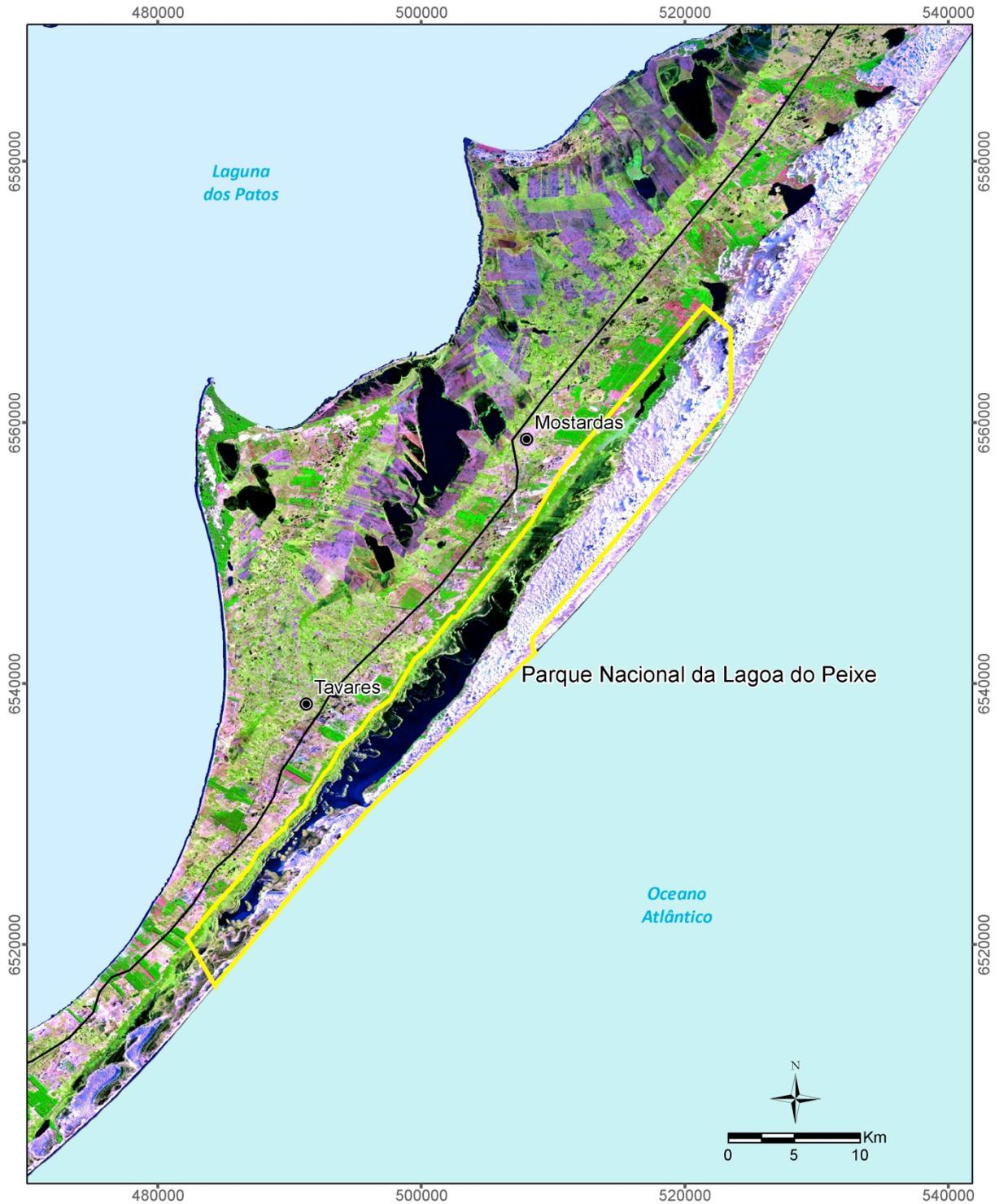


Figura 2: Área do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, no litoral médio do RS. Fonte: Projeto Lagoas Costeiras

O acesso ao Parque, a partir de Porto Alegre, é realizado pela RS-040 até Capivari do Sul e pela RST-101 até Tavares, sendo que o acesso principal está localizado 11 km antes de chegar na cidade. O trajeto total desde Porto Alegre até o Parque Nacional é de 230 km. O acesso sul é realizado, em primeira etapa, pela BR-392 até a cidade do Rio Grande, com posterior travessia do canal da barra da Lagoa dos Patos, por meio de balsa, em direção ao

município de São José do Norte. O percurso pela RST-101 é de 140 km a partir de Rio Grande.

Os ecossistemas que compõem esta estreita faixa de terra, entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, onde está o PNLP, apresentam particularidades e atributos que lhes conferem uma grande importância em nível mundial. Por este motivo a região, onde está inserido o Parque, foi tombada em 1992 pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, e o Parque foi incluído na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica na categoria de Zona de Núcleo. Este diploma é concedido pela UNESCO, dentro do Programa MAB (L'Homme et la Biosphère) por meio do Comitê Brasileiro do Programa Homem e a Biosfera (COBRAMAB) e representa o reconhecimento oficial da UNESCO sobre a importância destes ecossistemas para a sobrevivência da vida no planeta (FNMA et. al., 1999).

Em maio de 1993, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe foi incluído na Convenção de Ramsar como mais uma área sob os auspícios deste tratado, ratificando mais uma vez sua importância. A Convenção de Ramsar, concluída em 1971 no Irã, tem por objeto o uso racional das zonas úmidas, como: áreas de pântano, charco, turfa ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, doce, salobra ou salgada, incluindo as áreas de águas marítimas com menos de seis metros de profundidade na maré baixa, especialmente como *habitat* de aves aquáticas, ecologicamente dependentes das mesmas. Atualmente, no mundo, existem 1650 áreas úmidas com uma superfície total de 149,6 milhões de hectares, na Lista de Áreas Úmidas de Importância Internacional do Ramsar (RAMSAR, 2008). Em 1991, o parque foi incluído na rede hemisférica de reserva de aves limnícolas (aves que vivem em lagoas de água doce) pela *International Association of Fish Wildlife Agency* na categoria de Reserva Internacional.

O Plano de Manejo do PNLP foi inicialmente elaborado em 1989, seguindo um roteiro metodológico proposto pelo Ibama e estruturado em três fases. Em 1996, a Fundação Universidade de Rio Grande - FURG celebrou convênio com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e com o Ibama para a realização do levantamento das características ambientais da área do PNLP, sendo prevista, como resultado final, a elaboração do Plano de Manejo - Fase 2.

Participaram do Projeto “Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe” os Departamentos de Oceanografia, Geociências, Biblioteconomia e História, Química e Física da FURG; a entidade não governamental denominada Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA) e a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pelotas. Todo o

trabalho foi discutido e supervisionado pelo Departamento de Unidades de Conservação, do Ibama.

Em sua forma final, o Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe - Fase 2 é composto dos seguintes encartes: informações gerais da Unidade de Conservação, contexto federal, contexto estadual, contexto regional, Unidade de Conservação e zona de transição, planejamento da unidade, projetos específicos e monitoria e avaliação.

Atualmente a situação fundiária do parque está regulamentada somente em 10% da área total. Em seu interior encontram-se os proprietários das terras que a utilizam como meio de subsistência, mediante a cultura de cebola, da pecuária e das plantações de pinus, cujo plantio está suspenso na área de entorno do parque, e da pesca do camarão, uma atividade de grande expressão durante o período de pesca regulamentado. A pesca dentro da Lagoa do Peixe está autorizada somente para 170 pescadores cadastrados. O número de famílias que residem dentro do PNLP é de 21, sendo nove na Barra da Lagoa e 12 no Talha-mar.

Na área de entorno do Parque há dois balneários, o Balneário Mostardense e a Praia do Farol, utilizados principalmente pela população de Mostardas e Tavares, além de ser mantida a pesca ao longo de toda a faixa de praia. O acesso a essas duas praias é realizado por estradas que passam pelo interior do Parque.

Como o Parque Nacional da Lagoa do Peixe se localiza na área de dois municípios, Mostardas e Tavares, faz-se necessário descrever essas duas cidades, para que se compreenda o contexto social, econômico e cultural o qual o parque está inserido.

2.1.1 Município de Mostardas

Mostardas está localizada no istmo entre a Laguna dos Patos a oeste e o Oceano Atlântico a leste, a norte com o município de Palmares do Sul e ao sul com o município de Tavares (Figura 2). Possui uma população de 11.903 habitantes (IBGE⁷), sua sede está localizada a 205 km de Porto Alegre. O acesso pelo norte é feito a partir da capital, através da RS-040 até Capivari do Sul e pela RST-101 até a cidade de Mostardas. Possui uma altitude média de 12 metros.

A cidade apresenta uma área de 1.941,7 km² e foi instituída pela Lei Estadual número 4691, de 26 de dezembro de 1963, mas somente em 11 de abril de 1964 desmembrou-se oficialmente do município de São José do Norte, fruto de um movimento emancipacionista

⁷ Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 25 jan. 2008.

iniciando na década de 1960. O município está dividido em quatro distritos: Sede, Rincão do Cristovão Pereira, São Simão e Edgar Pereira Velho.

Documentos históricos⁸ citam que o primeiro fazendeiro que ocupou o local, onde hoje é o município de Mostardas, foi o Capitão Domingos Gomes Ribeiro, no ano de 1739. Na metade da década de 1740, Diogo Osório Cardoso, governador do Estado do Rio Grande do Sul (1730 a 1740), confiscou a fazenda de Mostardas para ser utilizada como fazenda d'el Rei. Em 1737 foi criada a Estância Real de Bujuru, com a finalidade de criar cavalos e gado para as tropas do governo estabelecidas em Rio Grande. A área dessa estância cobria toda a extensão do Estreito até os limites do município de Osório, o que hoje compreende a metade do município de São José do Norte e quase todo o município de Mostardas.

No ano de 1742 existia um posto de vigilância denominado "Guarda de Mostardas", na área onde hoje encontra-se o município. O local era conhecido desde 1600 como um entreposto comercial. Após, vieram os açorianos, que trouxeram a arquitetura portuguesa, sendo a principal influência da cultura regional. Com as constantes guerrilhas na Banda Oriental, alguns grupos invadiram os povoados de Rio Grande, Santa Vitória, Chuí entre outros, fazendo com que as populações procurassem refúgio mais ao norte. Esses refugiados foram chegando e se estabeleceram na região.

Devido a problemas, como milhares de potros indomesticados e pouco gado nas terras, o governador José Custódio de Sá e Faria propôs, no ano de 1768, repartir as terras aos trabalhadores a fim de povoá-las e conseqüentemente aumentar a arrecadação de impostos para a coroa.

O governador seguinte, José Marcelino de Figueiredo, iniciou a distribuição de terras do atual município de Mostardas a casais açorianos, surgindo assim, a freguesia de Mostardas, criada pelo alvará datado de 18 de janeiro de 1773, chamada inicialmente de "Estância dos Povos", local onde ainda hoje se localiza uma comunidade chamada Povos.

Existem várias versões para a origem do nome "Mostardas". Não foram encontrados documentos oficiais a respeito dessa denominação, apenas histórias contadas pelo povo de geração em geração. Uma possibilidade para o nome seria a quantidade abundante do vegetal comestível nativo da região, outra versão para o nome estaria no naufrágio de um navio francês denominado Mostardas que teria se abrigado na região e, outra provável explicação, seria que Mostardas era o sobrenome de um comerciante que se estabeleceu junto ao Posto de Vigilância.

⁸ Os dados de histórico foram obtidos através de pesquisa em documentos cedidos pelo Museu e Casa do Artesão de Mostardas.

A região foi colonizada por casais vindos do Arquipélago de Açores. A cidade de Mostardas mantém os hábitos e costumes desse povo, que se faz notar nas fachadas do casario, nas ruas estreitas, na gastronomia e na formação religiosa. Há ainda uma grande expressão na formação étnica, cultural e religiosa de Mostardas, o elemento negro, trazido pelos escravistas. Outra característica é o artesanato em pura lã, produzido com teares manuais, onde as artesãs tecem ponchos, tapetes e os famosos cobertores mostardenses.

A economia é de base agrícola, com destaque para o arroz, atualmente o principal produto da região⁹, e para a cultura da cebola. A cebola é cultivada nas pequenas e médias propriedades, sua área plantada é de 700 hectares, com uma produção de 10,5 toneladas e envolve o maior número dos produtores. Entretanto, essa cultura oferece pouco retorno ao município em termos de arrecadação quando comparado ao cultivo de arroz, que possui uma área de 33.397 hectares plantados e 206.894 toneladas colhidas na safra 2006/07 (IRGA, 2008).

2.1.2 Município de Tavares

Localizado na orla da Laguna dos Patos, o município faz divisa a norte com Mostardas, a sul com São José do Norte, oeste com a Laguna dos Patos e a leste com o Oceano Atlântico. O município encontra-se integralmente dentro da zona de amortecimento do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (Figura 2).

Tavares possui uma área de 604 km² e uma população de 5.160 habitantes (IBGE¹⁰). Inicialmente pertencia ao município de Mostardas e em 12 de maio de 1982, por meio da Lei nº 7.655, foi emancipado. Encontra-se a 228 km de Porto Alegre e seu acesso é realizado pela RST-101. Divide-se em quatro distritos: Sede, Tapera, Butiá e Capão Comprido.

O início da povoação ocorreu com a chegada do Brigadeiro José da Silva Paes, em 1737, quando fundou o Forte Jesus Maria José, no lado sul da Barra do Canal do Rio Grande. Por volta de 1760, houve a colonização por casais açorianos, principalmente das Ilhas dos Açores de Portugal, que se dedicaram, então, ao cultivo de trigo e centeio, assim como à caça e pesca.

Segundo dados da prefeitura¹¹ do município de Tavares, a economia do município está baseada na agricultura, pecuária e pesca. Na produção agrícola, o arroz representa 2.148

⁹ Disponível em: <http://www.mostardas.tur.br/portal/html/modules/mastop_publish/?tac=Economia>. Acesso em: 17 mar. 2008.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 25 jan. 2008.

¹¹ Dados obtidos em: <www.tavares.rs.gov.br>. Acesso em 12 nov. 2007.

hectares plantados e a cebola 500 hectares. Na produção agropecuária destaca-se a criação de bovinos, com 24.047 cabeças, seguida pela criação de aves, com 11.424 animais (IBGE¹²). O setor extrativista é constituído, principalmente, por indústrias madeireiras que cobrem uma área de 12.000 ha de Pinus plantados. Outra atividade é a pesca do camarão rosa, que ocorre na Lagoa do Peixe, em períodos específicos, permitida somente a pescadores credenciados.

2.2 Instrumento de coleta de dados

Para a coleta dos dados foi utilizada a entrevista, pois pode ser preenchida pelo próprio pesquisador e possui a vantagem de possibilitar esclarecer ao entrevistado, assim como coletar informações adicionais. Foram utilizados dois instrumentos: um aplicado à população local, denominado entrevista A (apêndice A) e outro aos empreendedores, denominada entrevista B (apêndice B).

O instrumento A é misto, apresentando na primeira parte sete afirmativas, que são avaliadas por meio de uma escala de concordância, baseada na escala de Likert, composta de cinco pontos, com as seguintes alternativas: concordo totalmente, concordo parcialmente, nem concordo nem discordo, discordo parcialmente e discordo totalmente, destinada a detectar qual a visão que a população local tem acerca do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (apêndice A). A escala, elaborada por Rensis Likert, em 1932, é constituída de níveis de aceitação e aprovação, onde os entrevistados indicam seu grau de concordância ou discordância com as declarações que estão sendo avaliadas. A segunda parte é composta por três questões relativas ao perfil do entrevistado (nível de escolaridade, faixa etária e sexo) e oito questões abertas com o objetivo de conhecer o tipo de relação que a população local tem com o espaço da Lagoa do Peixe, antes e depois de sua criação como Parque Nacional. Esse instrumento foi destinado à população local das duas cidades, Mostardas e Tavares, sendo o critério de escolha dos entrevistados, serem residentes permanentes nos municípios e maiores de 18 anos. A amostra foi dividida em duas categorias, tendo como critério os nascidos antes de 1970 e os nascidos após 1970. O objetivo dessa divisão foi tentar evidenciar se a opinião acerca do Parque Nacional da Lagoa do Peixe havia mudado com o passar dos anos, uma vez que, supostamente, a população nascida após 1970 não participou da fase inicial de implantação da Unidade de Conservação.

¹² Dados obtidos em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 25 jan. 2008.

O instrumento B foi constituído da mesma maneira que o instrumento A, ou seja, misto. A primeira parte é igual ao formulário A, exceto pela afirmativa 7 que não foi incluída. O objetivo de conhecer a opinião dos empreendedores foi para delinear um comparativo com o restante da população. A segunda parte da entrevista é composta por questões abertas, para a obtenção de informações relativas ao tipo de relação que os empreendedores têm com o comércio gerado pelo Turismo que ocorre no PNL. O critério de escolha foi de serem estabelecimentos que oferecem serviços de alimentação, hospedagem ou serviços de entretenimento noturno, todos esses ligados direta e indiretamente à atividade turística.

2.3 Amostragem e método de aplicação dos instrumentos

Inicialmente foi elaborado um pré-teste, que foi aplicado no evento mais representativo de cada cidade. Escolha essa, baseada em informações coletadas nas prefeituras dos próprios municípios. Em Mostardas, o evento escolhido foi a OVEARTE, entre os dias 06 e 09 de dezembro de 2007 e em Tavares foi o Festival Brasileiro das Aves Migratórias, entre os dias 18 e 22 de outubro de 2007. Além disso, outra saída foi realizada, entre os dias 12 e 22 de janeiro de 2008, com o objetivo de aplicar o pré-teste aos empreendedores dos dois municípios.

No pré-teste, o critério de escolha dos entrevistados, foi ao acaso durante sua participação nos eventos, assim como serem residentes permanentes nos respectivos municípios. Para a amostra dos empreendedores, o critério de escolha foi de estarem ligados à atividade turística, como o setor de hotelaria, alimentação ou serviços de entretenimento noturno. A amostragem no pré-teste foi de 20 moradores em Tavares e de 30 em Mostardas e entre os empreendedores foi de 9 em Tavares e 16 em Mostardas. Após a aplicação do pré-teste foram adequados os instrumentos finais para a aplicação da pesquisa.

O tamanho da amostra definido para as entrevistas foi:

Entrevista A - população local: total de 200 entrevistados, divididos equitativamente entre os dois municípios, sendo 50 pessoas nascidas após 1970 e 50 pessoas nascidas antes do ano de 1970.

Entrevista B - empreendedores: para Tavares, a amostra foi de 13 entrevistados, e em Mostardas, foi de 15 entrevistados. Esses números baseiam-se em levantamento efetuado nos dois municípios entre os dias 12 e 22 de janeiro e entre 4 e 10 de agosto de 2008, representando 100% de empreendimentos ligados diretamente à atividade turística, como

hotéis e restaurantes e outros empreendimentos como mercados, padarias e comércio em geral.

As entrevistas foram aplicadas entre os dias 4 e 10 de agosto de 2008, nas duas cidades, pelo próprio pesquisador e por uma assistente devidamente treinada. A área de abrangência da pesquisa foi a zona urbana de cada município. A seleção da amostra seguiu o critério aleatório estratificado. Para a aplicação das entrevistas, as duas cidades foram divididas em setores, onde cada um compreendia uma determinada quantidade de quadras. Em ambos os municípios foram estabelecidos 15 setores dentro da zona urbana (Figura 3).



Figura 3: Exemplo da divisão em setores no município de Tavares, utilizando o mapa turístico local.

Em Tavares, esses 15 setores tiveram uma média de 10 quadras por setor, enquanto em Mostardas, a média foi de 20 quadras. Essa diferença do número de quadras deu-se em virtude do município de Mostardas apresentar uma área urbana mais extensa e uma maior quantidade de moradores do que Tavares. Para cada setor foram feitas de seis a sete entrevistas, sendo três de cada uma das categorias estabelecidas (nascidos antes e após 1970).

Quanto à coleta da amostra, procedeu-se da seguinte maneira: em cada setor escolheu-se a primeira casa de cada quadra para início da pesquisa, representada pelo número 1, seguindo para a primeira casa da quadra seguinte e assim sucessivamente (Figura 4 A). Caso não fosse possível aplicar a entrevista na casa selecionada, a residência subsequente seria a selecionada, representada pelo número 2 (Figura 4 B). Esse procedimento foi repetido até se atingir o tamanho da amostra previamente estabelecido, que foi de seis a sete entrevistados

por setor. Na hipótese de terminar o setor e não ser concluído o número de amostras dentro desse, retornava-se ao ponto inicial e se procedia de maneira semelhante, alterando somente a escolha da casa, da primeira para a segunda ou a terceira, caso a anterior já tivesse sido abordada (Figura 4 C).

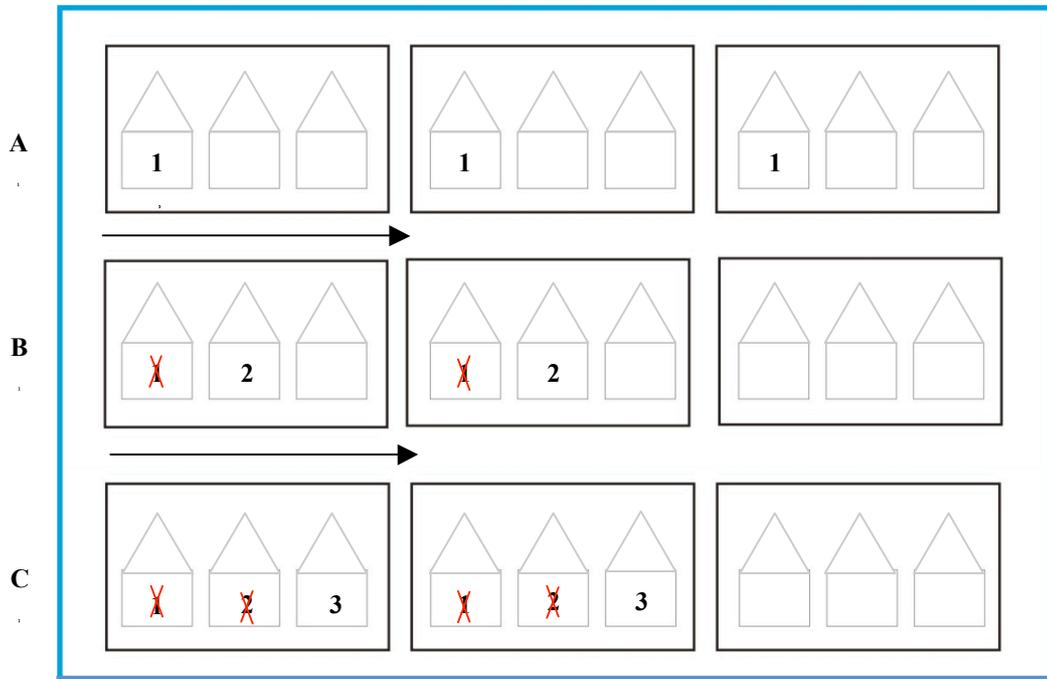


Figura 4: (A) recorte de um setor que exibe o método de coleta das amostras, o número 1 representa a primeira casa de cada quadra que deveria ser abordada e a seta a direção da pesquisa; (B) procedimento realizado caso não fosse possível aplicar a pesquisa na primeira casa, era passado para a residência seguinte e (C) procedimento realizado caso o número de amostras não fosse alcançado no fim do setor, se retornava ao ponto inicial e se realizava a pesquisa na primeira residência que não tivesse sido abordada nas tentativas anteriores. A seta indica a direção da pesquisa.

Dentro de cada setor buscava-se atingir o número semelhante de nascidos após 1970 e de nascidos antes de 1970, no entanto, como essa escolha dava-se de maneira aleatória, em algum momento a amostra de uma determinada faixa etária era alcançada, a partir disso, buscava-se apenas a outra faixa dentro do setor trabalhado. Quando uma residência era visitada, entrevistava-se a pessoa que atendia a porta, ou um responsável, sempre atendendo ao critério de ser morador local. Caso fosse uma criança ou um jovem que não se enquadrasse na faixa etária mínima da pesquisa (18 anos). Jamais eram entrevistadas duas pessoas na mesma residência.

2.4 Análise dos resultados

A análise estatística dos dados foi realizada com auxílio do programa SPSS 15.0, por meio de testes não paramétricos, Kruskal-Wallis ($p < 0,05$). Utilizou-se do programa

Microsoft Excel 2007 para visualizar as diferenças entre os grupos de questões avaliadas pela escala de Likert.

Nos testes estatísticos foram comparados os nascidos antes e após 1970 em cada cidade e entre as duas localidades, com o objetivo de verificar se havia diferença na percepção dos indivíduos que passaram pelo processo de implantação do parque com aqueles que já conviveram com a área de preservação instituída. Entre Tavares e Mostardas foram comparadas a soma das respostas dos entrevistados. Além disso, foram feitas comparações das respostas entre os empreendedores de cada município.

Inicialmente, foram tabuladas as questões fechadas, representadas pela escala de Likert. Para efeito de análise das afirmativas foi feito um agrupamento dessa escala: concordo totalmente e concordo parcialmente foram agrupados em uma única categoria, concordo; discordo totalmente e discordo parcialmente reuniu-se como discordo e as categorias não concordo e nem discordo foram consideradas indiferente.

Nas questões abertas, as respostas foram agrupadas a fim de facilitar a investigação, sendo criadas categorias de análise. Os tipos de benefícios que a população indicou foram agrupados em benefícios ambientais e econômicos. As ocupações dos entrevistados foram agrupadas de acordo com os setores econômicos: setor primário, serviços, comércio e outros. A população foi classificada em 4 grupos, de acordo com a concordância em relação aos benefícios que o Parque Nacional proporcionou às cidades.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise e discussão dos resultados foram sistematizadas, primeiramente, com uma descrição do perfil do entrevistado em cada município. Em seguida são apresentados os resultados de acordo com a ordem do formulário da pesquisa, inicialmente mostrando os dados avaliados por meio de uma escala de concordância, com todas as análises das variáveis, e após, as informações obtidas pelas questões abertas, tanto para população local, quanto para os empreendedores. As questões da escala de concordância foram agrupadas em questões relacionadas ao meio ambiente e questões relacionadas ao Turismo e desenvolvimento local, para que houvesse uma maior facilidade no momento da interpretação dos resultados.

3.1 Perfil dos entrevistados

Na categoria dos nascidos antes de 1970, o Município de Mostardas apresentou maior número de entrevistados com escolaridade em nível fundamental. A maior representatividade foi do sexo feminino, com 60% dos entrevistados. As ocupações se caracterizaram por pessoas ligadas aos serviços (babás, frentistas, cozinheiras, taxistas, pedreiros, mecânicos) e a outros (aposentados, desempregados, do lar e estudantes). A amostra nascida após 1970, teve escolaridade, predominante, no ensino médio. Da mesma forma que na categoria antes de 1970, a amostra constituiu-se de 54% de indivíduos do sexo feminino. As ocupações a que pertencem os entrevistados foram os serviços e outros (Figura 5).

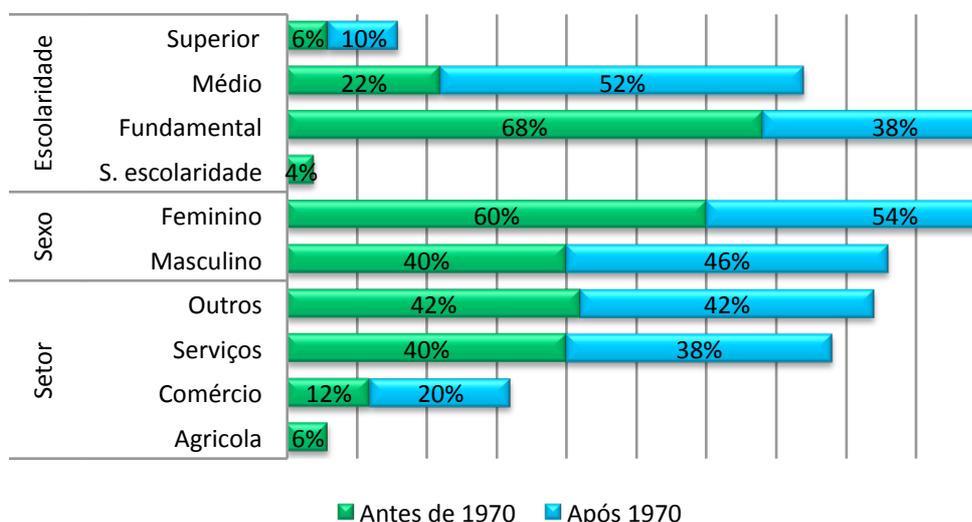


Figura 5: Perfil dos entrevistados, divididos em nascidos antes de 1970 e após 1970 no Município de Mostardas.

Na cidade de Tavares, os entrevistados nascidos antes de 1970 apresentaram um maior número de indivíduos com escolaridade em nível fundamental. A maior representatividade foi do sexo feminino, com 58% de mulheres. As ocupações se caracterizaram, principalmente, por pessoas ligadas aos serviços, seguido por atividades agrícolas (pescadores, agricultores e pecuaristas). Os entrevistados, nascidos após 1970, têm escolaridade predominante no ensino médio. Assim como nos entrevistados nascidos antes de 1970, a amostra constituiu-se de 66% de indivíduos do sexo feminino e 34% do masculino. As ocupações a que pertencem os entrevistados foram os serviços e comércio (secretárias, balconistas, comerciantes e vendedores) (Figura 6).

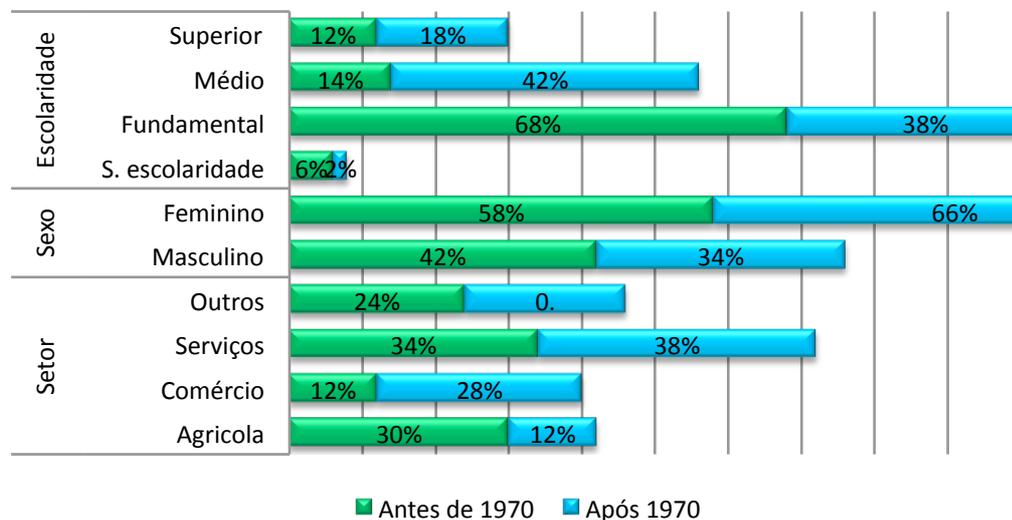


Figura 6: Perfil dos entrevistados, divididos em nascidos antes de 1970 e após 1970 no Município de Tavares.

As diferenças entre as amostras de Mostardas e Tavares encontram-se no tipo de ocupação que os entrevistados (total de entrevistados por cidade) desenvolvem. Em Tavares, os entrevistados desenvolvem atividades, predominantemente, no setor primário e de serviços, enquanto que em Mostardas atuam no setor de serviços e outros. Quanto ao nível de escolaridade os dados demonstraram que a população nascida após 1970 possui escolaridade superior aos nascidos antes de 1970.

3.2 Questões avaliadas pela escala de concordância por município

No Município de Tavares quando a população entrevistada foi questionada sobre o fato de um Parque Nacional torna-se a melhor solução para a conservação da natureza naquele determinado espaço, houve uma divisão de opiniões entre o total de entrevistados: 44% concorda e 45% discorda (Figura 7). Alguns relatos de pessoas que não concordam diziam

que “os proprietários cuidavam bem sem as leis do Ibama” e que “os proprietários poderiam preservar as áreas e não o Ibama”. Por outro lado, a maior parte dos entrevistados concorda que pelo fato de existir um parque nacional no entorno, a população está valorizando mais o meio ambiente. A parte da população que é a favor, concorda que a área onde se encontra o Parque Nacional não estaria tão preservada se não fossem as leis ambientais e que o Ibama foi de grande importância para a preservação (Figura 7).

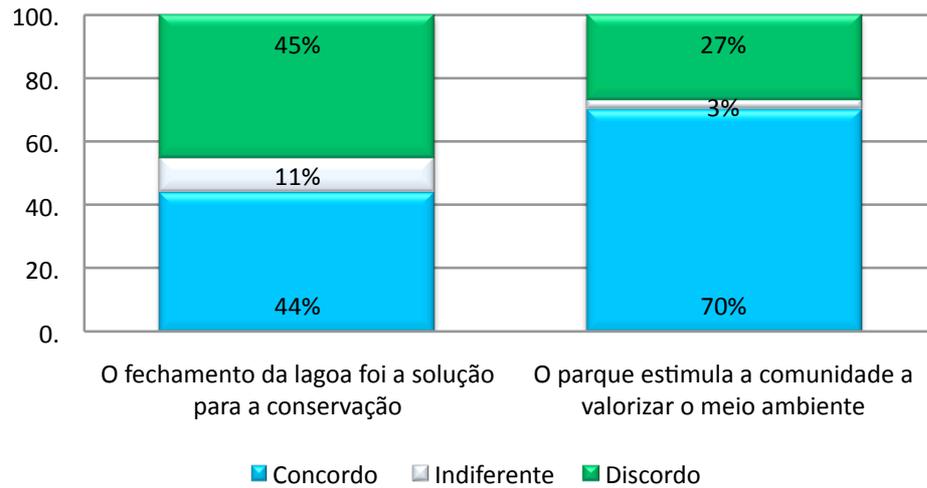


Figura 7: Opinião da população entrevistada de Tavares sobre as questões relacionadas a meio ambiente.

Quando as categorias nascidos após 1970 e antes de 1970 são comparadas, diferenças entre opiniões são encontradas, uma vez que os entrevistados nascidos após 1970 acreditam mais do que os nascidos antes de 1970 que o parque trouxe benefícios ambientais para a cidade, como o aumento da conservação da natureza e a sensibilização da população quanto à preservação do meio ambiente (Figura 8).

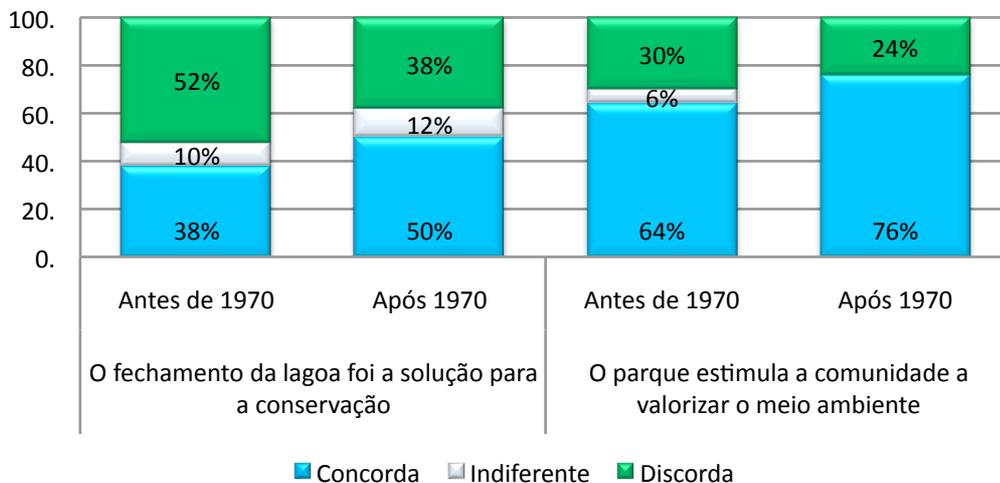


Figura 8: Comparativo entre nascidos antes de 1970 e os nascidos após 1970 na cidade de Tavares sobre as questões relacionadas a meio ambiente.

Analisando a visão da população referente aos benefícios econômicos gerados pelo Turismo em função do Parque Nacional, verifica-se que os entrevistados consideram o Parque Nacional da Lagoa do Peixe como o principal atrativo turístico da cidade. No entanto, mesmo reconhecendo os seus benefícios ambientais, os econômicos gerados em função da implantação do parque ainda são motivos para discussões, uma vez que a maioria dos entrevistados não consegue perceber o Parque Nacional como uma alternativa de melhoria econômica, sendo essa de forma indireta ou em longo prazo. Além disso, pouco mais da metade da amostra entrevistada não concorda que tenham ocorrido benefícios em função da implantação do Parque. A questão que buscou identificar até que ponto o Turismo que era gerado pelo Parque, fomentava a criação de novos empreendimentos ou se estimulava os já existentes a realizar melhorias ou inovações, e a outra que se referia aos benefícios gerados para a comunidade, como o fluxo de visitantes nas cidades, receberam respostas positivas por parte da população entrevistada (Figura 9).

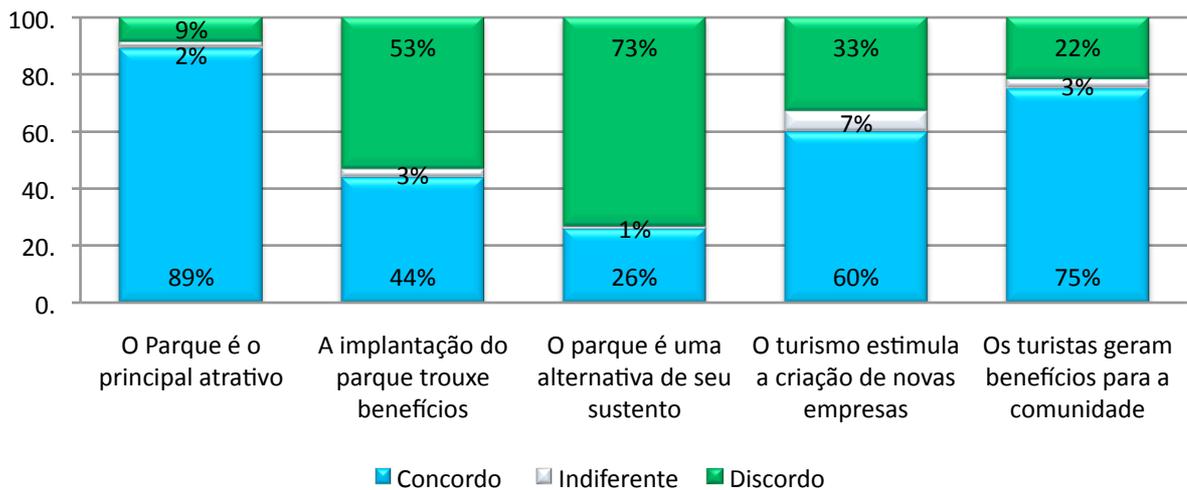


Figura 9: Opinião da população entrevistada de Tavares sobre as questões relacionadas ao Turismo e desenvolvimento local.

Quando as respostas são analisadas observando as opiniões dos nascidos antes de 1970 e os nascidos após 1970, no município de Tavares, verifica-se diferenças entre as opiniões, pois há uma maior aceitação entre a categoria após 1970 de que o Parque é o principal atrativo turístico e que ele trouxe benefícios para a cidade, assim como as questões ligadas ao Turismo como elemento de desenvolvimento local, evidenciando, assim, uma mudança de pensamento entre as gerações (Figura 10). A única questão que obteve resultados semelhantes entre as duas amostras foi a que perguntava sobre o Parque ser uma alternativa econômica indireta para o indivíduo, como o Turismo, por exemplo, sendo o nível de aceitação baixo, ou seja, 28% entre nascidos antes de 1970 e 24% entre os nascidos após 1970.

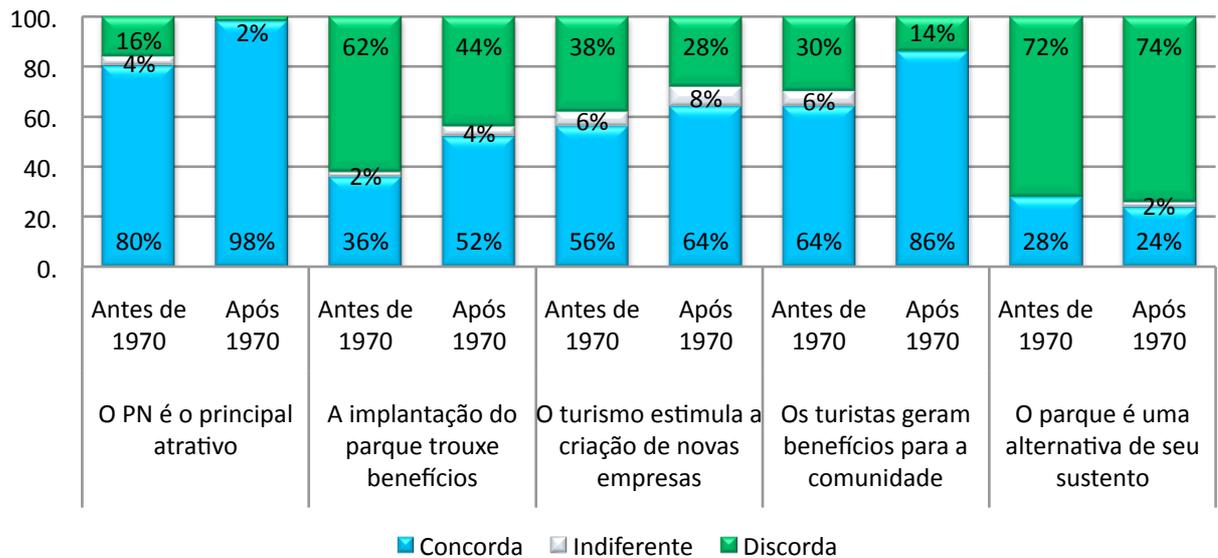


Figura 10: Comparativo entre nascidos antes de 1970 e nascidos após 1970 na cidade de Tavares, sobre as questões relacionadas ao Turismo e desenvolvimento local.

Com relação à análise estatística dos dados obtidos na cidade de Tavares, entre os nascidos antes de 1970 e os nascidos após 1970, os dados demonstraram que não há diferença significativa entre esses dois grupos. Verificou-se uma tendência, entre o grupo dos nascidos após 1970, de perceber mais as melhorias que ocorreram na cidade por causa do Turismo, assim como as relacionadas com o Parque Nacional.

Em Mostardas observa-se maior número de respostas positivas, uma vez que a população entrevistada reconhece que para a preservação do meio ambiente, a criação do Parque Nacional foi a melhor solução (Figura 11).

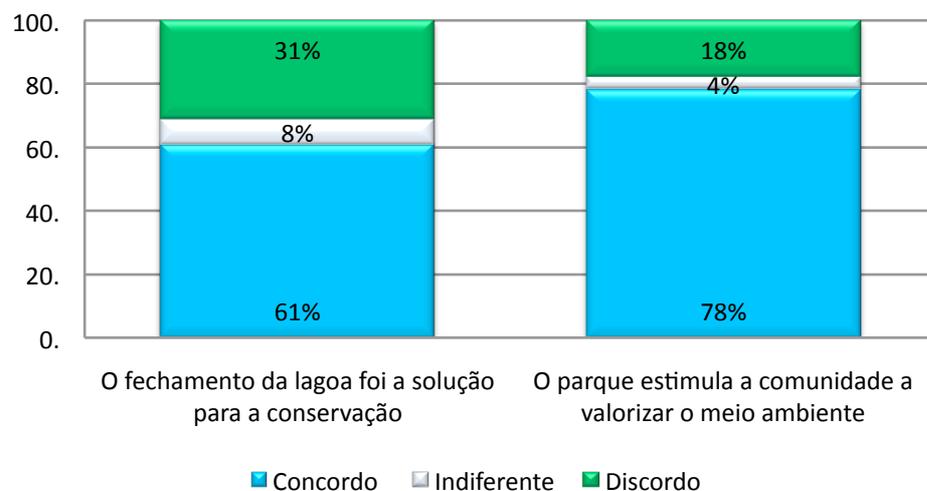


Figura 11: Opinião da população entrevistada de Mostardas sobre as questões relacionadas a meio ambiente.

Segundo relatos de algumas pessoas, com as leis mais rígidas, a pesca ilegal está sendo combatida, o que prejudicava muito os pescadores locais, que não se utilizam de modernas técnicas para a captura do camarão. Na opinião das pessoas entrevistadas, a população local está preservando mais o meio ambiente pelo fato de existir um Parque Nacional no entorno da cidade.

Realizando uma análise comparativa entre os nascidos após 1970 e os nascidos antes de 1970, no Município de Mostardas verificou-se que não existe diferença de opiniões entre as respostas dessas duas categorias (Figura 12).

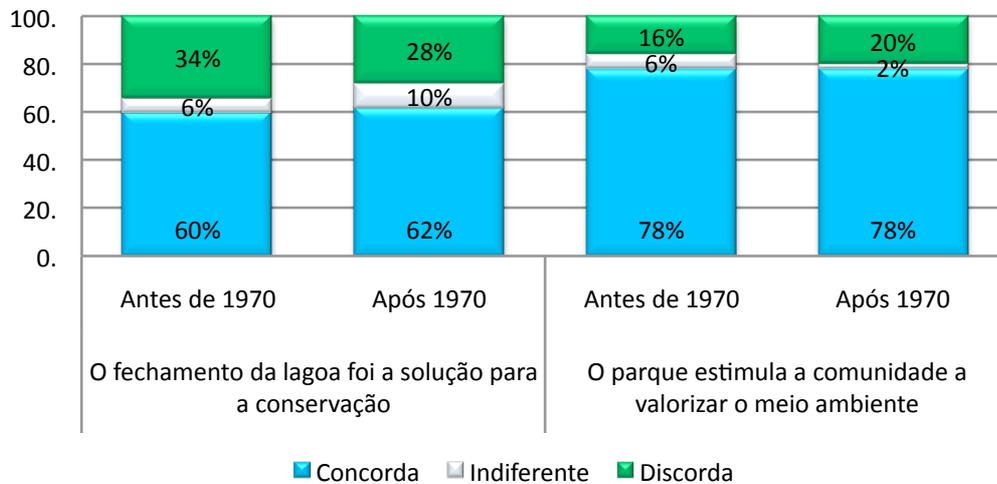


Figura 12: Comparativo entre nascidos antes de 1970 e nascidos após 1970 na cidade de Mostardas, sobre as questões relacionadas a meio ambiente.

No que se refere à visão da população quanto aos benefícios econômicos gerados pelo Turismo em função do Parque Nacional, a população entrevistada (nascidos antes e após 1970 somados) considera que o Parque Nacional é seu principal atrativo turístico, no entanto, nessa cidade os entrevistados citaram também outros atrativos como importantes, como os faróis e praias. A quantidade de respostas positivas quanto aos benefícios gerados pelo Parque Nacional foi superior às negativas, por outro lado, os entrevistados não visualizam o Parque como uma alternativa de melhoria econômica, mesmo sendo de forma indireta ou a longo prazo (Figura 13).

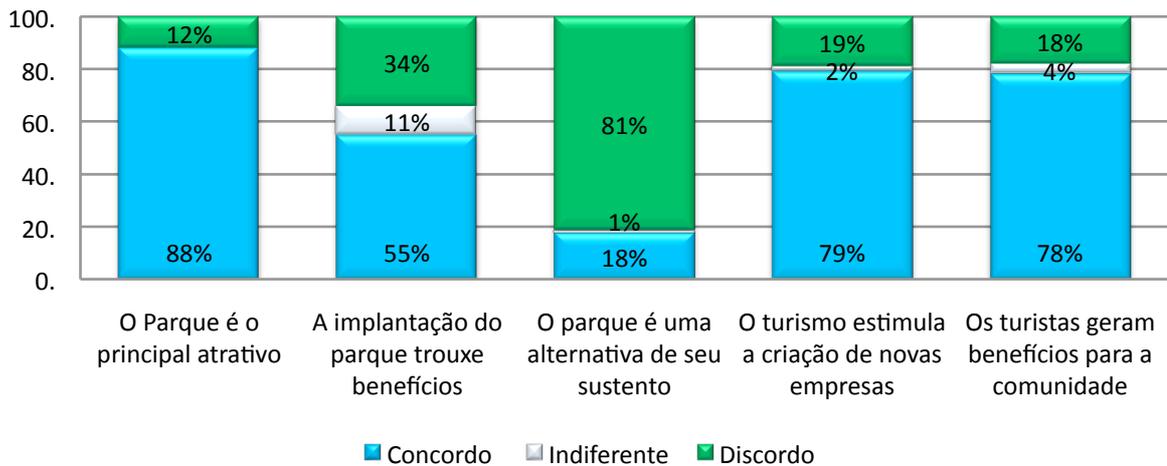


Figura 13: Opinião da população entrevistada de Mostardas sobre as questões relacionadas ao Turismo e desenvolvimento local.

No que se refere à relação do Turismo com a economia local, grande parte da população entrevistada acredita que o Turismo auxilia na fomentação de novos empreendimentos e no estímulo aos já existentes a realizar melhorias ou inovações, assim como acreditam que os turistas que visitam a cidade geram algum tipo de benefício para a comunidade local (Figura 14).

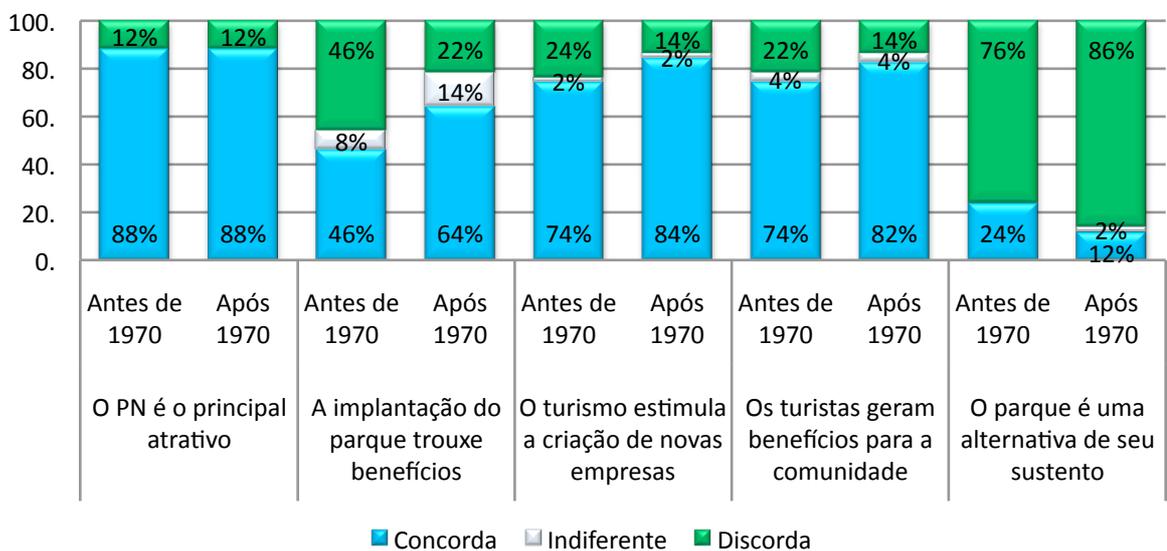


Figura 14: Comparativo entre nascidos antes de 1970 e nascidos após 1970 na cidade de Mostardas, sobre as questões relacionadas ao Turismo e desenvolvimento local.

Tanto para os nascidos antes de 1970, quanto para os nascidos após 1970, sobre o Parque ser o principal atrativo da cidade, apresentaram elevados níveis de concordância. Nas questões relacionadas ao Turismo e desenvolvimento local, os entrevistados nascidos após 1970 apresentaram um maior nível de concordância, quando comparada à categoria dos nascidos antes de 1970 (Figura 14). A única questão que houve uma maior aceitação entre a

população nascida antes de 1970 foi aquela que se referia ao Parque como uma alternativa de sustento (24%). Verificou-se que os nascidos após 1970 são os que menos visualizam a Unidade de Conservação como uma alternativa econômica (12%).

Com relação à análise estatística realizada na cidade de Mostardas, entre os nascidos antes de 1970 e os nascidos após 1970, os resultados apontaram não haver diferença significativa entre esses dois grupos. Verificou-se uma tendência, entre o grupo dos nascidos após 1970, de perceber mais as melhorias que ocorreram na cidade por causa do Turismo, assim como as relacionadas com o Parque Nacional.

3.2.1 Comparação entre as amostras da população de Mostardas e Tavares

Quando se compara Mostardas e Tavares mediante uma perspectiva dos benefícios ambientais, verifica-se que ambas acreditam que pelo fato de existir um Parque Nacional no entorno das cidades, a população local valoriza e preserva mais o meio ambiente. Por outro lado, o fato da implantação do Parque Nacional para a preservação da natureza ainda gera uma baixa aceitação na cidade de Tavares, o que não ocorre em Mostardas (Figura 15).

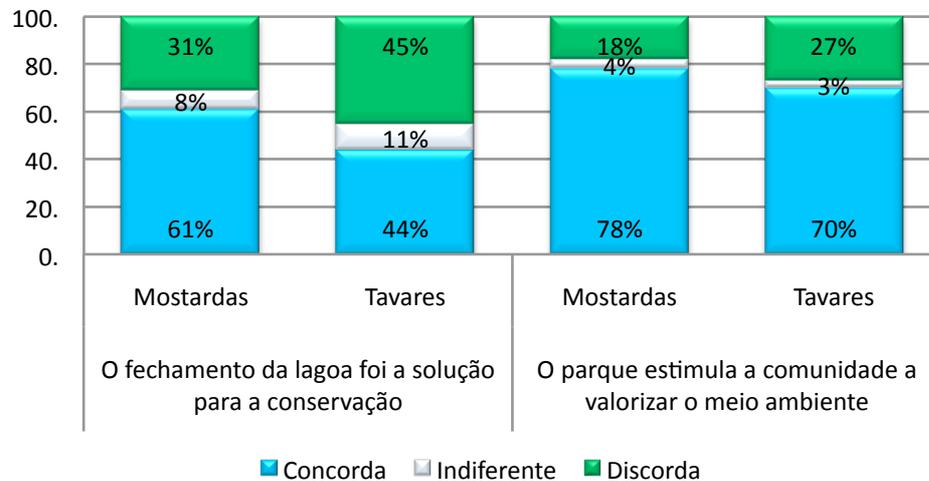


Figura 15: Comparativo entre a população de Mostardas e Tavares sobre as questões relacionadas ao meio ambiente.

O fato da população reconhecer a importância do parque nacional na preservação do meio ambiente é um fator positivo para o estreitamento das relações entre o parque e a população local, assim como para o desenvolvimento de atividades turísticas como alternativa econômica para a população, pois como a natureza é o principal atrativo do local, é de extrema importância que esse esteja preservado. Para Costa (2002), a paisagem natural de uma Unidade de Conservação é seu principal atrativo e quando esse valor estético da

paisagem é corrompido, o uso turístico se compromete e compromete a valoração do bem natural.

Para que o Turismo se desenvolva, principalmente voltado ao meio ambiente, como é a vocação natural da área de estudo, faz-se necessário a conservação dos recursos naturais, e para isso o envolvimento de todos, população local, empreendedores e poder público, é de grande importância. Como argumenta Machado (2005), o ecoturismo em Unidades de Conservação seria uma importante ferramenta para as políticas conservacionistas e poderia servir como meio para a solução de problemas ambientais, contribuindo para promover mudanças na relação do homem com a natureza.

Mesmo que a implantação de um parque nacional tenha a finalidade de preservar a natureza, a população pode não entender esse objetivo, afirmando, conforme relatos obtidos na pesquisa, que “os proprietários eram os melhores fiscais para as terras” e “que algumas leis são desnecessárias”, para que isso não se torne um problema maior, o diálogo entre os gestores da área protegida e a população local é de grande importância para a convivência pacífica de ambos. D’Antona (2000) cita o exemplo de um morador do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses que não entende o motivo pelo qual o Ibama confiscou um monte de madeira seca que seria utilizada pelo morador em sua casa, o morador não entende por que o Ibama proíbe, não por ignorância, mas porque se vale de outros parâmetros para avaliar seu relacionamento para com a natureza. O morador reconhece que é preciso preservar o parque nacional, segundo sua perspectiva.

Verificou-se ainda, que os trabalhos de educação ambiental iniciados no ano de 1989 pelo NEMA (Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental), por meio de visitas orientadas ao Parque Nacional Lagoa do Peixe com a comunidade, cursos de educação ambiental para professores, palestras em escolas, entre outras ações (MESSIAS et. al., 2000), foram de grande importância para a consolidação de uma consciência ecológica e o conhecimento da importância que a área protegida tem para a região.

Como se verificou anteriormente, questões ligadas ao Turismo resultaram em respostas positivas entre a população entrevistada, portanto, não houve diferenças entre as cidades, uma vez que ambas consideram o Parque Nacional da Lagoa do Peixe como sendo o seu principal atrativo turístico. Os ambientes naturais podem se tornar grandes atrativos turísticos de uma determinada localidade e o Parque Nacional da Lagoa do Peixe torna-se um componente muito importante para o desenvolvimento de atividades ligadas ao Turismo em ambientes naturais dos municípios que se encontram em seu entorno. Áreas naturais são de grande importância para o desenvolvimento do ecoturismo, especialmente por muitas dessas

apresentarem belezas cênicas que são protegidas da ação do homem (RUSSO, 2005). Para Neiman (2005), o Brasil possui um enorme potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, por possuir a maior biodiversidade do planeta, distribuída por diversos ecossistemas.

Por outro lado, a ligação que os municípios fazem entre o Turismo, o Parque Nacional e o desenvolvimento ainda é pouco sentida na cidade de Tavares, pois pouco menos da metade dos entrevistados dessa cidade acreditam que houve benefícios após a criação do Parque Nacional, opinião que se inverte em Mostardas, onde mais da metade dos entrevistados concordam que ocorreram benefícios após a criação da Unidade de Conservação. Tavares possui um número maior de pessoas que visualizam o Parque como uma possível atividade econômica, superando a opinião dos entrevistados de Mostardas, no entanto esse número é pouco representativo dentro do total de entrevistados (Figura 16).

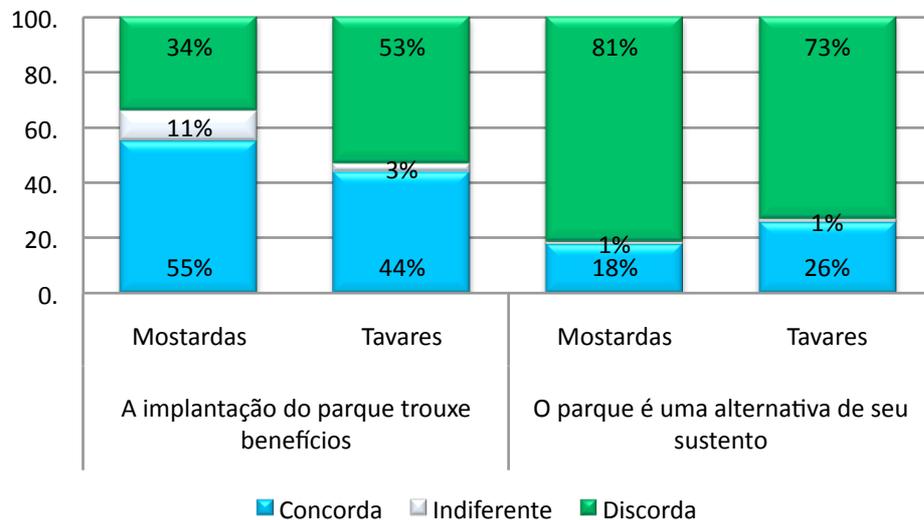


Figura 16: Comparativo entre a população de Mostardas e Tavares sobre as questões relacionadas ao Turismo e desenvolvimento local.

O fato de existir um baixo número de pessoas que visualizam o parque ou atividades econômicas relacionadas com o mesmo nas duas cidades, pode concordar com as idéias de Ceballos-Lascuráin (1999), onde, somente no momento em que a comunidade local obtiver êxito com atividades extras, como o ecoturismo, por exemplo, a mesma contribuirá para a preservação das áreas protegidas. No entanto, a comunidade deverá reconhecer que o ecoturismo somente melhorará a sua qualidade de vida se renunciar a certas práticas usuais, fazer alguns sacrifícios e adaptações, pois deverá ver o meio ambiente como algo digno de ser conservado e deverão aprender a dividir seu espaço natural com os visitantes. A atividade turística pode ser uma alternativa de conservação e de desenvolvimento local dos espaços naturais protegidos e suas populações tradicionais (SPINOLA, 2006). No entanto, grande

parte da população dos dois municípios não consegue perceber o Parque Nacional como uma alternativa de melhoria econômica, mesmo sendo de forma indireta ou a longo prazo.

Na relação entre a população local e o Parque Nacional verifica-se uma divergência entre a população e a legislação ambiental que rege as normas do Parque, na qual o órgão gestor¹³ tenta fazer cumprir. Nesse caso, o primeiro deseja continuar com sua fonte de renda tradicional, no entanto, esse tipo de atividade vai de encontro aos objetivos da Unidade de Conservação em questão, a qual deve preservar a natureza sem a presença humana no interior do Parque.

Por somente cumprir com a legislação ambiental, o órgão gestor é visto como um vilão pela população, que faz constantes reclamações, como, por exemplo: “com a criação do Parque e as imposições do Ibama, não se pode mais fazer nada em seu interior”, “não deveria existir o Parque, deveria haver um diálogo para não prejudicar os pescadores” e ainda, “o proprietário poderia preservar a área e não o Ibama”. Essas respostas denotam uma relação não harmônica com o Parque Nacional e que se inicia desde a sua criação, relação essa conflitante, que segundo Oliveira I. (2005), inicia no momento da implantação da Unidade de Conservação e está associada à descontinuidade de ações, carência de recursos financeiros, humanos, administrativos e financeiros.

Nas questões relacionadas com Turismo e desenvolvimento local, verificou-se que tanto Tavares quanto Mostardas, as respostas apresentaram resultados positivos, no entanto, Mostardas acredita mais que Tavares que o Turismo gerado pelo Parque estimula a criação e melhoria de empreendimentos turísticos. Quanto à questão dos benefícios gerados à população local, as duas cidades apresentaram resultados semelhantes (Figura 17).

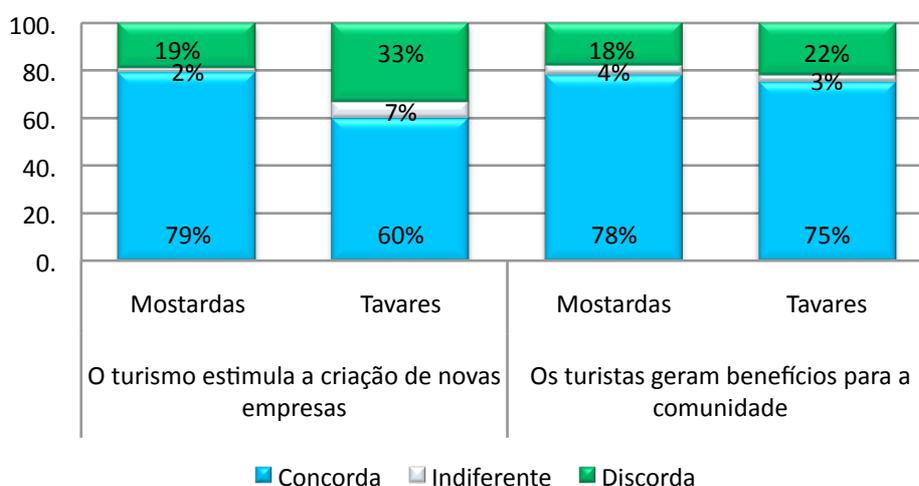


Figura 17: Comparativo entre a população de Mostardas e Tavares sobre as questões relacionadas ao meio ambiente.

¹³ O órgão gestor é atualmente o Instituto Chico Mendes, no entanto, a população continua a chamá-lo de Ibama.

Em estudo realizado na Reserva Ecológica Estadual de Joatinga, Rio de Janeiro, no estuário de Mamanguá, Diegues e Nogara (1994) mostraram que 57% da população identifica a presença de turistas como favorável, pois podem vender seus produtos de artesanato, melhorando, assim, sua qualidade de vida.

O fato das pessoas perceberem alguns benefícios para a sua cidade pode ser considerado um ponto positivo no estabelecimento de boas relações entre o Parque Nacional e a população local, assim como o primeiro passo para o estabelecimento do Turismo como uma alternativa econômica para a população que possui poucas fontes de renda.

Scherl et. al. (2006) acredita que as populações das áreas protegidas e do seu entorno podem apoiar a sua gestão se sentirem que estão usufruindo apropriadamente dos benefícios provenientes da Unidade de Conservação, sendo compensados apropriadamente por qualquer perda de direitos e levados em conta no planejamento e operação. Nogueira e Salgado (2004) também acreditam que o uso das Unidades de Conservação, para atividades não degradantes, pode gerar significativos rendimentos, contribuindo assim para o desenvolvimento das economias locais.

Ávila (2000, p. 69) afirma que durante o processo de desenvolvimento local, a própria comunidade “desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida”, assumindo, assim, a gestão do seu desenvolvimento e os agentes externos são os que se envolvem participando para que a comunidade, aos poucos, possa seguir sozinha rumo à melhoria de sua qualidade de vida.

O modelo de desenvolvimento local é uma forma de desenvolvimento que está mais próximo à comunidade e os seus interesses, assim como propõe que a própria população seja ativa no processo e não apenas nos resultados, podendo esses serem mais próximos as suas vontades. Modelo esse que em seus projetos apresenta o patrimônio ambiental e cultural como vantagem competitiva, principalmente nos projetos de Turismo com base local. Quando se recorda que a cidade do turista é a mesma dos moradores, Bahia et. al. (2005) considera que ao melhorar as condições de vida local, melhora-se, também, a qualidade de vida da população, pois, planejamento, pesquisas históricas, gestão adequada da infraestrutura, atrativos e serviços turísticos significam melhores condições de satisfazer uma demanda turística cada vez mais exigente, além de melhorar a qualidade de vida na cidade e a autoestima de seus moradores.

No final das análises constatou-se uma diferença entre algumas respostas que inicialmente deveriam ter relação. Como é o caso da pergunta dois (a implantação do Parque gerou benefícios para as cidades) com as perguntas seis (o Turismo que ocorre no Parque

estimula a criação de novas empresas) e sete (os turistas que visitam o Parque Nacional geram benefícios para a comunidade local). Verificou-se que na questão dois os níveis de respostas positivas eram menores que nas seis e sete. Grande parte da população dos dois municípios concorda que o Turismo estimula a criação de novos empreendimentos e que os turistas que visitam as cidades geram benefícios para a comunidade local. No entanto, o percentual de respostas quanto à geração de benefícios, após a criação da Unidade de Conservação não atingiu o mesmo percentual das questões anteriores (Figura 18).

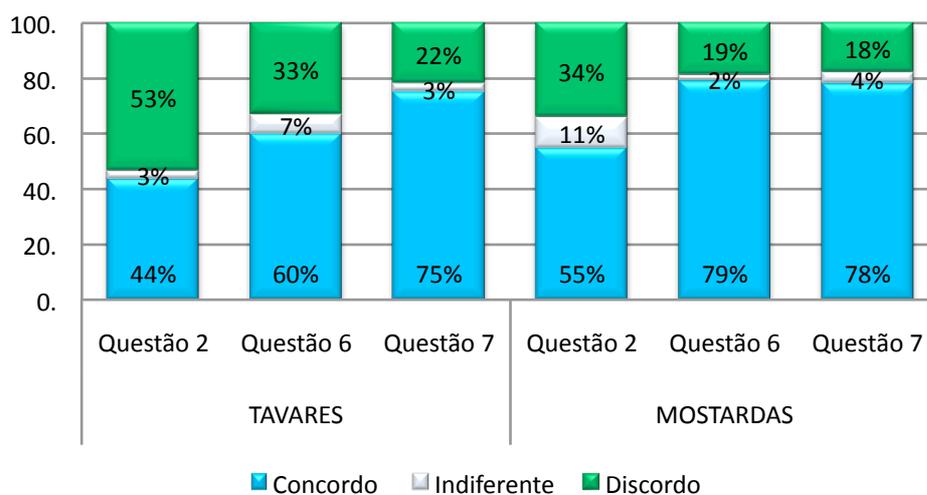


Figura 18: Comparação entre a questão dois, se a implantação do Parque gerou benefícios com as questões seis, se Turismo que ocorre no Parque estimula a criação de novas empresas, e sete, se os turistas que visitam o Parque geram benefícios para a comunidade.

Concluiu-se que devido ao método de abordagem das questões e a interpretação de cada indivíduo essa diferença ficou aparente. A questão dois abordava os benefícios, mas de maneira geral e sem especificá-los, que era o objetivo da questão, para que não houvesse vícios. No entanto, verificou-se, no momento que era feita essa questão, respostas que reportavam à situação de conflito com o Parque eram mais frequentes do que respostas sobre Turismo, uma vez que o conflito é mais presente e consolidado na convivência das pessoas. Já nas questões seis e sete os benefícios do Turismo eram apontados, isso fazia com que o entrevistado parasse para refletir e pensar nos benefícios e não apenas nos conflitos com a Unidade de Conservação. Por esse motivo, provavelmente, as questões apresentaram diferenças de percentual.

A situação de conflito é reportada na questão dois, pois metade da amostra da população local não percebe o Parque como gerador de melhorias, no entanto, essa mesma população afirma, que depois do Parque, os empreendimentos melhoraram e também houve um aumento no fluxo de visitantes nos municípios e que isso é positivo, assim como alguns

benefícios. Isso reforça a idéia de que a população percebe algumas melhorias resultantes do Turismo, no entanto não se vê inserida no processo, afirmando que os beneficiados são os hoteleiros ou restaurantes.

A análise estatística realizada entre Mostardas e Tavares, para os nascidos antes de 1970, demonstrou não haver diferença significativa entre as amostras de ambas as cidades. A análise estatística realizada entre Mostardas e Tavares, para os nascidos após 1970, também não demonstrou haver diferença significativa entre as amostras de ambas as cidades.

Os resultados da análise estatística realizada entre a soma dos entrevistados de Mostardas com os de Tavares não apresentaram diferenças significativas nas amostras. Contudo, verificou-se que em Mostardas a população entrevistada apresentou uma maior quantidade de respostas de aprovação relacionadas ao Parque Nacional e mais benefícios econômicos para a cidade do que a população de Tavares.

A análise estatística realizada entre o total de nascidos antes de 1970 e o total de nascidos após 1970 não demonstrou diferenças significativas entre as amostras, no entanto, constatou-se uma tendência, entre os nascidos após 1970, de relacionar mais os benefícios oriundos do Turismo com o Parque Nacional da Lagoa do Peixe.

3.2.2 Comparação entre os empreendedores de Mostardas e Tavares

Entre os empreendedores das duas cidades houve uma grande aceitação dos benefícios ambientais, decorrentes do Parque Nacional. No entanto, os entrevistados de Mostardas apresentaram um maior número de respostas de aceitação que os de Tavares, sobre o fato da criação da Unidade de Conservação ser a solução para preservação ambiental (Figura 19).

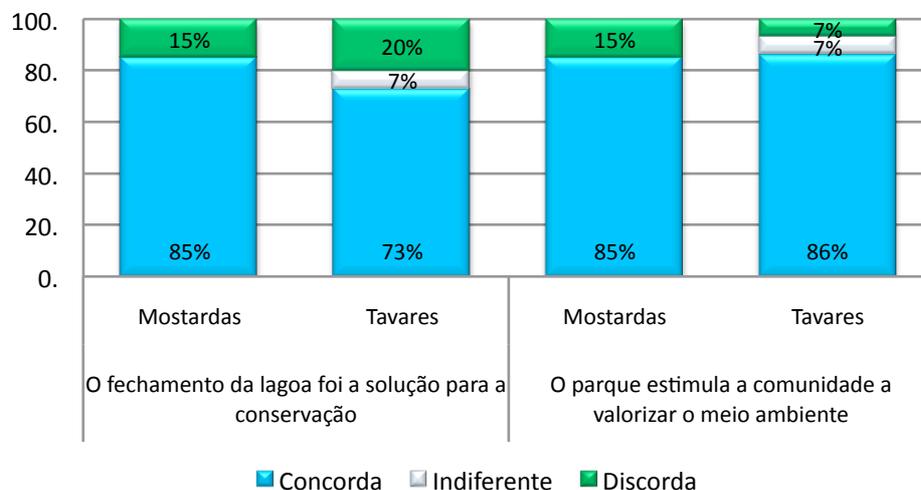


Figura 19: Comparativo entre os empreendedores de Mostardas e Tavares sobre as questões relacionadas ao meio ambiente.

A questão relacionada quanto ao Parque ser uma alternativa de desenvolvimento do seu empreendimento, apresentou mais respostas positivas no Município de Mostardas, uma vez que muitos sobrevivem exclusivamente de seus negócios com Turismo, principalmente os hotéis, e entendem que o Parque é um grande potencial turístico que atrai muitos visitantes. Por outro lado, quando questionados se a implantação da Unidade de Conservação trouxe benefícios para a cidade, Tavares apresentou percentual mais elevado de respostas positivas (Figura 20).

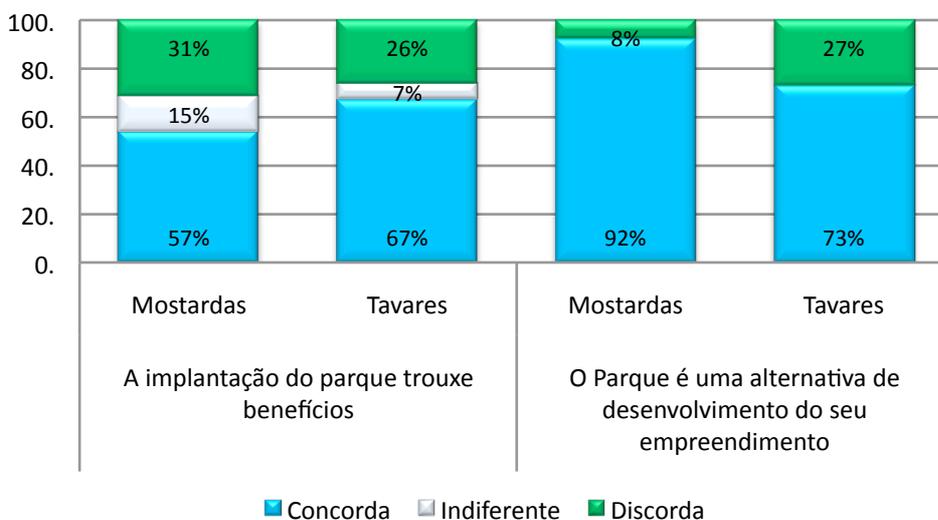


Figura 20: Comparativo entre os empreendedores de Mostardas e Tavares sobre as questões relacionadas aos benefícios provenientes do Parque Nacional.

A pesquisa ao grupo de empreendedores não se restringiu a hotéis e restaurantes, foram abordados também outros tipos de estabelecimentos comerciais, como farmácias, mercados e lojas em geral. Grupo esse que é classificado por Lemos (2005) como empresas de maneira geral, pois também participam do sistema econômico mediante a produção ou venda de bens e serviços para as empresas que atendem diretamente o turista, portanto podem ser considerados atores indiretos do processo turístico. Portanto, esses empreendedores de Tavares que responderam negativamente com a presente questão estão classificados nessa categoria de atores indiretos, mas, por não possuir conhecimento suficiente das relações existentes no Turismo, como o efeito multiplicador de renda (LEMOS, 2005), por exemplo, não se sentem inseridos no processo turístico de seu município.

3.3 Análise das questões abertas

Para facilitar a análise das questões abertas, optou-se por somar os nascidos antes e após 1970 em cada cidade e classificá-las em categorias, sendo, primeiramente, apresentados os resultados da população local e após dos empreendedores.

3.3.1 População local

Verificou-se que os entrevistados de Mostardas mostraram menor conhecimento sobre o Parque Nacional (Figura 21). Messias et. al. (2000), questionando a população de Tavares, acerca do conhecimento sobre o Parque Nacional, obteve resultados que revelaram que no ano de 1990 apenas 12% dos seus entrevistados conhecia o Parque e, em 1996, esse percentual subiu para 60%. Comparando esses dados com a presente pesquisa, observa-se que 87% da população de Tavares conhece o Parque Nacional, comprovando a tendência constatada por Messias et. al. (2000).

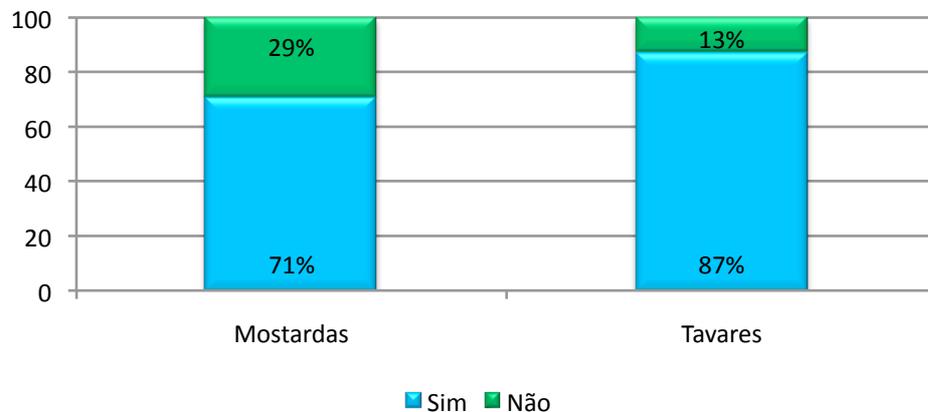


Figura 21: Comparação entre Mostardas e Tavares sobre o fato da população conhecer o Parque Nacional da Lagoa do Peixe.

Embora a maior parte dos entrevistados tenha mostrado conhecer o Parque Nacional, observou-se que a população não tem total clareza dos objetivos de uma Unidade de Conservação e da função que o Ibama (atual Instituto Chico Mendes) exerce. Constatação feita a partir dos dados obtidos nas entrevistas, nas quais quase metade dos entrevistados de Tavares não sabe a função de um Parque Nacional (Figura 22), sendo que, 58% desses nasceram após 1970. O Município de Mostardas também apresentou tendência semelhante, onde 40% dos entrevistados nascidos após 1970 desconhecem a função de um Parque Nacional.

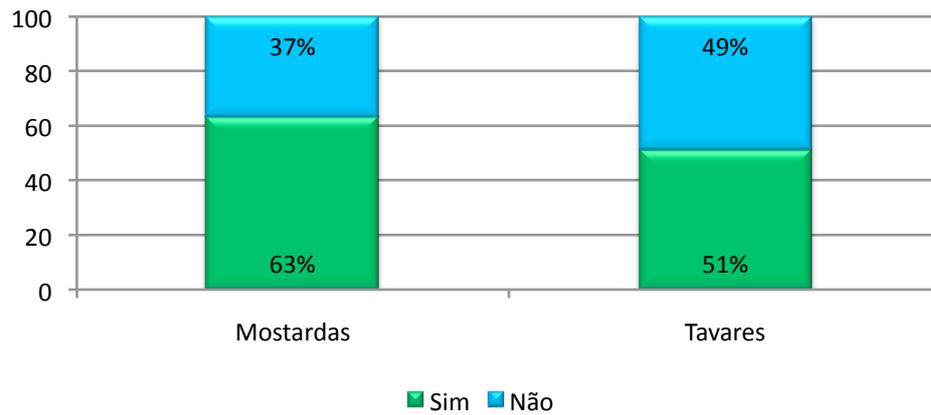


Figura 22: Conhecimento da população de Mostardas e Tavares sobre a função de um parque nacional

Para ilustrar a falta de conhecimento da função de um parque nacional, assim como do órgão gestor pode-se usar o seguinte relato: “sim, para dar dinheiro para o Ibama”. O desconhecimento dos objetivos, principalmente das leis que regem uma Unidade de Conservação e qual a função do Ibama pode ser considerado um elemento fomentador na geração dos conflitos no uso da terra na região. Diegues (2004b) destaca que quando a população, que vive no entorno da Estação Ecológica e Parque Nacional Superagui, no Paraná, refere-se a organismos públicos presentes na região, tendem a confundir os órgãos ambientais e os de fiscalização, acentuando seu caráter repressivo. Outro exemplo semelhante é dado por Silva e Maia (2008) em seu estudo realizado no entorno do Parque Nacional do Catimbau, no interior de Pernambuco, onde a maioria da população não está consciente da criação do parque ou o motivo pelo qual suas terras foram incluídas na área limite da Unidade de Conservação.

A parte da população que afirmou saber a função do Parque Nacional fez os seguintes relatos: “preservar as espécies”, “preservar os animais, peixes e aves” e “preservar o meio ambiente”, sendo essa última a resposta mais frequente. Essas respostas demonstraram que a população entrevistada não está informada sobre todos os objetivos de um parque nacional, mas conhecem o mais importante, uma vez que a preservação dos ecossistemas é a principal função de uma Unidade de Conservação. As outras funções de uma Unidade de Conservação, como a possibilidade de realizar atividades de educação e interpretação ambiental, atividades de recreação e de Turismo ecológico (BRASIL, 2000) não apareceram nos relatos, pois necessitam de leituras em *sites* e legislações específicas. Silva e Maia (2008) também identificaram esse posicionamento com a população do entorno do Parque Nacional do Catimbau, a qual afirmou que com o a criação do parque, a natureza está mais preservada.

A população (somente a nascida antes de 1970) foi questionada sobre que tipo de relação mantinha com o espaço natural antes de ser decretado como Parque Nacional. As respostas foram categorizadas em lazer, quando apresentavam respostas como: passeio, veraneio, passagem para a praia, entre outras; e categorizadas como subsistência quando apresentavam as seguintes respostas: pesca, agricultura, moradia e pecuária. Os resultados demonstraram que um grande número de entrevistados das duas cidades utilizavam o espaço para atividades de lazer, ainda que um número considerável de pessoas utilizavam a área para atividades de subsistência, principalmente relacionadas aos recursos pesqueiros da Lagoa do Peixe (Figura 23).

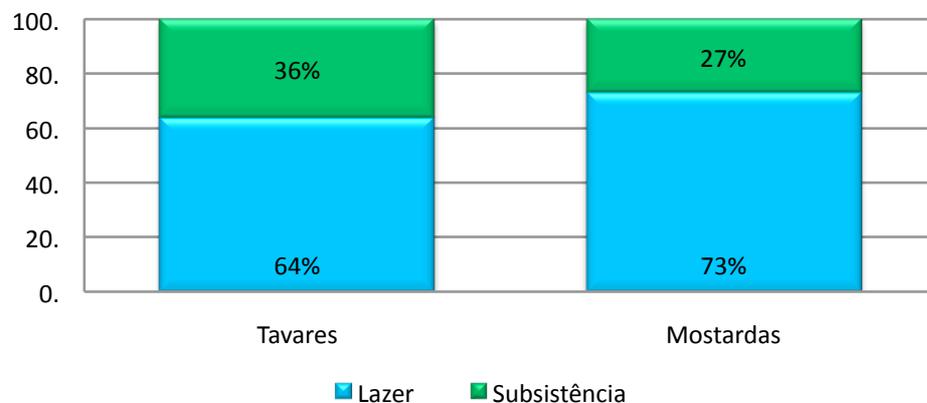


Figura 23: Comparativo entre Tavares e Mostardas sobre a relação que a população tinha com a área antes do Parque Nacional ser decretado.

O fato de parte da população se utilizar dos recursos ambientais como meio de subsistência é abordado por Ceballos-Lascuráin (1998), onde cita que em muitas zonas subdesenvolvidas e que se encontram próximas a áreas protegidas, existem grandes pressões sobre o ecossistema natural, exercidas por pessoas que necessitam utilizar essas áreas protegidas como meio de subsistência.

Após a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, essas pessoas que utilizavam os recursos naturais como meios de subsistência tiveram que iniciar suas vidas em outros locais e a população que vive na área de entorno teve que se adaptar às normas legais.

Embora não fossem abordados com semelhante questão, os nascidos após 1970 foram questionados sobre o tipo de relação que atualmente possuem com o Parque Nacional. Com as respostas, verificou-se que essa categoria utiliza a Unidade de Conservação apenas para passeios e a passagem para a praia, principalmente durante a temporada de verão.

Na questão sobre a utilização Lagoa do Peixe ou a região de entorno do Parque Nacional como fonte de renda, os resultados demonstram que entre os nascidos após 1970 não

há indivíduos que tenham alguma ligação de sua atividade econômica com a área do Parque. Por outro lado, uma pequena parte da população (9%), entre os nascidos antes de 1970, afirmou que ainda utiliza os recursos naturais do Parque (Figura 24). São pessoas que vivem no interior do parque e que sobrevivem da pesca, agricultura ou pecuária ou pessoas que vivem na cidade e que somente possuem atividades econômicas no interior ou entorno do parque. Essas pessoas continuam a exercer tais atividades, pois a situação fundiária da Unidade de Conservação ainda não foi totalmente regulamentada e essa pode ser considerada uma das causas na geração de conflitos na região. Situação que não ocorre somente no Parque Nacional da Lagoa do Peixe, pois também é identificado por Silva e Maia (2008) no Parque Nacional do Catimbau e por Kinker (2002) no Parque Nacional da Serra Geral, entre outros casos.

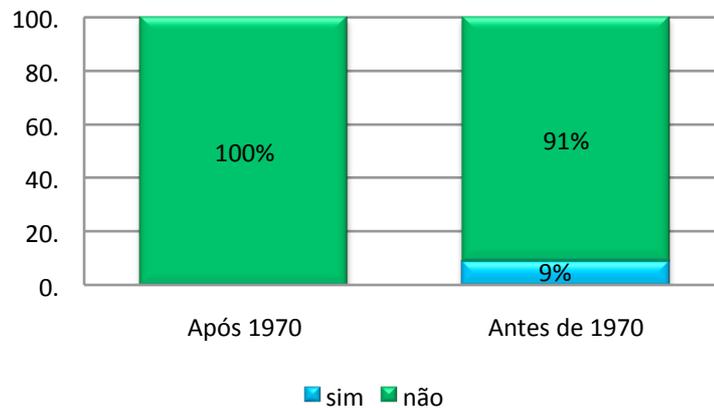


Figura 24: Comparativo entre a soma dos nascidos após 1970 e nascidos antes de 1970 de Tavares e Mostardas, sobre se utilizam a Lagoa do Peixe ou a área de entorno como fonte de renda.

Em estudo realizado no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, D'Antona (2000) constatou que os agentes da Unidade de Conservação entendem que retirar as comunidades provocaria um problema social e seria desnecessário, assim como reconhecem a existência de algumas comunidades no parque, mas se consideram impossibilitados de lidar com o fato: não há plano de manejo, não há zoneamento, as pessoas não foram indenizadas e não se sabe quais comunidades estão exatamente dentro dos limites. A existência de populações morando no interior de uma Unidade de Conservação e outras situações descritas anteriormente também ocorre no Parque Nacional da Lagoa do Peixe.

Situações como essa não são incomuns, como destaca Béltran (2001) com exemplo do Parque Nacional de Doi Inthanon, na Tailândia. O parque é o principal destino de ecoturismo do norte do país e atrai muitos praticantes da observação de aves, pois possui mais de 382 espécies registradas. Em seu entorno, num raio de cinco quilômetros existem 8.000 pessoas

vivendo e outras 4.500 habitando o seu interior, entre tribos e pessoas que vivem da terra. As autoridades dessa área protegida seguem políticas orientadas a limitar as práticas de utilização dos recursos naturais.

De acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, os seus limites não atingem as propriedades em toda a sua extensão, mas ficam dentro dos limites da Unidade de Conservação as terras mais férteis usadas na pecuária e na agricultura, pois sofrem inundações em épocas de cheia da Lagoa do Peixe e das lagoas de água doce, Veiana e Pai João. Essas terras de particulares representam 73% da área do Parque e até o ano de 1996, somente 8,6% desta estava com a situação fundiária regularizada (FNMA et. al. 1999).

No entanto, o maior problema não está nas propriedades localizadas no interior do parque, e sim nas que fazem divisa com a Unidade de Conservação, pois o plano de manejo não deixa claro os limites da área de amortecimento, conseqüentemente, entra em vigor a Resolução CONAMA nº 13, de 6 de dezembro de 1990, que estabelece uma área circundante de 10 km e qualquer atividade que possa alterar o ecossistema deve ser licenciada por órgão ambiental competente.

Os resultados da questão que objetivava verificar se os entrevistados conseguiam identificar, na sua atual atividade alguma relação com o Turismo, demonstraram que grande parte da população não vê o Parque Nacional com uma alternativa econômica, seja como atividades de serviços e artesanato, seja com Turismo (Figura 25). A maior parte dos entrevistados compartilha dessa opinião, pois somente veem alternativas de renda por meio do Parque Nacional referindo-se ao setor primário, como agricultura e pecuária.

Sobre os benefícios percebidos pela população, cada pessoa respondia de forma aberta e essas respostas foram categorizadas em benefícios econômicos, aqueles que se referiam especificamente a questões econômicas e benefícios sócio-ambientais, representados pelos benefícios de ordem social e ambiental.

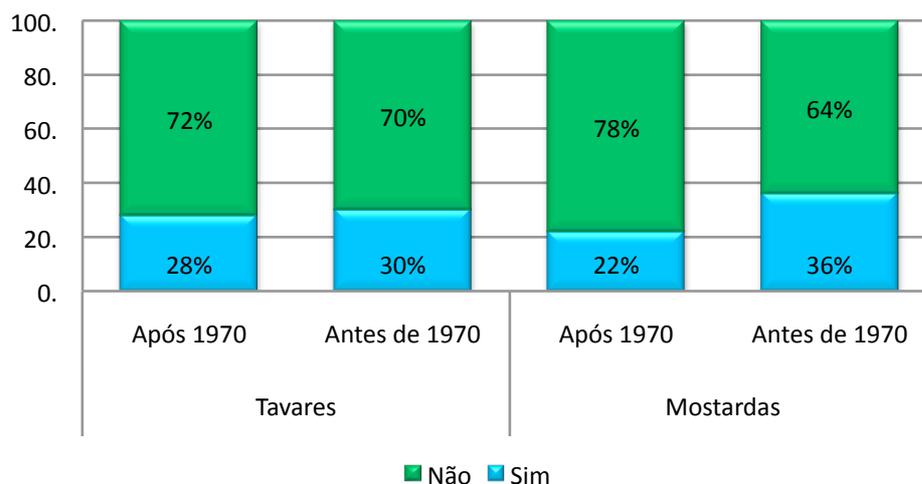


Figura 25: Comparativo entre Mostardas e Tavares sobre a possibilidade da população ver na atual atividade econômica alguma relação com o Turismo

Como verificado anteriormente, pela questão sete¹⁴, 78% e 75% dos entrevistados de Mostardas e Tavares, respectivamente, percebem que os turistas que visitam o Parque Nacional geram benefícios para a sua cidade (Figura 18). No entanto, existe diferença entre os tipos de benefícios percebidos entre os moradores de cada município.

Em Mostardas, a população entrevistada entende que o Parque Nacional proporcionou mais benefícios econômicos para a cidade (Figura 26). Algumas das respostas dadas foram: os mercados vendem para turistas, houve um aumento dos serviços, melhora da infraestrutura receptiva, melhora nos hotéis e restaurantes, melhoria na economia, desenvolvimento do comércio, a cidade foi mais divulgada e alternativa de renda e emprego.

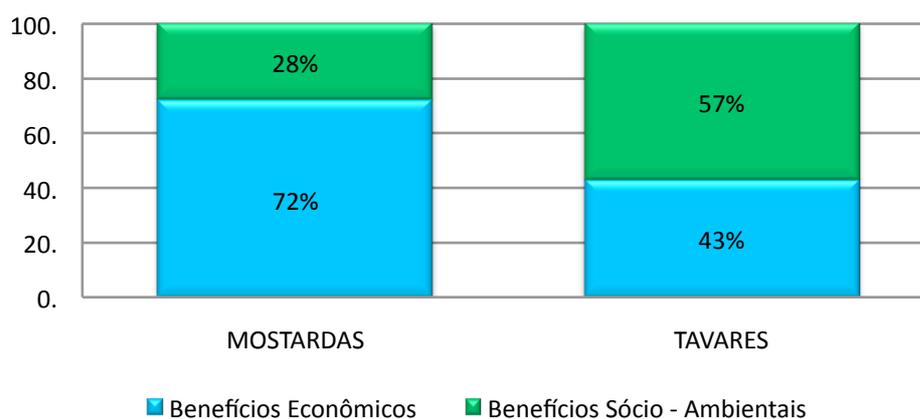


Figura 26: Comparação entre os municípios de Mostardas e Tavares sobre a percepção dos benefícios do Turismo

Em Tavares, a população não identifica tantos benefícios econômicos, e sim, sócio-ambientais. como por exemplo: a população está valorizando mais o meio ambiente, as

¹⁴ Os turistas que visitam o Parque Nacional da Lagoa do Peixe geram benefícios para a comunidade local.

peessoas ficaram mais conscientes sobre a importância do Parque, conservação, placas de sensibilização, mais pessoas na cidade e nos eventos municipais, as pessoas ficaram conscientes sobre a importância do Turismo, maior estímulo aos jovens para estudar Turismo e a cidade está mais bonita.

O Turismo, ao estimular o investimento em infraestrutura para atender a demanda de visitantes, pode também beneficiar a população local, pois parte dessas instalações, construídas, são disponibilizadas à população residente no destino, como é o caso de aumento de restaurantes, serviços, postos de gasolina, estradas, instalações públicas de lazer e esporte até as melhoras de paisagismo nas sedes das cidades e limpeza de ruas (VIDAL e MÁRQUES, 2007; OLIVEIRA A., 2005). No entanto, Archer e Cooper (2001) ressaltam que o que pode acontecer em muitos casos é a população anfitriã receber ou até perceber poucos benefícios diretos dessas melhorias.

Esses benefícios são sentidos pela população de Mostardas e Tavares, quando destacam as melhorias no comércio, a limpeza na cidade, a melhoria na estrada, a vinda de um Curso de Turismo para Mostardas, a criação de novos restaurantes, mais renda em função do Turismo, entre outros (Tabela 1). A soma das citações não corresponde ao total de entrevistas (200), devido ao fato de que nem todos os entrevistados responderam a essa questão.

Tabela 1: Benefícios observados pela população de Tavares e Mostardas.

TAVARES			
Benefícios Sócio - Ambientais	Citações	Benefícios Econômicos	Citações
Mais pessoas na cidade	8	Melhoria e ampliação nos hotéis	6
A cidade está mais bonita	3	Melhoria no comércio	4
Mais eventos na cidade	3	Melhoria na economia	3
Sensibilização da população para o meio ambiente	2	Geração de renda para o município	2
Limpeza	2	Mais restaurantes na cidade	2
Placas de sensibilização	1	Novos empreendimentos	1
Regularidade nas festas		Melhoria no artesanato	1
Maior diversidade cultural	1	Crescimento da cidade	1
Conservação	1		
Pessoas mais conscientes sobre a importância do Turismo	1		
A população está valorizando mais o meio ambiente	1		
Mais estímulo aos jovens para estudar Turismo	1		
Pessoas mais conscientes sobre a importância do Parque	1		
O povo se adapta ao pessoal de fora	1		
Melhoria na estrada	1		
Total	26	Total	20
MOSTARDAS			
Benefícios Sócio - Ambientais	Citações	Benefícios Econômicos	Citações

Melhora na estrada	4	Melhoria na economia	12
A cidade está mais movimentada	3	Melhora nos hotéis	10
Conhecimento e aumento da cultura	2	Melhoria no comércio	4
Despertou para a importância do meio ambiente	2	Melhoria no artesanato	3
Faculdade de Turismo na cidade	2	Melhora nos restaurantes	2
Integração	1	Benefício para os empreendedores	2
Valorização e melhorias nas casas antigas	1	A cidade foi mais divulgada	2
Limpeza	1	Aumento dos serviços	1
Maiores cuidados para a cidade	1	O Turismo gerou mais renda	1
		Melhora da infraestrutura receptiva	1
		Alternativa de renda	1
		Melhoria na venda de artesanato e produtos típicos	1
		Oportunidade de emprego	1
		Mais renda para o município	1
		Desenvolvimento para a cidade	1
		Os mercados também vendem para turistas	1
Total	17	Total	44

Fonte: pesquisa de campo, 2008.

A Figura 27 ilustra a diferença entre o número de citações que os entrevistados apresentaram nas entrevistas, apresentado na Tabela 1. Os valores não se igualam ao número de entrevistas (200) pelo motivo de que nem todos os entrevistados citaram algum tipo de benefício ou os que citaram, muitas vezes, elencavam mais de um benefício.

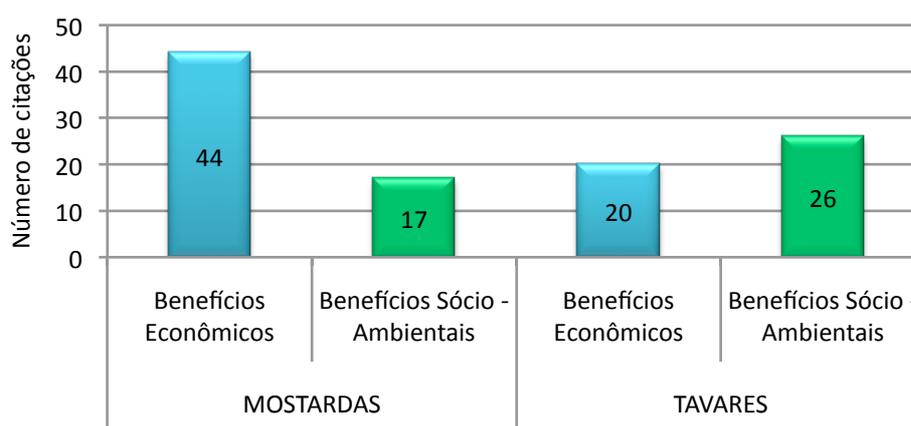


Figura 27: Diferença, em número de citações, entre os municípios de Mostardas e Tavares na visão dos benefícios gerados pelo Turismo.

No comparativo entre a soma dos nascidos antes de 1970 e da soma dos nascidos após 1970, das duas cidades, constatou-se que em Mostardas a tendência da população é de perceber mais as melhorias oriundas do Turismo, enquanto que a população entrevistada de Tavares observa menos esses tipos de benefícios (Figura 28). Para Oliveira A. (2005), os benefícios provenientes do Turismo à população local não são contatados igualmente por

todos, pois com frequência esses benefícios atendem somente aos interesses de determinados grupos ou a pessoas que possuem mais condições de se preparar para atender os visitantes. Nesse estudo, essa afirmação se confirma em observações e anotações realizadas, onde a população relatou que os benefícios oriundos do Turismo existem, mas somente para poucas pessoas que possuem condições financeiras para investir, como alguns hotéis e restaurantes.

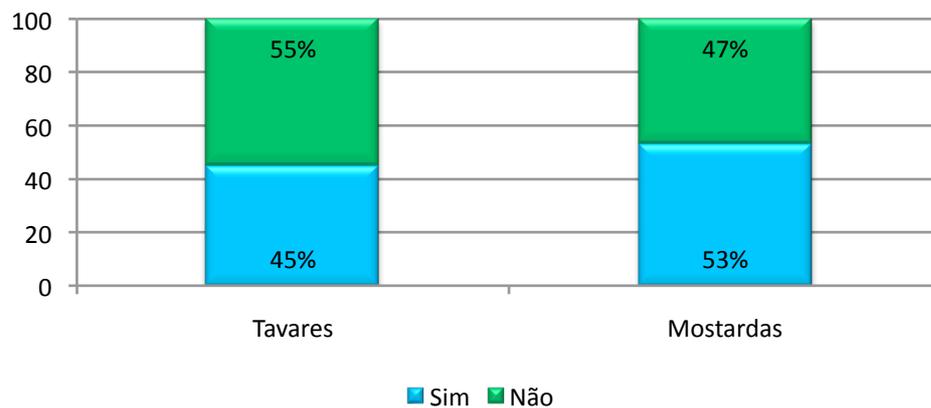


Figura 28: Comparação entre Tavares e Mostardas sobre a visão da comunidade a respeito das melhorias provindas do Turismo

Neste ponto verifica-se que a atratividade turística pode ser um fator de desenvolvimento tanto local quanto regional pelo fato de gerar crescimento financeiro, valorizar a cultura da comunidade local e contribuir para a conservação do meio ambiente, entre outros. Entretanto, sabe-se que pode acontecer exatamente o contrário, ou seja, quando o Turismo não é realizado de maneira responsável e planejado, inúmeros danos não só ao meio ambiente, mas também à sociedade e a sua economia podem ocorrer.

Partindo da recomendação 5.29 do Congresso Mundial de Parques da IUCN (SCHERL et. al., 2006), as áreas protegidas não devem ser concebidas como ilhas de conservação isoladas do contexto social, cultural e econômico no qual estão inseridas. Portanto, deve existir a relação entre a área protegida e a comunidade que vive no seu entorno ou interior, para que ambas possam conviver de maneira harmoniosa sem degradar o meio ambiente, e o Turismo pode ser um meio para que se atinja esse objetivo.

Sendo assim, o Turismo pode ou não contribuir para o desenvolvimento local, podendo esse ser um desenvolvimento harmônico quando positivo ou um desenvolvimento “empobrecedor”, quando negativo. Esse último pode gerar uma série de problemas, seja em nível ambiental, seja em nível social e cultural. Então ao se trabalhar utilizando o conceito de desenvolvimento, esse será abordado como sendo um processo com o objetivo de superar problemas, buscando soluções específicas para cada caso, com a finalidade de gerar benefícios aos envolvidos e ao local. Pois como lembra Ávila (2000), é um modelo que

contempla o patrimônio ambiental e cultural e conhecendo o local de estudo, esses são atributos que se destacam como elementos de atratividade e podem ser interessantes potenciais turísticos, favorecendo a criação de alternativas econômicas para a população.

Scherl et. al. (2006) afirmam que as populações das áreas protegidas e do seu entorno podem ser grandes apoiadores na gestão e proteção dessas áreas, mas somente se sentirem que estão usufruindo apropriadamente dos benefícios provenientes da área protegida, por meio da compensação por alguma perda ou que sejam levados em conta no processo de planejamento e operação. Uma vez que as comunidades tradicionais, dependentes dos recursos naturais renováveis para a sua sobrevivência, não têm a tendência de se comportarem como destruidores da natureza, uma vez que utilizam diretamente esses recursos tanto para seu próprio consumo quanto como produto de comercialização (DIEGUES, 1999).

O ecoturismo pode ser desenvolvido em Parques Nacionais, atrelado a atividades de interpretação ambiental, como educação ambiental e observação da vida selvagem, utilizando, assim, a população local como possíveis condutores para essas atividades. Mas para que isso aconteça, o envolvimento da comunidade no planejamento e operação do Turismo é muito importante para que o processo não seja impositivo e unilateral.

No entanto, como destaca Ceballos-Lascuráin (1998), quem deverá decidir sobre o envolvimento de alguma população local em determinado processo de desenvolvimento do Turismo são os próprios representantes dessa comunidade local e os indivíduos interessados. Pois no caso do ecoturismo chegar a uma área protegida sem o consentimento da população local, é provável que essa população tenha uma atitude negativa com a área protegida, surgida talvez desde o surgimento do parque, que pode ter eliminado as opções quanto ao uso da terra dessa população.

3.3.2 Empreendedores

A análise realizada entre os empreendedores das duas cidades inicialmente verificou a procedência dos empreendedores, onde constatou-se, na soma das duas cidades, que 23 dos donos dos empreendimentos são da própria cidade e somente 5 entrevistados são oriundos de outras localidades. A reclamação mais constante dos empreendedores, o que resulta na baixa demanda de turistas, é a condição da estrada de acesso aos dois municípios, a RST 101, conhecida como “estrada do inferno”, por suas péssimas condições de trafegabilidade, principalmente em épocas de chuva. O grande problema ainda são os buracos que existem no asfalto, o que torna a viagem para essas cidades demorada e arriscada.

A preocupação em decorar o seu empreendimento com motivos do Parque Nacional também foi observada nos empreendimentos visitados. Conforme Ascanio (2003), o alojamento hoteleiro deve relacionar-se com a paisagem que o rodeia, uma vez que o visitante leva em consideração não apenas o hotel, e sim, o contexto no qual está inserido, portanto, deve existir uma harmonia entre o empreendimento e o local em que está localizado. Na pesquisa foram identificados apenas seis empreendimentos que utilizavam motivos do Parque Nacional em sua decoração ou no próprio nome, os outros 22 não possuíam nada relacionado ao parque.

Quanto ao Turismo ser sua principal fonte de renda, nos dois municípios, 15 empreendedores afirmaram que utilizam fontes de renda variadas, alguns, ao mesmo tempo em que são donos de restaurantes, hotéis e pequenas vendas, também são taxistas, agricultores, pescadores, professores e contadores, entre outros. Por outro lado, os outros 13 empreendedores das duas cidades conseguem utilizar o Turismo como a única fonte de renda, esses são, na sua maior parte, os hotéis. Os donos de restaurantes, quando questionados se sabiam quanto o turista representava nas suas vendas, não tinham idéia desse número.

Isso demonstra que o Turismo divide os empreendedores em dois grupos: os que possuem uma visão de futuro e investem no Turismo, o que, conseqüentemente, gera resultado e esses conseguem utilizar o Turismo como a única fonte de renda; e outro grupo que vê o Turismo como uma atividade pouco representativa, mas que acha importante, para esses a atividade turística ainda é muito incipiente e sazonal, assim como uma alternativa complementar de renda.

Um exemplo do grupo que possui uma visão de futuro são alguns hoteleiros, pois investem não apenas na divulgação de seu hotel, mas também na região como um todo, pois entendem que essa união faz parte do desenvolvimento do Turismo. O grupo dos restaurantes pode ser considerado aquele que entende a importância do Turismo, mas que não toma a frente nas ações de desenvolvimento deste. A principal diferença entre esses dois grupos está no fato do primeiro depender quase que exclusivamente da presença de visitantes, portanto realiza ações de divulgação e controle de visitantes, assim como serviços de guias de Turismo e abertura de sofisticados cafés dentro de hotéis, como observado em alguns estabelecimentos. Já o grupo dos restaurantes reconhece a importância do visitante, mas como o seu principal público é a população local, não possui a iniciativa de criar material de divulgação, nem de desenvolver controle de quanto os turistas representam nos seus atendimentos.

Mesmo havendo diferenças entre as duas cidades, verifica-se que ambas encontram-se no mesmo período, dentro do ciclo de vida das destinações turísticas, entre a fase de investimento e exploração. O ciclo de vida das destinações é um instrumento que determina em que fase se encontra a localidade em estudo e as medidas cabíveis para dimensionar seu desenvolvimento, criado em 1980 por R. W. Butler com base no conceito desenvolvido pelo *marketing* do produto (RUSCHMANN, 2003). A fase de investimento é caracterizada pela implantação de equipamentos turísticos necessários ao atendimento dos turistas e que também podem ser utilizados pela população. Na área de estudo verifica-se o aumento da estrutura voltada ao atendimento de visitantes a partir do ano de 2002 (Figura 29). Uma das características da fase de exploração é a presença de poucos visitantes, motivados pela novidade e aventura. Nessa fase o destino inicia a apresentação de algumas facilidades para os visitantes com a inserção de novos atrativos turísticos (RUSCHMANN, 2003).

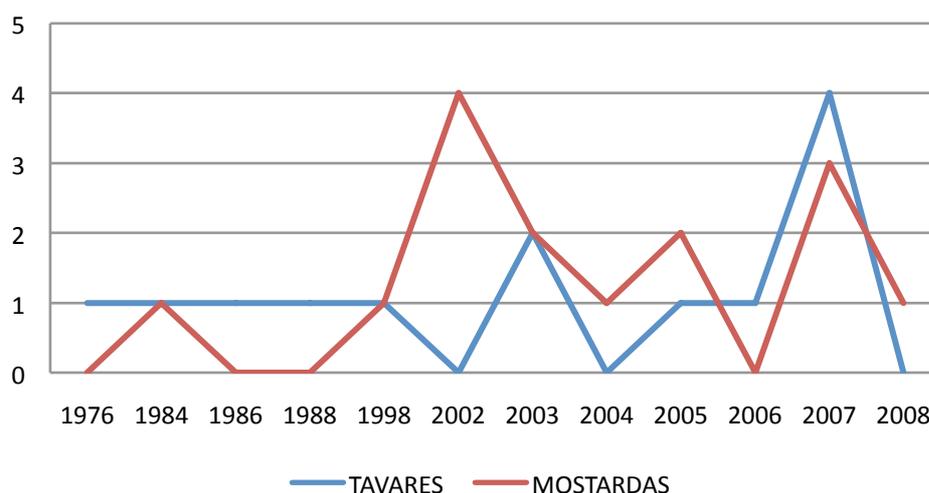


Figura 29: Ano de implantação dos empreendimentos amostrados em Tavares e Mostardas.

O ano de inauguração dos empreendimentos atualmente em funcionamento foi analisado e comparado com o ano de implantação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe (1986), a fim de verificar se houve alguma influência do mesmo na abertura de serviços voltados ao Turismo. O número de empreendimentos apresentados na Figura 29 representa o número de empreendimentos visitados no período do estudo.

Verificou-se que, dos empreendimentos existentes atualmente, apenas quatro foram inaugurados até o ano de 1986, como hotéis e restaurantes, no entanto, somente após o ano de 2002, é que se observa um aumento na quantidade de empreendimentos, aumento esse registrado novamente a partir do ano de 2007 (Figura 29). A abertura do Parque foi no ano de 1986 e somente a partir de 2002 houve um aumento no estabelecimento de novos empreendimentos, voltados direta ou indiretamente ao Turismo. Verifica-se um lento

crescimento da oferta de serviços com relação ao uso turístico do Parque Nacional, relação essa que não existia devido ao inicial conflito fundiário da criação da Unidade de Conservação.

Messias et. al. (2000), afirmam, que entre o ano de 1986 até 1990, a percepção da comunidade com relação ao Parque Nacional da Lagoa do Peixe era negativa e, mediante a realização de trabalhos de educação ambiental efetuados entre 1992 e 1997, verificou-se que a relação entre a população e o Parque Nacional passou a ser considerada como equilibrada. Gradativamente essa relação passou a ser de aceitação, conforme os dados apresentados, demonstrando uma mudança de posicionamento da população acerca dos benefícios do Turismo e da importância em se preservar uma área natural, o que reflete na abertura de empreendimentos.

A análise estatística realizada entre os empreendedores demonstrou não haver diferença significativa entre eles, pois em geral, reconhecem que existem benefícios gerados com a vinda de visitantes, uma vez que muitos se beneficiam diretamente das receitas do Turismo.

3.4 Grupos criados para análise

Utilizando todas as respostas do instrumento aplicado à população, foram criados quatro grandes grupos de análise, onde se buscou classificar cada município pesquisado a fim de estabelecer um perfil para cada cidade. Para os agrupamentos foram utilizados os seguintes critérios:

G1 - Aprova e percebe benefícios: a maior parte da população local aprova ou aceita o Parque Nacional, assim como percebem os benefícios gerados pelo uso indireto da Unidade de Conservação. Critérios: apresentar maior número de concordâncias em quase todas as questões, apresentar maior quantidade de respostas nas afirmativas de 1 a 7, apresentar respostas ou comentários positivos na questão 18 (Que melhorias você percebe que o Turismo trouxe para a população?), assim como possuir resposta sim na questão 15 (Consegue ver na sua atividade alguma relação com o Turismo?).

G2 - Aprova e percebe poucos ou nenhum benefício: a maior parte da população local aprova ou aceita o Parque Nacional, no entanto não percebe os benefícios gerados pelo uso indireto da Unidade de Conservação ou quando percebe os benefícios, acha que são muito poucos e que poderia haver mais. Critérios: possuir uma maior quantidade de respostas positivas nas afirmativas de 1 a 7 e comentários negativos nas observações.

G3 - Reprova e percebe benefícios: a maior parte da população local reprova ou não aceita totalmente os moldes de um Parque Nacional, com todas as suas restrições, mas por outro lado, percebem que existem benefícios. Critérios: possuir respostas ou comentários positivos na questão 18, possuir um mínimo de quatro respostas negativas nas afirmativas de 1 a 7 e apresentar respostas positivas na escala, mas com comentários de reprovação em relação ao Parque Nacional.

G4 - Reprova e não percebe benefícios ou percebe poucos benefícios: a maior parte da população local reprova ou não aceita o Parque Nacional, assim como não percebe os benefícios gerados pelo uso indireto da Unidade de Conservação, ou quando percebe, acha que são muito poucos e que poderia haver mais. Critérios: apresentar a maioria de respostas negativas nas afirmativas de 1 a 7, comentários negativos nas observações e não observar melhorias na questão 18 (que melhorias você percebe que o Turismo trouxe para a população).

Os dados indicam que o município de Mostardas enquadra-se no G1, ou seja, o Parque Nacional possui um maior nível de aceitação pela comunidade e essa percebe os benefícios gerados pela Unidade de Conservação. Entre os benefícios percebidos pela comunidade, podem ser destacados principalmente os econômicos, como a oportunidade de empregos, melhoria no comércio e no artesanato, assim como o desenvolvimento para a cidade de maneira geral. Entretanto há um percentual representativo no grupo G2, ou seja, reconhece a importância da Unidade de Conservação, no entanto, seus benefícios são pouco identificados por alguma parte da população, ou os benefícios são insuficientes (Figura 30). Verificou-se ainda, que a população entrevistada distingue com maior clareza os benefícios econômicos da atividade turística, pois foram os mais citados nas entrevistas.

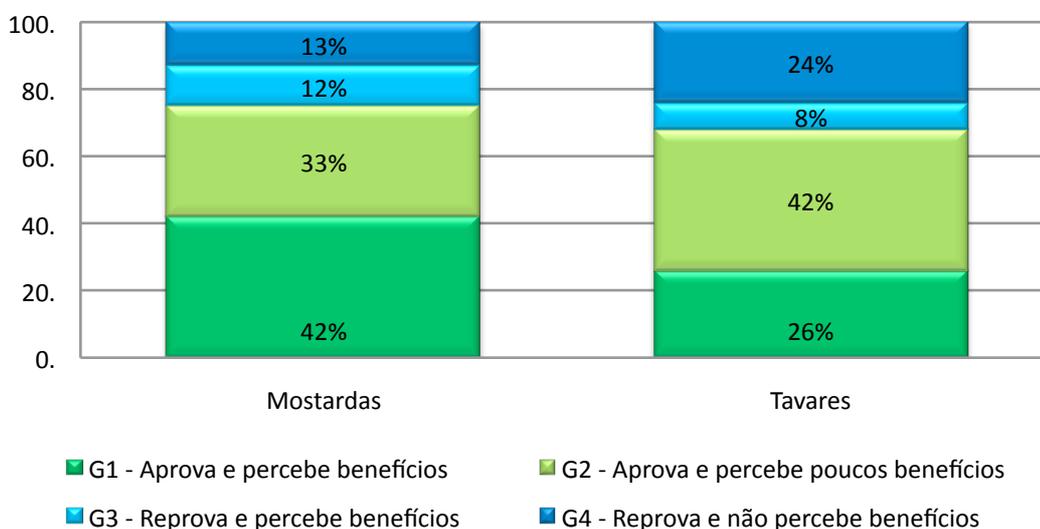


Figura 30: Comparativo dos grupos de categorias de análise entre a cidade de Mostardas e Tavares

Quando os nascidos antes e os nascidos após o ano de 1970 são comparados no município de Mostardas, observa-se que ambos possuem grandes níveis de aprovação em relação ao Parque Nacional, no entanto, verifica-se que entre os nascidos após 1970, a quantidade de respostas de aprovação da Unidade de Conservação é maior (Figura 31). Isso faz com que os nascidos antes e após 1970 se distribuem entre os grupos G1 e G2, ou seja, aprovam e aceitam o Parque Nacional, e percebem os benefícios que esse pode gerar para a cidade.

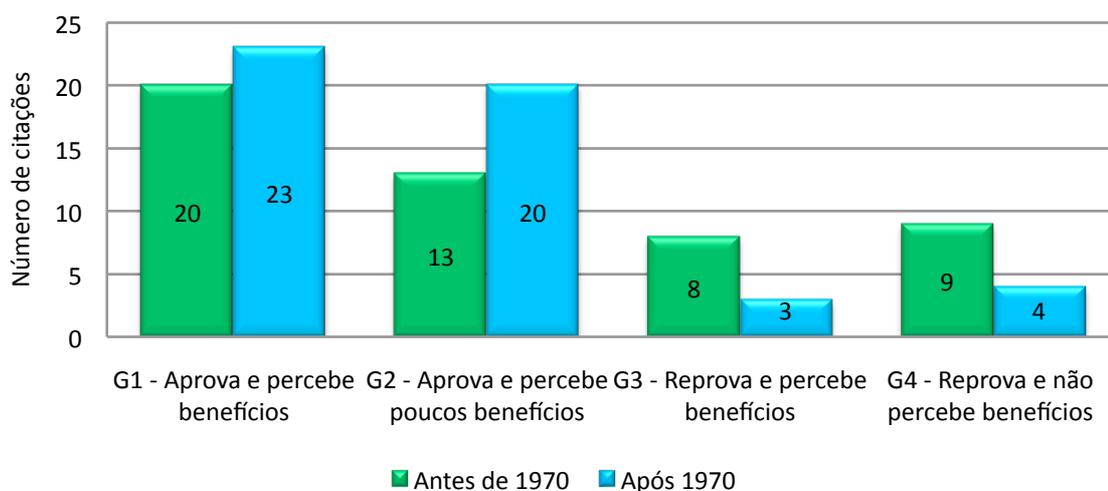


Figura 31: Comparativo das categorias de análise entre os nascidos antes de 1970 e os nascidos após 1970 de Mostardas

No município de Tavares, verifica-se uma tendência positiva quanto à aceitação do Parque Nacional, no entanto, a população não percebe os benefícios ou os benefícios percebidos são poucos, portanto, a cidade foi classificada no G2 (Figura 30). Embora a maior parte da população aprove o Parque Nacional, uma parte dela não percebe os benefícios gerados pelo uso indireto da área protegida ou quando os percebem, acham que são muito poucos e que poderia haver mais. Entre os nascidos após 1970 nesse município, verifica-se uma grande quantidade de respostas aprovando a implantação do Parque Nacional, portanto, categorizados como G1. Entre os nascidos antes de 1970, verifica-se uma maior quantidade de indivíduos categorizados como G4, uma vez que a maior parte da população local reprova ou não aceita o Parque Nacional, devido à excessiva restrição de uso do solo, assim como não percebem os benefícios gerados pelo uso indireto da Unidade de Conservação (Figura 32).

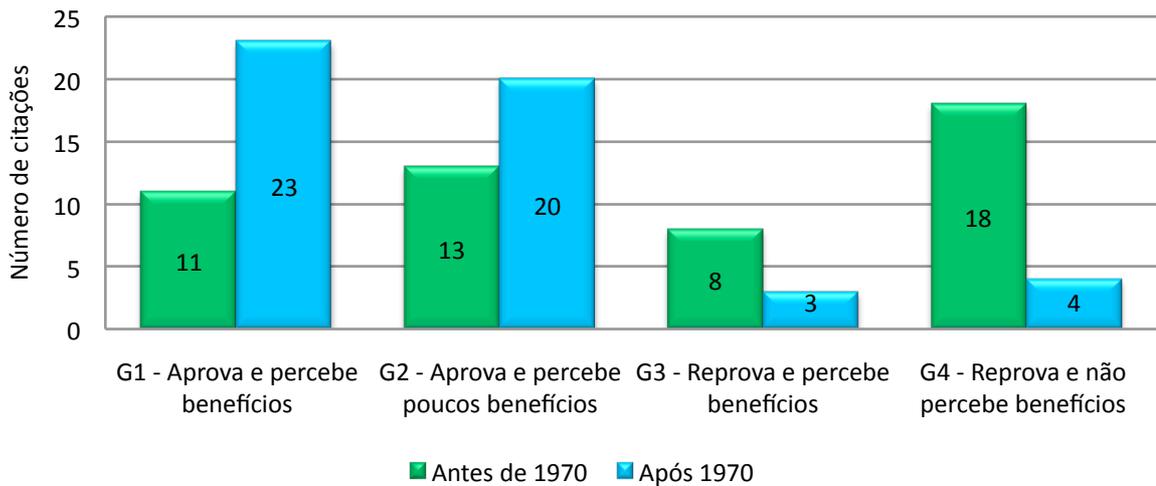


Figura 32: Comparativo das categorias de análise entre os nascidos antes de 1970 e os nascidos após 1970 de Tavares

Comparando a soma dos entrevistados nascidos antes e após o ano de 1970 das duas cidades, verifica-se diferenças entre elas. Entre os entrevistados nascidos após 1970, predominam as respostas que fazem com que sejam classificados nos grupos G1 e G2, os quais aprovam o Parque Nacional e percebem os benefícios, sejam eles de qualquer natureza ou grau. Por outro lado, entre os nascidos antes de 1970, observa-se uma maior divisão entre os grupos e uma grande quantidade de respostas no grupo G4, a qual não aceita a Unidade de Conservação e não percebe os seus benefícios ou percebe poucos benefícios (Figura 33).

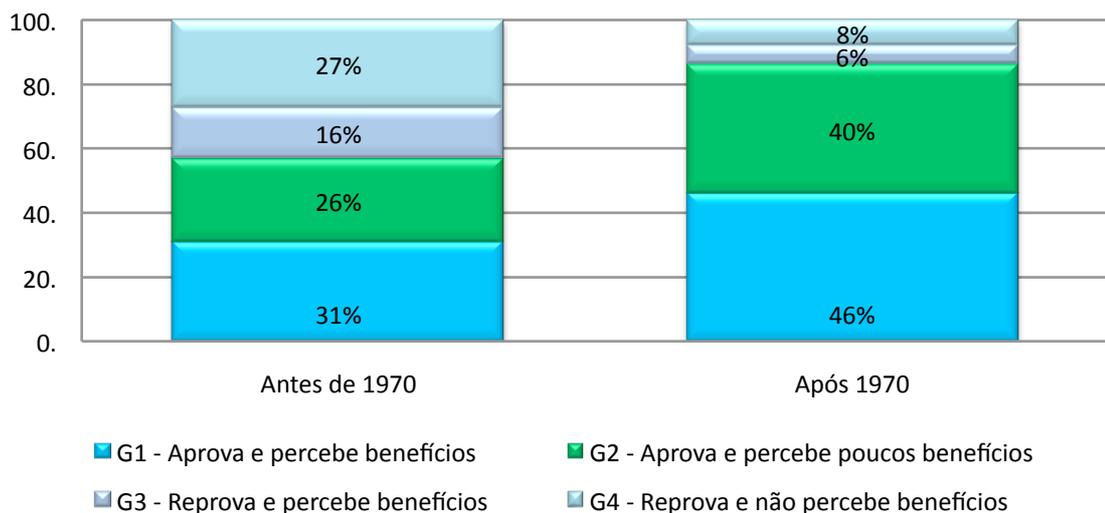


Figura 33: Comparativo das categorias de análise entre os nascidos antes de 1970 e os nascidos após 1970

Com a análise desses dados verificou-se que, apesar dos resultados dos testes estatísticos, realizados entre os nascidos antes e após 1970, das duas cidades, não apresentarem diferenças significativas, verificou-se uma tendência, no grupo dos nascidos

após 1970, de perceberem mais os benefícios econômicos e sociais que o Parque Nacional gerou para a sua cidade, benefícios esses resultantes da atividade turística. Constatou-se, portanto, uma tendência das novas gerações de perceberem mais os benefícios do Turismo para a sua cidade que os nascidos antes de 1970.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de áreas protegidas foi a solução que o homem encontrou para proteger espaços naturais de si próprio, no entanto, o que pareceu ser a solução, gerou problemas de ordem social, com o que fazer com as populações residentes nessas áreas, uma vez que o modelo de área protegida adotado inicialmente foi o Parque Nacional, no qual não é permitida a permanência de moradores em seu interior.

Ao mesmo tempo, ambientes naturais constituem-se em importantes e fortes destinos turísticos, tanto no Brasil quanto no mundo, como é o caso da Amazônia e do Pantanal, entre outros. São vários os segmentos do Turismo praticados em ambientes naturais, como o Ecoturismo, o Turismo de aventura o Turismo de natureza, entre outros. Essas atividades, aliadas a um planejamento que integre a população residente torna-se uma importante ferramenta na preservação dos ambientes naturais e na integração das populações na economia.

A relação de uma população que vive o processo de implantação de uma Unidade de Conservação pode ser considerada mais impactante do que aquela que não passou por essa fase, principalmente pelo fato da primeira perder o domínio do uso da terra, muitas vezes, principal fonte de renda. Buscou-se então, comparar a opinião entre pessoas que passaram pela fase de criação do Parque Nacional e pessoas que somente viveram a fase de existência da Unidade de Conservação.

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe constitui-se em um importante refúgio para as aves migratórias, além de ser o maior atrativo turístico dos municípios de Mostardas e Tavares. Constatou-se ações isoladas e desarticuladas de empreendedores locais que buscam utilizar o parque como atrativo. Entre esse grupo pesquisado, verificou-se que estão divididos em duas categorias, os que possuem uma visão de futuro e investem no Turismo e outros que veem o Turismo apenas como uma alternativa complementar de renda.

Na cidade de Mostardas, os entrevistados (soma dos nascidos antes e após 1970) identificam mais claramente os benefícios econômicos da atividade turística, enquanto que em Tavares, os ambientais foram os mais citados. Um conjunto de elementos provavelmente faz com que a população dos dois municípios aponte diferentes tipos de benefícios, oriundos da mesma atividade, o Turismo no Parque Nacional da Lagoa do Peixe. A localização geográfica das duas cidades, apesar de estarem separadas por poucos quilômetros, é um fator que pode causar influências nas relações, pois Tavares está localizada mais próxima do que Mostardas

do Parque, isso faz com que sofra mais restrições no uso da terra, uma vez que grande parte do município está dentro da área de entorno da Unidade de Conservação. Além disso, Tavares emancipou-se de Mostardas em 1982, portanto é jovem e não apresenta as mesmas facilidades de infraestrutura e serviços. Consequentemente o visitante tem como referência a cidade de Mostardas quando pensa em visitar o Parque Nacional e muitas vezes nem toma conhecimento de que a Lagoa do Peixe se encontra totalmente no Município de Tavares. Fato esse que motiva descontentamento por parte da população de Tavares, que possui o atrativo, mas a cidade vizinha é a que mais se beneficia com as receitas do Turismo.

Embora a população entrevistada tenha respondido que percebe os benefícios oriundos do Turismo no Parque Nacional, verificou-se que a maior parte não se sente inserida no processo e não consegue ver no Parque uma alternativa de renda, afirmando que os benefícios são apenas para alguns poucos privilegiados, como os empreendedores, por exemplo. Essas afirmações, por parte dos entrevistados, baseiam-se em um desconhecimento do processo que o Turismo gera no município, pois não percebem que as melhorias e investimentos realizados, por parte do setor público ou privado, beneficia também os moradores locais.

Mesmo percebendo um posicionamento, por parte da população, de que somente os empreendedores ganham com o Turismo, verificou-se que o desenvolvimento ainda é um processo lento e os empreendedores, voltados ao atendimento dos visitantes, ainda estão em processo de amadurecimento e aprendizagem. Todos encaram o Turismo como algo muito importante, no entanto, poucos conseguem manter nele sua principal fonte de renda.

Quanto ao problema inicial da pesquisa, constatou-se que apesar de não serem encontradas diferenças comprovadas estatisticamente entre os nascidos antes e os nascidos após 1970, verificou-se uma tendência, entre os entrevistados nascidos após 1970, de aceitar mais as melhorias na cidade proporcionadas pelo fluxo de visitantes no Parque Nacional. Portanto, o fato dos entrevistados, nascidos após 1970, perceberem mais as melhorias em função do Turismo, demonstra uma pequena mudança de atitude, com relação ao Parque Nacional da Lagoa do Peixe, entre as gerações.

No desenvolvimento do Turismo, fundamentado no Parque Nacional da Lagoa do Peixe, em Mostardas e Tavares, constatou-se que ele está auxiliando nesse processo, através de melhorias como acessos, estruturas de serviços (locais para alimentação e hospedagem) e realização de eventos, essas melhorias que, inicialmente, são pensadas para os turistas, são usufruídas pela própria população dos municípios.

A região possui todas as características para a realização do Turismo voltado a ambientes naturais, principalmente ao Turismo de observação de aves, pois possui uma

grande beleza cênica, um ecossistema preservado e de grande singularidade, assim como ser o refúgio de diversas espécies de aves migratórias. Por outro lado, verificou-se também, que o perfil do visitante nem sempre é o mais adequado a esse ambiente, uma vez que se observou no local da pesquisa a presença de dois tipos de turistas, os motivados pelas belezas e características locais e os motivados pela aventura em veículos fora de estrada, como jipeiros e motociclistas. Situações como essas levam a constatar que as cidades ainda não atingiram uma maturidade e uma estabilidade no Turismo, pois ainda não podem escolher seu público alvo. Por outro lado, também se observou a presença de turistas motivados pelos atrativos naturais da região, ainda que menos frequentes que o grupo anterior. A presença de turistas internacionais é uma constante na região, mas sendo em pequeno número.

A partir do momento que se pretende trabalhar o Turismo como fomentador para o desenvolvimento local, deve-se ter em mente que esse necessita ser pensado de maneira integrada e que essa união de forças é muito importante para que uma região se desenvolva. A região apresenta condições favoráveis para o desenvolvimento local através do planejamento integrado e regional, por outro lado, ainda apresenta falta de planejamento para o uso da área, como uso turístico ou no caso dos acessos aos balneários, que cruzam o Parque. Isso pode gerar efeitos negativos nos ecossistemas componentes do parque e ao seu valor como produto turístico.

Esse estágio de desenvolvimento local do Turismo somente será alcançado no momento que a região realizar um planejamento turístico integrado, onde são estabelecidas metas a serem alcançadas nos próximos anos, assim como determinar um público alvo, visando dessa forma um desenvolvimento turístico responsável e adequado com a região em que está inserido.

Como proposta de continuidade para futuras pesquisas, faz-se necessários trabalhos que intensifiquem a proposta de um direcionamento em segmentos do Turismo que contemplem as questões ambientais, assim como trabalhos de associativismo entre os atores envolvidos com o Turismo.

REFERÊNCIAS

ARCHER, Brian; COOPER, Chris. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, William F. (Org.). **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2001. 510p.

ASCANIO, Alfredo. **Turismo e planejamento hoteleiro: avaliação econômica e ambiental**. Campinas, SP: Papirus, 2003. 192p.

ÁVILA, Vicente Fideles de. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p.63-76, set 2000.

BAHIA, Eduardo Trindade; FORTES, Mauri; FERREIRA, Wanyr Romero. Gestão de desenvolvimento ambiental para destinos turísticos. **Turismo Visão e Ação**, v. 7, n. 3, p. 537-550, set/dez, 2005.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 280p.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 2003. 160p.

BELTRÁN, Javier. **Indigenous and traditional peoples and protected areas: principles, guidelines and case studies**. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK and WWF International, Gland, Switzerland. 2001. 139p.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 11. ed. São Paulo: Senac, 2006. 539p.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. **Resolução nº 13, de 6 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre normas referentes às atividades desenvolvidas no entorno das Unidades de Conservação. Brasília: Diário Oficial da União de 28/12/90, seção I, 1999. p. 25541.

_____. **Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934**. Aprova o código florestal.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Constituicao/Constituicao37.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

BRASIL. **Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937**. Cria o Parque Nacional de Itatiaia. Disponível em < <http://www.lei.adv.br/1713-37.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

_____. **Decreto nº 16.677, de 29 de setembro de 1944**. Aprova o Regimento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

_____. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.** Institui o novo Código Florestal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm >. Acesso em 15 jul. 2007.

_____. **Decreto nº 93.546, de 6 de novembro de 1986.** Cria o Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Disponível em: < http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraDocLegal.php?seq_uc=66&seq_tp_documento=3&seq_finalidoc=7 >. Acesso em: 15 jul. 2007.

_____. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 24 jul. 2007.

_____. **Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007.** Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm > . Acesso em: 15 jul. 2007.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico.** Bauru, SP: EDUSC, 2002. 278p.

CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião. **Áreas de proteção ambiental:** planejamento e gestão de paisagens protegidas. 2 ed. São Carlos: RiMA, 2005. 158p.

CASASOLA, Luis. **Turismo e Ambiente.** São Paulo: Roca, 2003. 104p.

CASTROGIOVANNI, Antonio C. Existe uma geografia do turismo? In: GASTAL, Susana (org.) **Turismo:** investigação e crítica. São Paulo: Contexto, 2002. 110p.

CEBALLOS-LASCURÁIN, Héctor. **Ecoturismo:** naturaleza y desarrollo sostenible. México: Diana SA, 1998. 184p.

CEBALLOS-LASCURÁIN, Héctor. O ecoturismo como fenômeno mundial. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo:** um guia para planejamento e gestão. 2. ed. São Paulo: Senac, 1999. 292p.

COSTA, Patrícia Cortes. **Unidades de Conservação:** matéria prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002. 163p.

COSTA RICA. Ministerio del Ambiente y Energía. Sistema Nacional de Áreas de Conservación. **Estado de la gestión compartida de áreas protegidas em Costa Rica.** San José: SINAC; UICN, 2006. 44p.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. **O lugar do Parque Nacional no espaço das comunidades dos Lençóis Maranhenses.** Brasília: Ibama, 2000. 88p.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, jan/jul 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB, 1999. 176 p.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2004a. 169 p.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos - o caso de Guaraqueçaba, Paraná**. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa nº 3. São Paulo, Nupaub, 2004b.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana; NOGARA, Paulo José. **O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá-Parati-Rio de Janeiro**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994. 187 p.

D'OLIVEIRA, Enílson; BURSZTYN, Ivan; BADIN, Luciana. Parque Nacional do Iguaçu. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 1-10, 2002.

EHLERS, Eduardo Mazzaferro. **Turismo sustentável: Oportunidade de Empreendedorismo e Conservação Ambiental**. São Paulo: Senac, 2002.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 1994.

ENDRES, Ana Valéria. Sustentabilidade e Ecoturismo: Conflitos e Soluções a Caminho do Desenvolvimento. **Turismo e Análise**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 37-50, 1998.

ESTEVES, Caio Marcio Proetti. **Evolução da Criação de Parques Nacionais no Brasil**. Monografia (Engenharia Florestal). Universidade Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

FEREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004. 2120p.

FNMA; FURG; IBAMA; NEMA; UFPEL. **Plano de manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe - fase 2**. Rio Grande: serviço público federal, Ministério da Educação e do Desporto, Fundação Universidade do Rio Grande, 1999.

HAUFF, Shirley Noely. **Relações entre comunidades rurais locais e administrações de parques no Brasil**: subsídios ao estabelecimento das zonas de amortecimento. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

IRGA - Instituto Rio Grandense de Arroz. **Arroz Irrigado - Safra 2006/07 - resultado final - municipal**. Disponível em: < http://www.irga.rs.gov.br/index.php?action=dados_safra_detalhes&cod_dica=146>. Acesso em: 17 mar. 2008.

IUCN - The World Conservation Units. **Guidelines for protected areas management categories**. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido: IUCN, 1994.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002. 224p.

LEMOS, Leandro de. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo: Aleph, 2005. 256p.

LOEBMANN, Daniel; VIEIRA, João P. Relação dos anfíbios do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Zoologia**, Curitiba, vol. 22 n. 2. Curitiba, jun. 2005.

MACHADO, Álvaro. **Ecoturismo: um produto viável – a experiência do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: SENAC, 2005. 230p.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

MEDEIROS, Rodrigo. A política de áreas protegidas no Brasil: evolução, contradições e conflitos. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2004, Curitiba. **Anais ...** Curitiba: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 2004a, p. 601-611.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. A proteção da natureza no Brasil: Evolução e conflitos de um modelo em construção. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 9, p. 83-93, jan. 2004b.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 41-64, 2006.

MELLO, Mônica Martins; SAITO, Carlos Hiroo. A relação entre Unidades de Conservação e a comunidade de entorno. Estudo de caso: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2, 2000, Campo Grande. **Anais ...** Campo grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 2000, p. 137-146.

MESSIAS, Leonardo et. al. O programa de educação ambiental para o Parque Nacional Lagoa do Peixe, RS e sua importância na implantação da Unidade de Conservação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2, 2000, Campo Grande. **Anais ...** Campo grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 2000, p. 340-348.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

MOOS, Robert. Ontario parks - a successful business operating model. **Parks - The international journal for protected area managers**, Switzerland, v. 12, n. 1, p. 17- 25, 2002.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 343 p.

MURPHY, Peter E. Turismo e desenvolvimento sustentável. In: THEOBALD, W. F. **Turismo Global**. São Paulo: Senac, 2001. 510p.

NOGUEIRA, Jorge Madeira; SALGADO, Gustavo Souto Maior. Teorias e a conservação da natureza: compatíveis? In: MILANO et. al. (orgs.). **Unidades de Conservação: atualidades e tendências** 2004. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004. 208p.

OLIVEIRA, Alexandra Campos. A atividade turística e seus efeitos à população local: um paradoxo. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 73-87, 2005.

OLIVEIRA, Ivone Adelina de. **Gestão de conflitos ambientais: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - Praia da Pinheira - SC**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

OMT - Organización Mundial del Turismo e PNUMA - Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. **Directrices: ordenación de los parques nacionales y de otras zonas protegidas para el turismo**. Madrid: OMT, 1992.

PÁDUA, M. T. J. **Pobre Rebouças**. Disponível em: <www.amazonia.org.br/opiniaoprint.cfm?id=123320>. Acesso em: 7 jan. 2008.

PORTILLO, Ricardo Blanco. Productos de ecoturismo en parques naturales acreditados con la carta europea de turismo sostenible: um processo de cooperación institucional com los empresarios. **Estudios Turísticos**, n. 169-170, p. 113-144. Espanha, 2006.

RAMSAR. **The List of Wetlands of International Importance**. Disponível em <<http://www.ramsar.org/sitelist.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Patrimonio, territorio y emprendedorismo: pilares del desarrollo del turismo en base local. **Aportes y Transferencias**, v. 2, ano 7. Universidad Nacional de Mar del Plata: Mar del Plata, Argentina, 2003. P. 11-30.

RUDZEWICZ, Laura. **Ecoturismo em reservas particulares do patrimônio natural e seu papel na conservação dos ecossistemas brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Turismo) Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2003. 199p.

RUSSO, Célia Regina. Comunidades tradicionais e preservação cultural por meio do ecoturismo. In: NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita. **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005. 296p.

RYLANDS, Anthony B.; BRANDON, Katrina. Unidades de Conservação brasileiras. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-35, jul. 2005.

SANTOS JUNIOR, Osvaldo Dias dos; PIRES, Paulo dos Santos. Turismo em Unidades de Conservação: adaptação do método visitor activity management process (VAMP) para caracterização do uso público e o manejo de visitantes no Parque Estadual da Ilha do Mel. **Revista Hospitalidade**, v.5, n. 1, São Paulo, p. 59-79, jun 2008.

SCHERL, Lea M. et. al. **Can protected areas contribute to poverty reduction? opportunities and limitations**. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido: IUCN, 2006.

SILVA, Josilene Henriques da; MAIA, Fabiana Britto de Azevedo. O turismo no Parque Nacional do Catimbau: avaliação dos benefícios da atividade percebidos pelos moradores. **Turismo Visão e Ação**, v. 10, n. 2, Itajaí, mai-ago, 2008, p. 204-200.

SOUZA, Marcelo José Lopes. Como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3 ed. São Paulo: Ucitec, 2002.

SPINOLA, Carolina de Andrade. O ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em espaços naturais protegidos: objetivos conflitantes? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano VIII, n. 13, Salvador, janeiro 2006, p.50-59.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000. 140p.

TAVARES. **Histórico do município**. Disponível em: <<http://www.tavares.rs.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?iIdMun=100143417>>. Acesso em: 18 fev. 2008.

VIDAL, Ángel L.; MÁRQUES, Diego. Turismo e território: o desenvolvimento local sustentável no centro do debate. In: **Local Glob**, n. 4, 2007.

WESTERN, David. Definindo ecoturismo. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 2. ed. São Paulo: Senac, 1999.

APÊNDICE A - Instrumento de pesquisa aplicado à população local.

Formulário A					
Relação Parque - População Local					
Prezado(a) participante: Essa pesquisa é parte integrante de uma Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. Sua participação é voluntária e de grande importância para a realização deste trabalho. Lembramos que as informações são anônimas. Desde já agradecemos.					
PERFIL DO ENTREVISTADO					
8- Escolaridade () Sem Escolaridade () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior	9- Sexo () Masculino () Feminino	10-Idade: () 1950-1960 (58-48 anos) () 1960-1970 (48-38 anos) () 1970-1980 (38-28 anos) () 1980-1990 (28-18 anos)			
Assinale as proposições sobre o Parque Nacional Lagoa do Peixe que correspondem a sua opinião:					
Afirmativas	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Não concordo nem discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
1- O Parque é o principal atrativo turístico do município.					
2- A implantação do Parque Nacional Lagoa do Peixe trouxe benefícios para o município.					
3- O fechamento da lagoa foi a solução adequada para sua conservação.					
4- O Parque é uma alternativa para o seu sustento.					
5- O parque estimula a comunidade a valorizar o meio ambiente regional.					
6- O turismo que ocorre no Parque estimula a criação de novas empresas, diversificando a economia local.					
7- Os turistas que visitam o Parque Nacional da Lagoa do Peixe geram benefícios para a comunidade local.					
QUESTÕES RELATIVAS AO PARQUE					
11- Após 1970: Hoje, qual é a sua relação com o Parque? Antes 1970: Antes de o Parque ser constituído, o que você fazia naquele local?					
12- Qual é a sua atual ocupação?			13 -Utiliza a lagoa como fonte de renda? Qual?		
14- Antes de existir o Parque, utilizava os recursos da área da lagoa? () não () sim (qual?)			15- Consegue ver na sua atividade alguma relação com o turismo? () não () sim (qual?)		
16- Conhece o PNLP?			17- Sabe para que serve um Parque Nacional?		
18- Quais melhorias você percebe, através do desenvolvimento do turismo, que trouxeram para a população do município?					
OBSERVAÇÕES:					
Responsável pelo preenchimento:			Data:		

APÊNDICE B - Instrumento de pesquisa aplicado à empreendedores.

Formulário B					
Relação Parque - Empreendedores					
Prezado(a) participante: Essa pesquisa é parte integrante de uma Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. Sua participação é voluntária e de grande importância para a realização deste trabalho. Lembramos que as informações são anônimas. Desde já agradecemos.					
Assinale as proposições sobre o Parque Nacional Lagoa do Peixe que correspondem a sua opinião:					
Afirmativas	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Não concordo nem discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
1- O Parque é o principal atrativo turístico do município.					
2- A implantação do Parque Nacional Lagoa do Peixe trouxe benefícios para o município.					
3- O fechamento da lagoa foi a solução adequada para sua conservação.					
4- O Parque é uma alternativa para o desenvolvimento do seu empreendimento.					
5- O parque estimula a comunidade a valorizar o meio ambiente regional.					
6- O turismo que ocorre no Parque estimula a criação de novas empresas, diversificando a economia local.					
QUESTÕES RELATIVAS AO PARQUE					
8- O dono do empreendimento é () nativo da região () empreendedor de outra localidade. Qual?			9 - O empreendimento é a principal fonte de renda? Qual era a sua atividade anterior? Pratica as 2 a o mesmo tempo?		
10 - Em que ano iniciou as atividades com turismo?			11 - Como você vê no Parque a oportunidade de investimento?		
12 - Utiliza o nome do Parque no slogan, publicidade ou como atrativo para o hotel?			13 - Trocou o nome do Empreendimento para algo relacionado ao Parque?		
Observações:					
Responsável pelo preenchimento:			Data:		